



**Gestão Participativa**

# Relatório de Gestão Participativa

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

Data: 30/08/2018

## Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

Presidente: Desembargador Carlos Eduardo Fonseca Passos

Magistrado Gestor de Metas: Juiz de Direito Antonio Aurélio Abi-Rama Duarte

Assessor de Gestão Estratégica: Soraya Previtali

Responsável pelos processos participativos: Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão – Soraya Previtali



## ATIVIDADES REALIZADAS

### ATIVIDADE 1: Reunião via videoconferência dos Coordenadores dos Subcomitês Regionais de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral

#### MODALIDADE UTILIZADA

---

Reunião via videoconferência.

#### DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

---

17/05/2018

#### FINALIDADE

---

Definição das diretrizes de condução do processo participativo de construção das metas de 2019 no âmbito deste segmento de Justiça.

#### INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

---

Participaram os Coordenadores dos Subcomitês da Justiça Eleitoral e os representantes do TSE.

#### OBSERVAÇÕES:

---

Nessa ocasião, deliberou-se, com base em consulta preliminar a todos os Tribunais Eleitorais, pela manutenção em 2019 das metas nacionais 1 e 2; pela manutenção da meta específica 1 ("*Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar a não diplomação ou mandato eletivo*") e pelo acréscimo de duas novas metas específicas para 2019. Foram estabelecidos, ainda, os cinco temas a serem trabalhados para as Metas Específicas em 2019, a saber:

- a) *Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade;*
- b) *Transparência;*
- c) *Melhoria da comunicação e compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade;*
- d) *Fomento à inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços;*
- e) *Fortalecimento das políticas socioambientais;*

Na mesma oportunidade, foi apresentado o cronograma de atividades a ser observado por todos os tribunais do segmento para execução do processo participativo de construção das metas de 2019.

O registro da reunião via videoconferência realizada no dia 17/05/2018 integra o **Anexo I** deste Relatório.



## ATIVIDADE 2: Pesquisa de opinião *online* para o público interno

### **MODALIDADE UTILIZADA**

---

Pesquisa de opinião *online*, voltada para o público interno (magistrados de primeiro e segundo grau e servidores do TRE-RJ), divulgada: através de aviso da Presidência do TRE-RJ, disponibilizado na Intranet, destinado a todos os servidores; e-mail da Presidência do TRE-RJ destinado aos magistrados eleitorais fluminenses e 1º e 2º grau; banner publicado na Intranet, na área "Destaques", direcionando para o link da pesquisa; divulgação de notícia na página principal da Intranet e outras ações visando à ampla comunicação interna.

### **DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO**

---

A pesquisa ficou disponível no período de 4 a 12 de junho de 2018, através de formulário eletrônico utilizando a ferramenta Google.docs, cujo link foi divulgado através dos meios listados acima.

### **FINALIDADE**

---

A atividade teve como objetivo coletar as sugestões de magistrados e servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro sobre as propostas de metas nacionais específicas para a Justiça Eleitoral a serem cumpridas em 2019.

### **INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES**

---

<b>Magistrados</b>	<b>Servidores</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Outros (Especificar)</b>
26	196	0	0

### **OBSERVAÇÕES:**

---

As informações disponibilizadas continham orientações sobre o processo participativo instituído pela Resolução CNJ nº 221/2016 e sobre a condução do trabalho no âmbito da Justiça Eleitoral, como forma de contextualizar o público-alvo da pesquisa sobre a importância de sua participação nesse processo.

O TRE-RJ elaborou formulário de pesquisa composto por cinco perguntas, cada uma relacionada a um dos temas propostos pelo Comitê Gestor da Justiça Eleitoral como norteadores da pesquisa, submetido e aprovado pelo Presidente deste Tribunal.

Para cada pergunta foram oferecidas aos usuários quatro opções de resposta, de caráter obrigatório: "Excelente", "Bom", "Regular" e "Ruim". Em seguida, o



## Gestão Participativa

usuário poderia informar, facultativamente, a razão pela qual optou pela resposta apresentada e, ainda, indicar ações de aprimoramento.

A participação na pesquisa teve caráter facultativo e, com o fim de facilitar o acesso aos respondentes e a tabulação dos resultados, o formulário foi disponibilizado em meio eletrônico, utilizando a ferramenta google.docs.

Ao final dessa etapa foi gerado um Relatório Analítico, onde estão detalhadas todas as etapas de execução e resultados da pesquisa de opinião interna, submetido ao Gestor de Metas e à Presidência deste Tribunal.

O referido Relatório Analítico e seus anexos integram o **Anexo II – A** e o **Anexo II – B**, deste relatório, respectivamente.



## ATIVIDADE 3: Reunião das Assessorias de Planejamento e Gestão da Justiça Eleitoral

### MODALIDADE UTILIZADA

Reunião presencial.

### DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Reunião realizada no dia 14 de junho de 2018, no edifício-sede do Tribunal Superior Eleitoral (Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF).

### FINALIDADE

A atividade teve como objetivo, dentre outros, validar os procedimentos a serem adotados pelos tribunais eleitorais para realização da pesquisa pública para definição das metas nacionais e específicas para 2019, a serem enviadas pela Justiça Eleitoral ao CNJ.

### INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
1º grau	2º grau			
0	0	38	0	0

### OBSERVAÇÕES:

Na reunião do dia 14/06/2018, que contou com os representantes dos tribunais que fazem parte da Justiça Eleitoral, foi realizado o alinhamento final do processo, sendo definido que cada Subcomitê poderia encaminhar mais de uma proposta de meta com o respectivo glossário para o TSE, no entanto, apenas cinco metas seriam encaminhadas para votação pela sociedade.

A ata de reunião realizada no dia 14 de junho de 2018 integra o **Anexo III - A** deste relatório.

A lista de presença no evento integra o **Anexo III - B** deste relatório.



## ATIVIDADE 4: Reunião do Comitê de Gestão da Estratégia

### MODALIDADE UTILIZADA

Reunião presencial.

### DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Reunião realizada no dia 15 de junho de 2018, no edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (Avenida Presidente Wilson, 198 – Centro – Rio de Janeiro).

### FINALIDADE

A atividade teve como objetivo, dentre outros, submeter à apreciação do Comitê Gestor da Estratégia do TRE-RJ os resultados tabulados e consolidados da pesquisa de opinião *online* para o público interno, realizada no período de 04 a 12 de junho de 2018 e referenciada na atividade anterior, a fim de definir as metas específicas a serem propostas pelo TRE-RJ à Coordenação do Subcomitê Gestor das Regiões Sul e Sudeste da Justiça Eleitoral.

### INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Magistrados	Servidores	Sociedade	Outros (Especificar)
0	14	0	0

### OBSERVAÇÕES:

Nesta reunião, que contou com a participação dos membros integrantes do Comitê de Gestão da Estratégia, foram apresentadas as diretrizes estabelecidas para realização da pesquisa junto aos magistrados e servidores de primeiro e segundo grau do Tribunal e os resultados apurados, que orientaram o debate do Comitê sobre as metas destinadas a contribuir com os dois temas pior avaliados na pesquisa, quais foram: “Fortalecimento das políticas socioambientais” e “Melhoria da comunicação e compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade”. Nesta linha, foram definidas as seguintes sugestões de metas específicas para 2019: “Reduzir em pelo menos 5% a despesas de manutenção do Tribunal, em 2018” e “Ampliar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade”, foram estabelecidos também os critérios de cumprimento a serem incluídos no glossário e remetidos ao TRE-SP, Coordenador eleito do Subcomitê Gestor das Regiões Sul e Sudeste.

A ata da reunião integra o **Anexo IV** deste Relatório.

## ATIVIDADE 5: Pesquisa pública online

### **MODALIDADE UTILIZADA**

---

Pesquisa *online*, disponível nos sítios dos tribunais eleitorais e amplamente divulgada em redes sociais, *intranet* dos órgãos da Justiça Eleitoral e pelos meios de comunicação institucionais e da sociedade civil.

### **DATA E LOCAL DE REALIZAÇÃO**

---

A pesquisa ficou disponível de 18 a 31 de julho de 2018. Foi hospedada no sítio do Tribunal Superior Eleitoral, e o *link* de acesso foi disponibilizado para todos os Tribunais Regionais.

No âmbito do TRE-RJ foi realizada ampla divulgação, que consistiu na afixação de cartazes nas portarias e nos elevadores dos prédios-sede do Tribunal, notas jornalísticas disponibilizadas no site e na *intranet* do Tribunal (nos dias 19, 25 e 31 de agosto), envio de todas as notas para o mailing (endereço eletrônico) da imprensa, tweets na página oficial do TRE-RJ no Twitter nos mesmos dias da divulgação das notas jornalísticas, posts na página oficial do Tribunal no Facebook (nos dias 19, 25, 27 e 31 de agosto), disponibilização de banner eletrônico na homepage (página principal) da *Intranet* e site do TRE-RJ durante todo o período de realização da pesquisa pública.

Foram encaminhados, ainda, pela Diretoria-Geral e pela Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão, e-mails destinados a todas as Zonas Eleitorais e Gestores do Tribunal, com o escopo de estimular a participação dos servidores na pesquisa.

### **FINALIDADE**

---

O objetivo da pesquisa pública foi selecionar propostas de metas específicas para serem encaminhadas pela Justiça Eleitoral para 2019. A pesquisa aberta teve por escopo atender à Resolução nº 221/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que indicou a necessidade da realização de consulta pública como etapa preliminar ao processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário, para que a sociedade civil e os profissionais da área jurídica ajudassem a definir as metas mais importantes da Justiça Eleitoral para 2019, tornando o processo de escolha dessas metas o mais participativo possível, aproximando a Justiça Eleitoral de seus usuários.

Os participantes foram questionados, ainda, sobre a nota que davam para a importância a cada uma das metas nacionais 1 e 2 e da Meta Específica 1 da Justiça Eleitoral (*"Identificar e julgar processos prioritários: identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento por instância"*). Pretendia-se, neste caso, colher informações para que, em 2019, se possa avaliar a necessidade de propor outras mudanças nas metas nacionais e específicas.



## INFORMAÇÕES DOS PARTICIPANTES

### Dados nacionais:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Advogados, associação, Ministério Público e sem identificação)
1º grau	2º grau			
131	50	3.087	1.463	244

Total: 4.975 respondentes

### Dados do Rio de Janeiro:

Magistrados		Servidores	Sociedade	Outros (Advogados, associação, Ministério Público e sem identificação)
1º grau	2º grau			
1	1	374	28	6

Total: 410 respondentes

## OBSERVAÇÕES:

O relatório de resultados gerais da pesquisa pública aplicada pela Justiça Eleitoral no período de 18 a 31 de julho integra o **Anexo V – A** deste relatório.

O relatório de resultados apurados no âmbito do TRE-RJ integra o **Anexo V – B** deste relatório.



## CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nos dias 27 e 28 de agosto de 2018 foi realizada a Reunião Preparatória para o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocasião em que foram apresentadas 2 Metas Nacionais, a saber: "*Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*" e "*Identificar e julgar até 31/12/2019, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017*". Foram apresentadas, ainda, 2 novas Metas Específicas para a Justiça Eleitoral: "*Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º Grau de jurisdição da Justiça Eleitoral*" e "*Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral*".

Foram deliberadas, ainda, as seguintes alterações:

1) Migrar a Meta Específica nº 1 para a Meta Nacional nº 4, por tratar-se do mesmo macrodesafio "*Combate à corrupção e à improbidade administrativa*" e, como meta nacional, obtém-se maior transparência.

2) Incluir, na justificativa da Meta Específica nº 2, a sustentabilidade, conforme Diretriz nº 11 da JE (Fortalecimento das políticas socioambientais)



## **ANEXO I**

### **ATIVIDADE 1**

Registro de reunião  
Videoconferência dos Coordenadores dos Subcomitês  
Regionais de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral  
14 de maio de 2018  
Brasília - DF



# Gestão Participativa

Registro de reunião via videoconferência dos Coordenadores dos Subcomitês Regionais de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral, que ocorreu no dia 17 de maio.

Aos dezessete de maio de dois mil e dezoito, às quinze horas, realizou-se reunião via videoconferência com os coordenadores dos subcomitês regionais, convocada pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do Tribunal Superior Eleitoral.

Participaram da reunião: Regina Rufino-TRE/SP (Região 1), Antonio Sales-TRE/CE (Região 2), Ana Cristina Correia-TRE/PE (Região 3), Liziane Queiroz-TRE/GO (Região 4), Hérica Carla da Costa Sodré de Souza-TRE/PA (Região 5), e Daniel Corrêa, Sônia Kill, Mauren Ishikawa, Felipe Antoniazzi, Érika Cardoso e Josian de Carvalho todos da AGE/TSE.

Daniel Corrêa, titular da Assessoria de Gestão Estratégica do TSE, iniciou dizendo que a reunião tinha como finalidade o alinhamento dos trabalhos de formulação das metas de 2019. Aproveitou para informar que não existe mais a Rede de Governança da Justiça Eleitoral, que agora se chama Comitê Gestor da Justiça Eleitoral para alinhar com o CNJ. Lembrou, ainda, que no ano passado a reunião de assessores definiu como seriam as metas nacionais e específicas.

Regina propôs que os temas sejam submetidos aos Presidentes e os Diretores-Gerais dos Tribunais, Daniel concorda e vê que é uma vantagem para contar com o apoio dos gestores no cumprimento das metas.

Daniel expôs uma dúvida quanto ao caderno encaminhado pelo CJN referente à Proposta Inicial de Metas Nacionais (PIME) - Formulação das Metas 2019 e Metas Nacionais: manter as existentes e/ou propor uma meta nacional nova. Regina, propõe manter a mesma linha do ano passado, mas que comece pelo DG e Presidente para que não haja a impressão de que a definição é apenas dos assessores de planejamento e que a formalidade do PIME não é necessária pois esse item não inviabilizaria a questão do selo para nenhum regional. Sales concorda com a Regina em relação ao PIME,

e propõe um cronograma para os trabalhos. Liziane entende que deve ser feito como no ano anterior e concorda com o Sales, em definir as diretrizes para não ficar muito abrangente. Hérica concorda em utilizar a metodologia do ano anterior, estabelecer diretrizes e na padronização do questionário para o público interno. Daniel pediu à Ana Cristina que fique na coordenação dos trabalhos do Subcomitê 3, em substituição ao titular do TRE/PI, das propostas das metas, ela disse que não teria problema e pediu para que isso fosse formalizado; sua opinião



quanto ao assunto: concorda com o Sales e a Liziane de permanecer com a metodologia utilizada, o estabelecimento de diretrizes, com cronograma estruturado e padronização de questionário interno conforme opinião da Hérika.

Quanto a Meta Nacional votou-se por manter as duas metas, mas alinhar o glossário com o da Justiça em Números. Sales propôs aumentar o percentual da meta 2 para 95%, mas ficou definido que o percentual será tratado na reunião presencial.

Quanto as Metas Específicas votou-se por manter a meta específica 1 e excluir a meta específica 2 conforme as seguintes opiniões: Regina excluir; Liziane excluir; Hérika manter e aumentar a meta; Ana Cristina não teve problema com a Meta nº 2, mas não vê sentido em manter e Sales não vê sentido na permanência da Meta em ano não eleitoral. Após a decisão por exclusão da meta, Ana se manifestou por manter a temática da meta específica 2, mas de outra forma. Daniel sugeriu como solução a internalizada da Meta nº2 nos regionais, assim como a meta específica nº 3 de 2017.

Deu-se, então, início as propostas de direcionamento aos temas para as metas específicas 2019. Sales propôs quatro metas específicas da JE, que seriam definidas com a seguinte orientação: adotar uma meta específica atrelada à melhoria do IGG (Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas) dos tribunais eleitorais, referente ao levantamento 2017 de governança pública aplicado pelo TCU; adotar uma meta específica atrelada ao cadastro biométrico, tendo em vista tratar-se do principal projeto da JE hoje, que é a implantação do ICN (Lei nº 13.444/2017), de modo a dar visibilidade a essa iniciativa da JE dentro programa de metas nacionais do Judiciário; adotar uma meta específica atrelada ao esforço do TSE e Regionais quanto ao enquadramento da JE à EC nº 95/2016, que trata do teto de gastos de gastos públicos; e adotar uma meta específica decorrente do processo participativo exigido pela Res. CNJ nº 221/2016.

Hérika propôs o tema aproximação com o eleitor e aderência e cumprimento do planejamento estratégico para dar visibilidade de como os TREs estão cumprindo os seus planejamentos estratégicos.

Liziane pediu a palavra com a preocupação de que as metas foram criadas para prestar contas à sociedade e criar uma meta específica sobre como estão sendo alocados os recursos destinados à Justiça Eleitoral, seria levar uma meta de cunho administrativo ao CNJ, e isso é preocupante.



Cristina reiterou a opinião da Liziane de que as metas não tem que ser administrativas, mas prestar contas à sociedade, inclusive questionou sobre o tema orçamento, visto que a Justiça Eleitoral é extremamente cara, questionou inclusive a necessidade da biometria atualmente, acredita que o importante é mostrar para a sociedade o papel da JE diante do cenário atual.

Regina informou que o TRE/SP não tem proposta de temas de metas, mas o TRE/RJ e TRE/RS sugeriram diretrizes e macrodesafios da JE e TRE/ES, economicidade.

Daniel, também não concorda que os temas ligados ao orçamento entrem nas metas, pois são um risco muito grande. Felipe propôs que alguns temas sejam tratados como metas primeiro dentro dos tribunais, de maneira uniforme, e somente após amadurecer exporíamos à sociedade. Quanto à governança pública acredita que trabalhar o questionário não seria viável, mas apenas um item, como por exemplo, transparência. Concorda em excluir a meta 2, mas concorda que devemos ter uma meta relacionada à aproximação do eleitor com a sociedade.

Ficou definida que a quantidade máxima de metas específicas para o ano de 2019 será de no máximo 3 metas, conforme as votação: TRE/MG máximo 2 metas novas no máximo (totalizando 5 metas, no máximo, para 2019), Ana máximo 3, Liziane máximo 3, Sales 5, Hérika 3, TSE máximo 3.

Os temas a serem trabalhados para as Metas Específicas são: **Aproximação da JE com a sociedade; Transparência; Diretriz da JE nº 3** “Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade. (Refere-se ao fortalecimento da imagem da Justiça Eleitoral por meio da divulgação de informações sobre o processo eleitoral, através dos mais variados meios de comunicação, incluindo redes sociais, com ênfase na transparência e segurança.)”; **Diretriz da JE nº 8** “Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços. (Refere-se à disseminação de práticas, metodologias e ideias que estimulem a melhoria de processos, serviços ou produtos já existentes ou criação de novos, com o objetivo de atender efetivamente a sociedade com celeridade, qualidade e transparência.)”; **Diretriz da JE nº 11**. “Fortalecer as políticas socioambientais. (Refere-se à adoção de medidas para garantir o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais, do fortalecimento da política de compras sustentáveis e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.)”.

Faremos uma reunião presencial, em Brasília, no dia 14/06. Obs.: muitos assessores estarão no evento do STJ:



# Gestão Participativa

A AGE/TSE vai verificar a possibilidade de realização do mesmo trabalho de mídia de 2017.

O cronograma sugerido foi o descrito abaixo, porém seria adequado para atender os prazos da SCOM/TSE e posteriormente enviar aos regionais.

Período	Atividade	Responsável
07/05	Videoconferência com o CNJ, TSE e TRE-SP	CNJ
17/05	Videoconferência com os Coordenadores e TSE	TSE
21/05	Data a partir da qual os Regionais poderão dar início às campanhas de divulgação junto ao público interno.	Cada Regional
04 a 15/06	Período durante o qual os TRES poderão realizar pesquisa com público interno (magistrado e servidores) e consolidar a proposta de 1 (uma) proposta de meta por Regional	Cada Regional
14/06	Reunião dos Assessores de Planejamento em Brasília	Cada Regional
18/06	Último dia para envio da proposta de meta do Regional com o respectivo glossário para o coordenador do respectivo subcomitê	Cada Regional
18 a 22/06	Período durante o qual cada Subcomitê votará e definirá a proposta de metas a ser encaminhada, junto com o glossário, para os coordenadores do Comitê: <a href="mailto:age@tse-jus.br">age@tse-jus.br</a> e <a href="mailto:asspe@tre-sp.jus.br">asspe@tre-sp.jus.br</a>	Subcomitês
25/06 a 16/07	Preparação da página do Portal da JE para liberação do link de pesquisa.	TSE
25 a 29/06	Coordenadores do Comitê consolidam as propostas encaminhadas pelos Subcomitês Regionais e formulam instrumento para ser publicado para consulta ao público externo e interno.	TSE e TRE-SP
02/07	Envio das sugestões recebidas para análise dos subcomitês	TSE e TRE-SP
03 a 04/07	Abertura do prazo de 48h para manifestação dos Regionais por meio dos Subcomitês, em caso de opiniões divergentes quanto as Metas Nacionais, de acordo com a Portaria CNJ 221/2016 artigo 5º, inciso V.	Subcomitê
05 e 09/07	Análise das manifestações dos Subcomitês, consolidação e divulgação da proposta de metas. Definir o que será submetido ao público externo	TSE e TRE-SP
16/07	Data limite para o TSE concluir os materiais de divulgação da pesquisa para o público externo	TSE
17/07	O TSE encaminhará aos Regionais o link de hospedagem da pesquisa para divulgação pelos TRES.	TSE



# Gestão Participativa

18 a 31/07	Período durante o qual serão veiculadas as campanhas de divulgação e a pesquisa para o público externo (10 dias úteis)	TSE e Regionais
01 a 10/08	Geração do relatório analítico, pelo Comitê, acerca da participação na pesquisa para o público externo e interno.	TSE e TRE-SP
15/08	Data limite para envio da proposta de metas do segmento Justiça Eleitoral para o CNJ	TSE
27 e 28/08	Reunião Preparatória no CNJ para aprovação das propostas de metas 2019 pela Rede de Governança do PJ.	Regionais

MARCELO PEREIRA

TSE

REGINA RUFINO

TSE

DANIEL CARLOS DE SAES

TSE

REGINA RUFINO

TRE-SP

ANACRISTINA VIEIRA

TRE-PE

HÉRIKA CRISTINA SOARES

TRE-PA

ANTONIO JACQUES RIOS NETO

TRE-CE

OLYDNE SIMÃO OLIVEIRA

TRE-GO

FELIPE DE S. OLIVEIRA

TSE



**ANEXO II - A**

**ATIVIDADE 2**

Relatório Analítico

PROCESSO PARTICIPATIVO DE ELABORAÇÃO DAS  
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2019

TRE-RJ

Resolução CNJ nº 221/2016

Pesquisa Interna

04 a 12 de junho de 2018



## Introdução

---

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 221, de 10 de maio de 2016, instituiu princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do CNJ. Em setembro de 2016 foi editada a Portaria CNJ nº 114, que estabelece as diretrizes do processo participativo na formulação das metas nacionais do Poder Judiciário.

A gestão participativa constitui-se em método que enseja a magistrados, servidores e, quando oportuno, jurisdicionados, a possibilidade de participar do processo decisório por meio de mecanismos participativos, a fim de permitir a expressão de opiniões plurais e a visão dos diversos segmentos e instâncias no contexto do Poder Judiciário.

Além dos princípios que devem reger esse modelo de gestão, a Resolução CNJ nº 221/2016 elenca e descreve as modalidades para realização do processo participativo, tais como, videoconferências, enquetes, pesquisas, consultas públicas, audiências públicas, ouvidorias, fóruns e encontros.

Este relatório apresenta as informações sobre a pesquisa aplicada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, no período de 4 a 12 de junho de 2018, com o objetivo de identificar propostas de metas específicas para a Justiça Eleitoral a serem cumpridas em 2019.



## O Processo Participativo na Justiça Eleitoral

---

O Comitê Gestor e os Subcomitês Gestores da Justiça Eleitoral, conforme disciplina a Portaria nº 352, de 11 de abril de 2018, da Diretoria-Geral do Tribunal Superior, são constituídos pelos titulares das unidades de planejamento estratégico dos tribunais eleitorais, cabendo ao Comitê Gestor coordenar os trabalhos dos subcomitês gestores.

De acordo com mensagem encaminhada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 18/05/2018, foi definido pelo Comitê Gestor após reunião com os representantes dos Subcomitês, que não será proposta pela Justiça Eleitoral nova Meta Nacional para 2019, ficando mantidas tão somente as já tradicionais Metas 1 (*"Julgar quantidade maior de processos d3e conhecimento do que os distribuídos no ano corrente"*) e 2 (*"Julgar processos mais antigos"*).

Em relação às Metas Específicas deste segmento de Justiça, além da atual meta 1 (*"Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar e não diplomação ou mandato eletivo"*), serão acrescentadas duas metas específicas para 2019, para os quais foram selecionados cinco temas, a seguir relacionados:

- f) Fomento à inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços;
- g) Melhoria da comunicação e compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade;
- h) Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade;
- i) Fortalecimento das políticas socioambientais;
- j) Transparência.

Também foi apresentado o cronograma para elaboração das metas deste segmento de justiça para 2019, em observância às orientações e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça, no qual constam os seguintes prazos:

**21/05/2018** – Data a partir da qual os Regionais poderão dar início às campanhas de divulgação junto ao público interno.

**04 a 15/06/2018** – Período durante o qual os TREs poderão realizar pesquisa com o público interno (magistrado e servidores) e consolidar a proposta de uma meta por Regional.

**14/06/2018** – Reunião dos Assessores de Planejamento em Brasília.

**18/06/2018** – Último dia para envio da proposta de meta do Regional com o respectivo glossário para o coordenador do respectivo subcomitê.

**18 a 22/06/2018** – Período durante o qual cada Subcomitê votará e definirá a proposta de metas a ser encaminhada, junto com o glossário, para os coordenadores do Comitê.

Na reunião dos Assessores de Planejamento realizada no dia 14/06/2018, foi revisto o cronograma em relação aos dois últimos prazos, os quais foram ampliados para 20/06/2018 e de 21 a 28/06/2018, respectivamente.

## O Processo Participativo no TRE-RJ

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, em observância ao que disciplinam a Resolução CNJ nº 221/2016 e a Portaria CNJ nº 114/2016, e às orientações do Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, disponibilizou, no período de 4 a 12 de junho de 2018, pesquisa de opinião objetivando coletar as sugestões de magistrados e servidores deste Tribunal sobre os temas propostos para a construção das metas específicas para a Justiça Eleitoral a serem cumpridas em 2019.

Com o apoio da Assessoria de Comunicação Social e com o objetivo de dar ampla divulgação à pesquisa de opinião, foram usados recursos variados: aviso da Presidência do TRE-RJ, disponibilizado na Intranet, destinado a todos os servidores; e-mail destinado aos magistrados eleitorais fluminenses; *banner* publicado na Intranet, na área “Destaques”, direcionando para o *link* da pesquisa; divulgação de notícia na página principal da Intranet.

Destaca-se que as informações disponibilizadas continham orientações sobre o processo participativo instituído pela Resolução CNJ nº 221/2016 e



## Gestão Participativa

sobre a condução do trabalho no âmbito da Justiça Eleitoral, como forma de contextualizar o público-alvo da pesquisa sobre a importância de sua participação nesse processo.

A Assessoria de Planejamento do TRE-RJ elaborou formulário de pesquisa composto por cinco perguntas, cada uma relacionada a um dos temas propostos pelo Comitê Gestor da Justiça Eleitoral como norteadores da pesquisa, submetido e aprovado pelo Presidente deste Tribunal.

A participação na pesquisa teve caráter facultativo e, com o fim de facilitar o acesso aos respondentes e a tabulação dos resultados, o formulário foi disponibilizado em meio eletrônico, utilizando a ferramenta *google.docs*. O formulário utilizado integra o Anexo I deste relatório.

Encerrado o prazo de aplicação da pesquisa, os resultados foram tabulados, consolidados e submetidos à apreciação do Comitê de Gestão da Estratégia do TRE/RJ, ocasião em que foram definidas duas metas específicas a serem propostas à Coordenação do Subcomitê Gestor das Regiões Sul e Sudeste da Justiça Eleitoral.

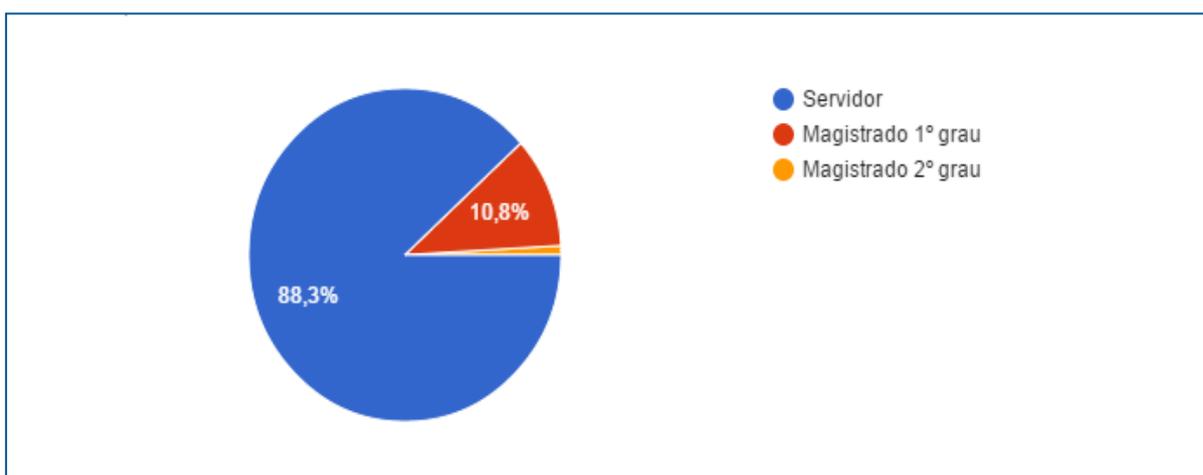
A seguir são apresentados os resultados da pesquisa de opinião promovida pelo TRE-RJ.

## Resultados

---

Dos dados gerados pelo sistema eletrônico pelo qual foi aplicado o questionário, extrai-se que responderam à pesquisa 24 (10,8%) magistrados de 1º grau, 02 (0,9%) magistrados de 2º grau e 196 (88,3%) servidores, perfazendo o total de 222 respondentes.

Gráfico 01: distribuição dos participantes segundo perfil.



Além de disponibilizar o campo para identificação do perfil do respondente, se servidor, magistrado de 1º grau ou magistrado de 2º grau, cujo preenchimento teve caráter obrigatório, o formulário continha também um campo para a identificação nominal do respondente, de caráter opcional. Dos 222 respondentes, 39 identificaram-se nominalmente (17,57%).

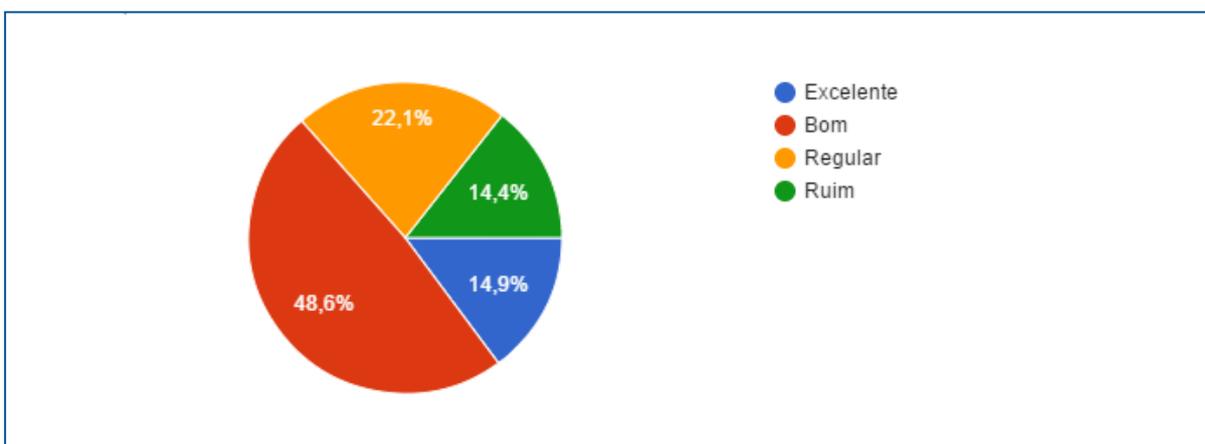
A pesquisa contou com 05 (cinco) perguntas relacionadas aos temas deliberados pelo Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, a serem trabalhados para as Metas Específicas de 2019, a saber: *"Fomento à inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços"*, *"Melhoria da comunicação e compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade"*, *"Aproximação da Justiça Eleitoral com a Sociedade"*, *"Fortalecimento das políticas socioambientais"* e *"Transparência"*.

Para cada pergunta foram oferecidas aos usuários quatro opções de resposta, de caráter obrigatório: "Excelente", "Bom", "Regular" e "Ruim". Em

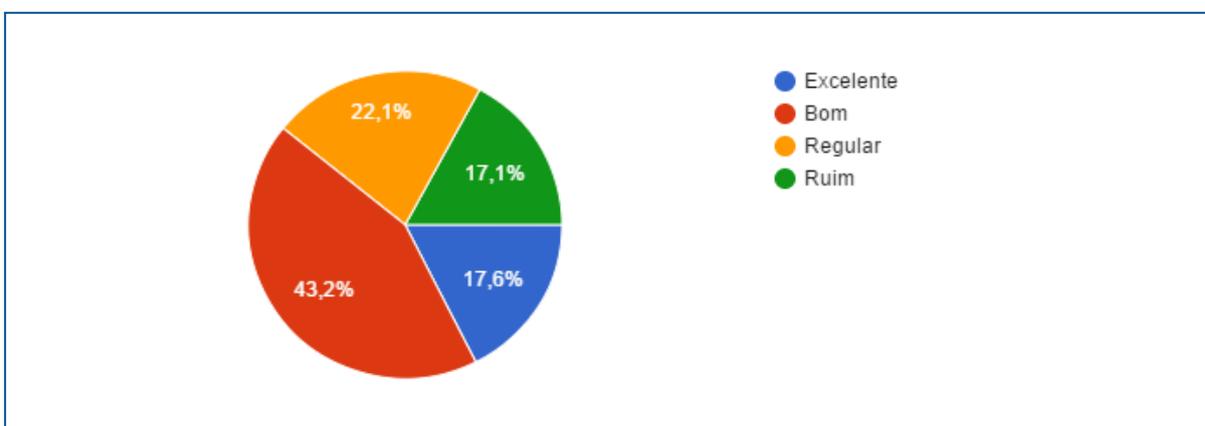
seguida, o usuário poderia informar, facultativamente, a razão pela qual optou pela resposta apresentada e, ainda, indicar ações de aprimoramento.

Seguem abaixo as perguntas elaboradas e as respectivas avaliações efetuadas pelos respondentes:

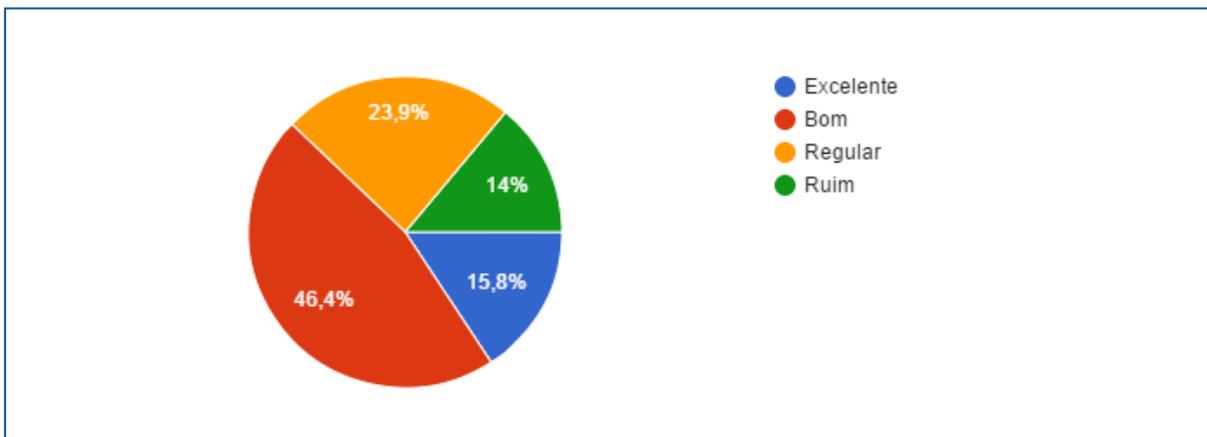
1 - Como você avalia a inovação de processos e serviços na Justiça Eleitoral para atender a novas demandas da sociedade com celeridade, qualidade e transparência?



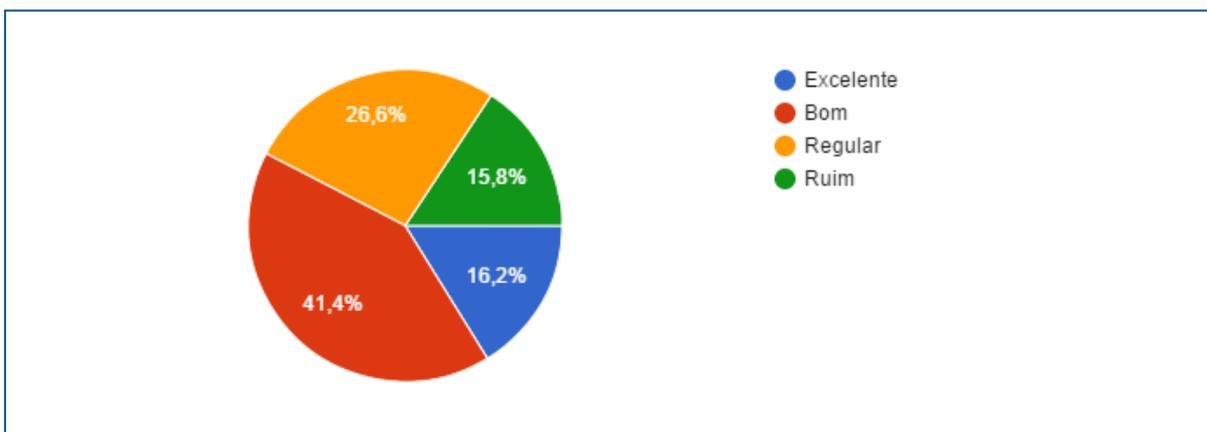
2 - Como você avalia a divulgação de informações sobre o processo eleitoral pelos diversos meios de comunicação, incluindo redes sociais, para fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral?



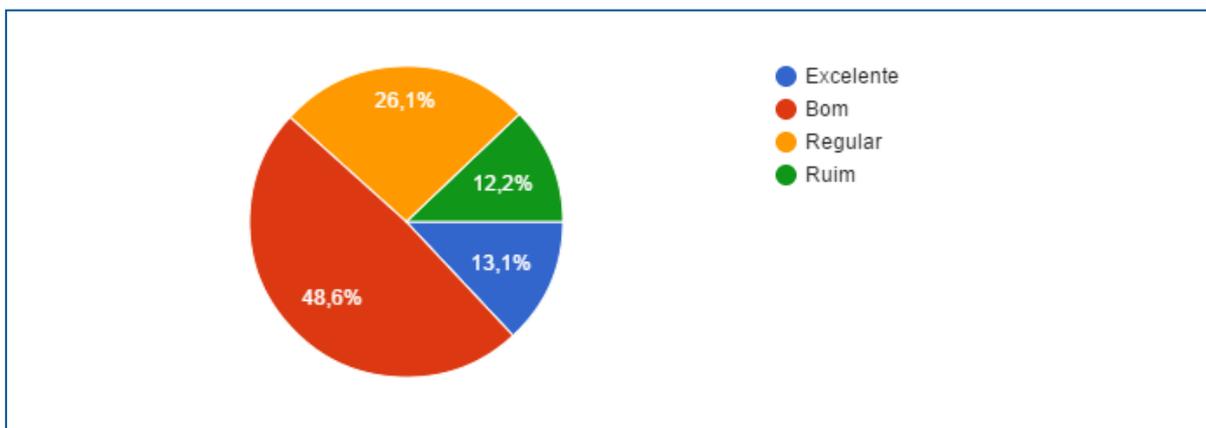
3 - Como você avalia a atuação da Justiça Eleitoral junto à sociedade visando incentivar sua participação de forma ampla no processo eleitoral?



4 - Como você avalia a adoção, pela Justiça Eleitoral, de medidas para garantir o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais, do fortalecimento da política de compras sustentáveis e da qualidade de vida no ambiente de trabalho?



5 - Como você avalia a transparência da Justiça Eleitoral junto à sociedade (em relação a gestão, serviços prestados à sociedade, prestação jurisdicional, gastos, outros)?



Dos dados apurados, depreende-se que dos cinco temas propostos, aqueles abordados pelas perguntas 4 (*"Fortalecimento das políticas socioambientais"*) e 2 (*"Melhoria da comunicação e compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade"*) foram avaliados como os que mais necessitam ser trabalhados pela Justiça Eleitoral, apresentando, respectivamente, os percentuais de 42,4% e 39,2% de avaliações ruim e regular.

Em observância ao disposto no art. 8º da Portaria CNJ nº 114/2016, este Tribunal, visando à compilação das sugestões e manifestações dos respondentes relativas aos dois temas acima, procedeu, preliminarmente, à análise dos conteúdos principais e das convergências. Em seguida as sugestões foram categorizadas e classificadas em subtemas, aos quais chamamos de *"metas traduzidas"*, viabilizando a avaliação de preponderância.

Tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 9º da Portaria CNJ nº 114/2016, a íntegra das sugestões e manifestações obtidas na pesquisa de opinião integram o Anexo II deste relatório.

Nas tabelas 01 e 02 estão listadas, segundo os temas, as sugestões e manifestações compiladas (meta traduzida), distribuídas de acordo com a frequência e o público-alvo da pesquisa.

Tabela 01: Distribuição de frequência das “metas traduzidas” relativas ao tema “Fortalecer as políticas socioambientais”, por perfil de respondente.

Tema	Meta traduzida	Sugestões de Magistrados		Sugestões de Servidores	
		Freq. Abs.	Freq. Rel.	Freq. Abs.	Freq. Rel.
Fortalecer as políticas socioambientais  42,4%	Melhoria da Qualidade de Vida	1	100%	28	40%
	Melhoria da Sustentabilidade	0	0%	5	7%
	Redução de Custos	0	0%	31	44%
	Melhoria da Qualidade dos Materiais	0	0%	6	9%
	Total	1	100%	70	100%

Tabela 02: Distribuição de frequência das “metas traduzidas” relativas ao tema “Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade”, por perfil de respondente.

Tema	Meta traduzida	Sugestões de Magistrados		Sugestões de Servidores	
		Freq. Abs.	Freq. Rel.	Freq. Abs.	Freq. Rel.
Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade  39,2%	Ampliar o Conteúdo das Divulgações	4	80%	60	83%
	Diversificar os Meios de Comunicação	0	0%	6	8%
	Aumentar a Utilização das Redes Sociais	0	0%	1	2%
	Aumentar o Alcance das Divulgações	1	20%	5	7%
	Total	5	100%	72	100%

Depurados os comentários tecidos em cada um dos dois temas, verificou-se, com relação ao tema relativo ao “*Fortalecimento das políticas socioambientais*” que, de 71 contribuições, 31 referiam-se à necessidade de redução de custos, representando 44% do total de contribuições. Quanto ao tema relativo à “*Melhoria da comunicação e compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade*”, verificou-se que, de 77 contribuições, 64 referiam-se à ampliação do conteúdo das divulgações, representando 83% do total de contribuições.



## Gestão Participativa

Destaca-se que na compilação dos dados, as sugestões foram registradas independentemente da qualificação concedida: excelente, bom, regular ou ruim. A participação de alguns servidores não influenciou no tabelamento, pois não realizaram sugestões.

### Conclusão

---

Embora a adesão à pesquisa interna tenha sido de aproximadamente 11,59% do público-alvo total (considerando 1.916 pessoas no final do mês de maio de 2018, entre magistrados de primeiro e segundo grau e servidores do quadro efetivo, dos que se encontram cedidos ou dos requisitados e dos comissionados sem vínculo com o órgão – fonte sistema GERIR), observa-se o expressivo aumento de participação (416,27%) em relação ao ano passado.

Os resultados apurados indicam que a maioria dos respondentes deseja o fortalecimento das políticas socioambientais, com foco na redução de custos/despesas e, também, a melhoria da comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade, especialmente em relação à ampliação do conteúdo das divulgações desta Justiça Especializada.

Os resultados da pesquisa foram submetidos à apreciação do Comitê de Gestão da Estratégia deste Tribunal, em reunião realizada em 16 de junho de 2018, sendo aprovadas duas propostas de metas, cujas fichas integram o Anexo III deste relatório, as quais foram remetidas ao TRE-SP, Coordenador do Subcomitê Gestor das Regiões Sul e Sudeste, no dia 20 de junho, em observância às diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da Justiça Eleitoral.



## **ANEXO II - B**

### **ATIVIDADE 2**

#### Anexos do Relatório Analítico

- a) Formulário de pesquisa
- b) Sugestões e manifestações obtidas na íntegra
- c) Propostas de metas específicas apresentadas pelo TRE-RJ



## Formulário da Pesquisa

# Google Forms

Está com problemas para ver ou enviar este formulário?

### [A JUSTIÇA ELEITORAL QUER OUVIR VOCÊ](#)

Dê a sua opinião. Você não será identificado através do e-mail.



Olá! A Justiça Eleitoral quer aprimorar os seus serviços e a sua opinião é muito importante para identificar o que deve ser priorizado para melhorar a qualidade do seu trabalho. Participe! A mudança depende da sua percepção.

#### Identifique-se \*

- Servidor
- Magistrado 1º grau
- Magistrado 2º grau

#### Nome

(opcional)

Como você avalia a inovação de processos e serviços na Justiça Eleitoral para atender a novas demandas da sociedade com celeridade, qualidade e transparência? \*

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim

#### Por quê?

(opcional)

De que forma os processos e serviços podem ser aprimorados?

(opcional)

Como você avalia a divulgação de informações sobre o processo eleitoral pelos diversos meios de



# Gestão Participativa

**comunicação, incluindo redes sociais, para fortalecer a imagem da Justiça Eleitoral? \***

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim

**Por quê?**

(opcional)

**De que forma a imagem da Justiça Eleitoral pode ser fortalecida?**

(opcional)

**Como você avalia a atuação da Justiça Eleitoral junto à sociedade visando incentivar sua participação de forma ampla no processo eleitoral? \***

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim

**Por quê?**

(opcional)

**De que forma essa atuação pode ser aprimorada?**

(opcional)

**Como você avalia a adoção, pela Justiça Eleitoral, de medidas para garantir o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais, do fortalecimento da política de compras sustentáveis e da qualidade de vida no ambiente de trabalho? \***

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim

**Por quê?**

(opcional)

**De que forma essas medidas podem ser aprimoradas?**

(opcional)

**Como você avalia a transparência da Justiça Eleitoral junto à sociedade (em relação a gestão, serviços prestados à sociedade, prestação jurisdicional, gastos, outros)? \***

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim



# Gestão Participativa

**Por qué?**

(opcional)

**De que forma a transparência pode ser aprimorada?**

(opcional)



## Sugestões e manifestações obtidas na íntegra

### Anexo II

## Sugestões e Manifestações obtidas na íntegra

TABELA 1 - TEMA: FOMENTAR A INOVAÇÃO INSTITUCIONAL COM VISTAS A ATENDER NOVAS DEMANDAS DA SOCIEDADE POR MEIO DA MELHORIA DE PROCESSOS E SERVIÇOS			
Meta traduzida	Avaliação	Por quê?	Sugestões apresentadas
MUDANÇAS MAIS ÁGEIS	Regular	As mudanças acontecem de forma muito lenta.	Preparando os gestores para que eles tenham como foco na melhoria dos processos da sua área, implementação de projetos de inovação e na execução da estratégia, ouvindo clientes internos e externos. Além disso, os gestores precisam falar para seus servidores da importância do seu papel na estratégia e no atendimento das necessidades dos usuários. Precisam estar conscientes que é nosso papel atender as demandas da sociedade.
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Regular	A qualidade do site é ruim. A forma de agendamento pouco clara.	
	Bom		
	Bom		
	Ruim	Estrutura péssima para os servidores.	Olhando com mais humanidade para as necessidades dos servidores.
	Bom		
MELHORIA ACESSO A SISTEMAS VIA INTERNET	Ruim		Melhor capacidade dos sistemas de internet.
	Bom	Agilidade	Com qualidade
	Excelente		
	Ruim		
	Regular	.	.
	Excelente		



# Gestão Participativa

	Bom		Quando todos os processos passarem a ser eletrônicos. Outro fator importante é a contratação de oficial de justiça fixo, para cumprimento das intimações, pois na JE não dispomos de meios para cumprir tais mandados.
	Bom		
	Regular		
	Bom		Melhores instalações e mobílias
	Excelente		
DESBUROCRATIZAÇÃO VISÃO DO CLIENTE	Ruim	Em tempos de sistemas informatizados e superzonas, excesso de burocracia para coisas muito simples.  Ex1: necessidade do eleitor retornar ao cartório eleitoral para entregar um comprovante de pagamento de multa de R\$3,51. Ex2: termos de posse de mesários - em papel - no cartório eleitoral. Nem o RAE é mais impresso. Não poderia ser um formulário na internet (tipo inscrição em concurso público)? Ex3: Expedir +- 3.000 declarações de trabalho na eleição. Se é necessário lançar os ASE's respectivos, o eleitor não poderia retirar a declaração pela internet? Ex4: apenas o chefe pode fazer N procedimentos (ex:pedido de material de consumo).	Ex1: necessidade do eleitor retornar ao cartório eleitoral para entregar um comprovante de pagamento de multa de R\$3,51. Ex2: termos de posse de mesários - em papel - no cartório eleitoral. Nem o RAE é mais impresso. Não poderia ser um formulário na internet (tipo inscrição em concurso público)? Ex3: Expedir +- 3.000 declarações de trabalho na eleição. Se é necessário lançar os ASE's respectivos, o eleitor não poderia retirar a declaração pela internet? Ex4: apenas o chefe pode fazer N procedimentos (ex:pedido de material de consumo).
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Bom	Podem ser aprimorado.	Reduzindo a quantidade de papel e aumentando a eficiência tecnológica. Processo virtual.
	Excelente		
VISÃO DO CLIENTE MELHORIA DO ATENDIMENTO	Regular	o cadastramento biométrico não é feito de forma eficaz. O atendimento tem sido péssimo, principalmente nos postos instalados em outros órgãos.	Ouvindo quem realmente atende público e sabe fazer isso. Qualificando servidores para trabalharem de maneira eficaz e motivados.
	Bom		
	Bom	sem comentários	sem comentários



# Gestão Participativa

	Bom	Porque tenho notado aperfeiçoamentos decorrentes de modernização de processos, entretanto para ser excelente é necessário que a mentalidade burocrática de diversos servidores ocupando cargos chave seja revista e aprimorada adequadamente.	Já respondido acima
	Excelente		
	Bom	Entendo que a Lei que rege as Eleições, de modo geral, deve ser atualizada no sentido de viabilizar os prazos de julgamento dos feitos, inclusive com restrição de recursos.	Resposta acima
	Bom		
	Ruim		
	Bom		
	Bom		
MELHORIA DO ATENDIMENTO INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS	Ruim	Com a unificação de várias zonas eleitorais o atendimento tornou-se congestionado para o eleitor pois mesmo com o agendamento do dia e horário só há disponibilização de poucas máquinas. Além disso, para os servidores houve a diminuição do quantitativo de pessoal o que fez com que o trabalho se tornasse um corre-corre para dar conta de tudo o que se tem para fazer. Outra questão refere-se a falta de integração dos sistemas o que faz com que tenhamos que prestar a mesma informação várias vezes. Quanto ao trabalho para as próximas eleições existe uma enorme sobrecarga pois passamos de 84 seções para 324 seções.	Providências devem ser tomadas, o mais rápido possível, para integralizar os sistemas diminuindo o serviço interno, para que se de conta da demanda que a biometria acarreta nesta Zona Eleitoral. Além disso, todos os eleitores que residem no Flamengo por força do hábito e/ou proximidade buscam esta 16 ZE para dirimir dúvidas e providenciar suas quitações, o que vem sobrecarregando nossos serviços.
	Regular		
	Excelente		
	Regular	Acredito que muita coisa pode ser remodelada e reduzida com vistas a eficiência administrativa.	



# Gestão Participativa

	Regular	Porque às vezes para se implementar algum projeto, sacrifica o servidor e compromete a imagem da própria Justiça Eleitoral perante a sociedade, pois não estruturou-se de forma eficaz para realização daquele projeto. Ex: Biometria	Com planejamento estratégico eficaz.
	Regular		
	Regular		
INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DESBUROCRATIZAÇÃO	Regular	O Sistema Eletrônico de Informações foi um avanço, pois traz transparência e qualidade, porém quanto à celeridade perdemos pelo excesso de formalismo e pela burocracia. Tome-se como exemplo uma simples comunicação de óbito recebida por e-mail, enviada por outro TRE, para que seja cadastrado este óbito, mesmo que não contenha divergências entre o nosso Cadastro Eleitoral e Registro Civil de Pessoas Naturais, é necessário cadastrar em três sistemas diferentes (Infodip, SEI e Elo).	Menos formalismo, menos burocracia, mais simplicidade. Exemplificando, um óbito que não contenha divergências, entre o Cadastro Eleitoral e o Registro Civil, somente pode ser efetivado no Sistema Elo após a determinação do juiz, entretanto sabemos que para este tipo de situação não há o que decidir, não se trata de mérito, trata-se de questão meramente técnica. Portanto neste caso e muitos outros em que não haja outra alternativa, senão proceder ao ASE respectivo, poderia o servidor agir de ofício, deixando para o juiz questões relevantes. Ganharíamos celeridade, pouparíamos o tempo do juiz e do próprio servidor, e principalmente, atenderíamos o objetivo com maior rapidez, ou seja, no exemplo citado, tão logo a comunicação fosse feita pelo RCPN, o servidor já registraria o falecimento no sistema ELO.
	Bom		
	Ruim	Necessidade de implementação do voto impresso. (Impacta na demanda "transparência")	Evitando o retrabalho
	Regular		
	Bom		
	Excelente		
	Ruim		
	Bom	Quanto mais informatizado, mais célere e mais organizado o atendimento.	Deve ser evitado ou diminuída a impressão em papel, substituindo-a por armazenamento em algum meio seguro.
	Bom		
	Excelente		



# Gestão Participativa

	Regular		
	Excelente		
	Regular		
	Regular		
	Bom		
	Bom		<p>Com mais dinheiro.</p> <p>Não entendo como o TSE ainda não apresentou proposta de alteração do artigo 38, inciso I, da Lei 9.096/95.</p> <p>Não faz sentido que todo o valor recolhido pela Justiça Eleitoral seja revertido para os partidos políticos via Fundo Partidário, o qual já sofreu enorme majoração nos últimos tempos, enquanto sofremos com imóveis precários cujo aluguel e reformas são arcados pela mesma prefeitura que temos que fiscalizar em tempos de eleições municipais.</p> <p>A Justiça Eleitoral é o ramo mendicante da Justiça Federal. Nossos móveis estão tomados de cupim e são da época do Império. Tenho vergonha quando recebo alguém no cartório eleitoral que seja servidor do TJ, do MPE, da Justiça Federal, Trabalho, MPF etc. Um juiz eleitoral certa vez disse que o cartório eleitoral parecia o Afeganistão.</p> <p>É injusto que todos os nossos custos sejam oriundos da arrecadação de impostos quando poderíamos contar com reforço de caixa das várias multas que aplicamos e recolhemos.</p>
	Bom		
	Bom		
	Bom	A implementação do processo eletrônico agiliza o andamento dos processos e facilita a consulta pelos Advogados e pelas partes.	Com acesso a plataforma através de outros dispositivos.
	Bom		Com o tempo, pelo advento de home office.
	Regular		Melhorando as campanhas de divulgação, com uma linguagem mais adequada e



# Gestão Participativa

			compreensível para a população
	Ruim		
	Bom		
	Excelente	Toda ação que vise celeridade, qualidade e transparência é necessária e bem vinda.	Estendendo-se o PJE às Zonas Eleitorais evitando-se, desta forma, os procedimentos de digitalização e protocolização de documentos.
	Excelente		
	Bom		
	Bom	Os equipamentos de coleta biométrica carecem de atualização.	Oferecimento de mobiliário como ergonomia para servidores e eleitores.
	Excelente	Além de gerar celeridade no atendimento das demandas, o processamento eletrônico dos feitos gera maior segurança e transparência na prestação jurisdicional, facilitando a prolação de decisões e a consulta pelos interessados. A biometria, além de agilizar o processo eleitoral, traz maior segurança e transparência ao resultado das apurações.	Ampliando o espaço físico dos cartórios e o número de servidores nas zonas eleitorais.
	Ruim		
	Bom		Eu penso que alguns casos de suspensão, como de condenação criminal em regime aberto ou semiaberto ou em condicional poderiam ser casos de voto/alistamento facultativo. Porque nós atendemos pessoas nessas situações e não podemos emitir títulos para elas por causa da legislação atual. Eu acho que poderia encaminhar proposta de emenda constitucional nesse sentido: aumentar as situações de voto/alistamento facultativo. Encaminhar propostas de emendas à constituição, no sentido de aumentar as condições de facultabilidade do voto/alistamento: como para condenados criminais, portadores de doenças crônicas, profissionais de órgãos de segurança pública; assim identificados com ases específicos. Por exemplo: o condenado que sai em condicional, continua sem poder tirar o título, o que dificulta sua reinserção na sociedade.



## Gestão Participativa

	Bom	A sociedade é resistente a implantação de novas tecnologias. Mesmo após 20 anos de uso ainda existem fortes questionamentos a urna eletrônica. A resposta do TSE tem sido com ferramentas tecnológicas (QR code, RDV, E-título, BU eletrônico etc.) , acrescentando camadas de tecnologia que estão na contramão da resistência da sociedade.	Os lacres das urnas eletrônicas são feitos em papel de segurança e assinados pessoalmente pelo juiz da zona eleitoral. Estes lacres de uma numeração única. Atualmente a numeração destes lacres, associado a qual urna eletrônica e a qual seção eleitoral foram usados, não fica registrada nem é facilmente acessível aos agentes fiscalizadores externos da Justiça Eleitoral. O lacre é assinado por uma pessoa, que transmite confiança (O Juiz), bem diferente de um QR Code no boletim de urna que a maioria da população nem sabe o que é. Durante a extensa auditoria realizada pelo PSDB após as eleições 2016, a maioria das divergências encontradas foi justamente na lacração das urnas.
	Bom		
	Bom	A proposta do agendamento foi boa, mas como nos outros órgãos que fazem agendamento, não se deveria possibilitar o atendimento fora da agenda.	Colocando-se mais quites nos Cartórios/CAEs e mais servidores nos Cartórios/CAEs para poderem atender a população melhor.
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	Porque não vi inovação; tão somente o uso de soluções antigas e ultrapassadas.	1) Alocando pessoal realmente capacitado para o lugar daqueles que hoje pensam os processos; 2) Utilizando uma gestão menos estruturalista e voltada mais para os processos.
	Excelente	Tudo está em constante mudança. Necessário se faz acompanhar tais mudanças, modernizar, inovar e utilizar as novas ferramentas para o bom funcionamento desta Justiça Especializada.	Promovendo-se reuniões de planejamento onde o administrador e o servidor que atua na linha de frente junto ao público possam interagir. Buscando-se as novas ferramentas e estudando-as para melhor aplicabilidade em nosso tribunal.
	Bom	Entendo que as inovações são boas, todavia muitas são implantadas em período eleitoral quando os servidores estão com uma sobrecarga de atribuições.	Reduzindo a quantidade de sistemas e funções, enfim, desburocratizando.



# Gestão Participativa

	Ruim	Tudo feito no improviso. Sem nenhum planejamento.	Dotar as zonas eleitorais de espaço físico adequado para os servidores e eleitores. Não atender quem não estiver agendado.
	Excelente	Acredito no papel transformador que a Justiça Eleitoral precisa desempenhar. Todas as ferramentas possíveis devem ser utilizadas para o objetivo de se alcançar um país mais justo, e com responsabilidades com seus cidadãos	Através do compromisso dos envolvidos com os objetivos traçados e com o exercício constante da troca de ideias na busca por evolução.
	Regular	A iniciativa é boa, mas é pouco efetiva.	Baseando-se no atendimento de toda a população
	Bom	Os procedimentos são implementados sem o devido incremento de servidores para a realização das práticas inovadoras. É considerado apenas o bônus para a sociedade, independente do transtorno causado ao servidor.	Aumentando o número de servidores para a realização dos trabalhos e melhorando equipamentos/softwarewares.
	Bom	Entendo que os serviços prestados diretamente ao Eleitor ainda podem ser melhorados.	Colocando o Eleitor, ou melhor, o Cliente da Justiça Eleitoral, como foco das atenções. Entendendo que o nosso Cliente nos procura não pra pedir um favor, mas sim pra receber um Serviço Público de qualidade, por sinal muito caro, e pago a duras penas por ele na condição de contribuinte.
	Bom		
	Ruim	Não são objetivos e são caros demais.	Simplificando e vendo o que realmente é interessante para o processo eleitoral. Hoje, vivemos uma fase populista e inventiva no mundo da Justiça Eleitoral. Os TRE's precisam de estrutura física. Nem a SEDE do TRE-RJ pertence a Justiça Eleitoral. Não vou nem comentar das Zonas Eleitorais.
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	As inovações implantadas não apresentam infraestrutura e pessoal suficiente e correspondente para a demanda apresentada	Com infraestrutura e pessoal suficiente



# Gestão Participativa

	Regular	A realidade do interior do estado ainda é muito "analógica", sendo assim, deveria ser pensado a facilitação de atendimento de eleitores que vivem, em sua maioria, em áreas rurais sem praticamente nenhum acesso à internet. Bem como deveria ser priorizado a interiorização do atendimento, ao contrário da sua concentração.	Com a descentralização dos serviços, mediante a aproximação dos Cartório Eleitorais com os locais de residência dos eleitores.
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Excelente		
	Bom		
	Bom	Porque a geração atual exige rapidez no atendimento de seus pleitos e conhecimento do que é feito com os tributos que paga.	Mantendo sempre um canal de comunicação com a sociedade, a fim de receber sua opinião sobre os processos e serviços.
	Bom		
	Regular	Falta integração e comunicação entre secretários, coordenadores e chefes	
	Bom		
	Regular		
	Regular	A abrangência de tais inovações são lentas do centro para o interior do Estado, além disso, não contemplam concomitantemente um a inovação na estrutura física dos Cartórios eleitorais, principalmente no Rio de Janeiro.	de forma a satisfazer a sociedade sem interferir na saúde do servidor e do meio ambiente.
	Bom		
	Bom		
	Bom	Falta melhorar algumas coisas.	cursos de atualização para os servidores.
	Regular		
	Bom		



## Gestão Participativa

	Bom		O atendimento a público para operações referentes a RAE ser exclusivamente através de agendamento. As duas formas simultâneas de atendimento, com e sem agendamento, ocorrem, mas são na verdade incompatíveis, e geram desgaste para o servidor bem como não atinge um atendimento de excelência.
	Ruim	Em termos de atendimento ao eleitor em ano eleitoral, nada se fez para aprimorar os serviços prestados durante o período de fechamento de cadastro, as pessoas continuam permanecendo em filas por mais de cinco horas, sendo tal fato repetitivo em todos os anos eleitorais. Sobre o sistema SEI, o treinamento disponibilizado no EAD não foi hábil a abranger todas as funcionalidades dos sistema SEI.	Elaboração de plano emergencial para o período, atendimento itinerante, aumento de força de trabalho. Treinamento presencial para sistemas novos.
	Ruim		
	Regular		
	Excelente		



# Gestão Participativa

	Regular	<p>Evolução da TI: Parece que os recursos destinados à TI não dão conta da evolução esperada por nosso público-alvo, investimentos em recursos materiais, humanos e de software precisam estar constantemente sendo aprimorados, pois assim a realidade é.</p> <p>O Pessoal da TI: Percebo que as exigências sob o pessoal de TI vem aumentando dia-a-dia o que não ocorre com seus benefícios, tal disparidade vem deixando a realidade destes cada dia mais distante dos demais servidores que contam com mobilidade dentro e fora da SEDE, maior acesso a comissionamento, etc.</p> <p>TI, Valor Estratégico Vs Valor Real: Todas as informações passam pela TI, as inovações em grande parte saem da TI e acredito que passamos do tempo de considerá-la, na prática, uma área de valor e não apenas na estratégia. Relatórios gerenciais, organização e apresentação de informações, prestação direta de serviços ao Eleitor, Advogados e Partidos a mudança de foco para a TI é mais que urgente, pois sem ela a briga já começa perdida.</p>	<p>A TI conta com metodologias avançadas de Mapeamento de Processos usando até mesmo engenharia Reversa, temos servidor Doutorando que poderia ser chave nessa questão.</p>
	Regular		
	Excelente		
	Bom		
	Regular	<p>Ainda há muito a ser feito em termos de inovação. Aparentemente há um nível de conforto em relação à eficiência da urna eletrônica. No entanto, prestamos serviços diretos ao cidadão. É preciso investir no atendimento ao eleitor, na facilitação do acesso à Justiça Eleitoral, na desburocratização, na modernização da gestão administrativa.</p>	<p>Por meio do investimento em ferramentas e práticas destinadas à modernização da máquina administrativa; de estudos consistentes sobre as reais demandas e expectativas da sociedade em relação à Justiça Eleitoral e da avaliação entre custo e benefício relativos aos serviços prestados.</p>



# Gestão Participativa

	Regular	Porque ainda tem muito que melhorar, está muito lento a inovação.	dar publicidade ao que esta sendo implantado sobre as inovações
	Excelente		Acho que deve tornar o agendamento obrigatório, só atende quem fez agendamento
	Regular	A inovação de processos e serviços na Justiça Eleitoral é lenta em comparação a outras Justicas Especializadas.	A Justiça Eleitoral fluminense precisa melhorar na desburocratização dos seus serviços; melhorar na praticidade do uso dos seus sistemas; melhorar a qualidade dos seus manuais/rotinas cartorárias; melhorar o acesso as informações necessárias as práticas cartorárias; melhorar a capacitação dos seus servidores e implementar com rapidez o processo judicial/administrativo eletrônico.
	Regular	precisamos discutir mais as propostas em fóruns adequados	amplo debate
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim	As últimas inovações (rezoneamento e redimensionamento) foram implantadas a um custo muito alto de saúde dos servidores. É claramente visível que o grau de satisfação e motivação dos servidores, de modo geral, decaiu muito.	É essencial resgatar a autoestima dos servidores para que os processos e serviços atinjam a eficácia desejada.
	Bom	Busca a inovação.	Comunicação clara com o eleitor/partido explicitando o quê ele está acessando e o quê ele pode e não pode fazer com uma inovação criada.
	Regular		Reavaliando o fluxo dos mesmos de modo a eliminar controles burocráticos ou pouco eficazes e capacitando os executores para reavaliarem os processos de maneira contínua
	Bom		
	Bom		
	Bom	Aumenta o diálogo entre a sociedade e o serviço prestado, que deve estar sempre aberto a inovação e novas idéias.	Os processos poderiam ser mais autoproducentes, ou seja, você ter mais condições de resolver suas pendências de forma virtual "online", principalmente no que se refere a regularização de direitos e



# Gestão Participativa

			quitação eleitoral. Um canal para novas idéias também poderia ser útil.
	Regular	Deixa a desejar em qualidade no atendimento ao público e celeridade nos julgamentos na alta corte.	Planejamento estratégico e comprometimento de todos.
	Bom	Por tornar os processos mais céleres e facilitar a consulta pelos cidadãos.	Modificando a Leis vigentes, para tornar a Justiça mais efetiva e ágil.
	Regular	O sistema é fragmentário. Não concentra as informações coexiste com outros sistemas. Exemplo é a questão do atendimento presencial. Não são computados pelo sistema principal o atendimento independente de agendamento. Determino que os servidores atendam a todos. Mesmo assim recebo cobranças de que não foram feitos todos os atendimentos, quando na verdade foram feitos mais de 200%	Unificação das informações e possibilidade acesso remoto ao sistema independente de se estar ou não no ambiente do tre.
	Bom		
	Bom		
	Regular	Há extrema necessidade de fazer com que o cidadão comum entenda, principalmente, o processo de votação e apuração. Não há nenhum crédito em nosso sistema eleitoral, especialmente, no que diz respeito a urna eletrônica. O cidadão comum precisa compreender por completo o processo de apuração, pois caso contrário, a desconfiança anulará qualquer processo que diga respeito a transparência.	O sistema de votação tem que ser capaz de ser entendido. Pode ser que a votação seja por meio eletrônico, mas o ideal é que o voto seja por cédulas em papel. Isso não representa um retrocesso, mas a certeza de que os cidadãos compreendam todo o processo. O TRE-RJ, s.m.j, deveria sinalizar neste sentido.
	Bom		
	Bom		Integração de sistemas eleitorais, para reduzir os processos burocráticos no trâmite de expedientes/processos eleitorais.
	Regular	São muitos sistemas. É necessário unificar.	0
	Bom		Com convocação de novos



## Gestão Participativa

			servidores.
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim	falta melhorar o treinamento aos servidores	treinando melhor os servidores
	Regular		
	Bom	Acredito que seja o caminho correto, mas prefiro esperar até os primeiros resultados surgirem.	
	Bom	Porque os servidores devem ter treinamentos para melhor operarem os sistemas, principalmente os de processos eletrônicos.	Realização de cursos presenciais para os servidores serem treinados a operarem os sistemas eletrônicos, inclusive os processo judicial eletrônico - PJE.
	Bom	Porque os servidores devem ter treinamentos para melhor operarem os sistemas, principalmente os de processos eletrônicos.	Realização de cursos presenciais para os servidores serem treinados a operarem os sistemas eletrônicos, inclusive os processo judicial eletrônico - PJE.
	Bom		
	Ruim	Como atender as demandas da sociedade com servidores doentes e desmotivados?	Tratando melhor os servidores das zonas eleitorais, linha de frente deste E. Tribunal.
	Bom		
	Regular	Internet muito lenta. Alguns sistemas apresentam problemas o que acarreta demora no atendimento ao eleitor.	
	Bom		
	Ruim		
	Excelente		



# Gestão Participativa

	Ruim	<p>O atendimento CAE/ILHA não se lembrou que os trabalhos cartorários são além do atendimento ao público. A fórmula matemática tirou servidores do serviço interno para ficar no balcão, ou seja: protocolos, óbitos, processos... tudo sofre uma paralização e, ainda, cada vez que acessamos o e-mail, vem o PORTCRE avisando de protocolos não movimentados e etc... ora, ou ficamos no balcão, ou no serviço interno. Atender eleitor digitando ase não dá certo</p>	<p>Estudar, com quem trabalha direto com o serviço, o que pode ser alterado, sugerido... e lembrar: um cartório não é igual ao outro. Aqui, temos registro, prestação de contas anuais, representações, com os candidatos e cabos eleitorais te parando na rua, na porta de casa, na fila da padaria. O outro cartório onde trabalhei, tinha o gerente do tráfico do Chapadão em meu balcão, meninos de 15 anos carregando um fuzil maior do que ele, querendo furar fila no dia da eleição. Então, nem sempre, um cartório pode servir de paradigma para outro.</p>
	Excelente	<p>Inovação de Processos e serviços são prestados de forma excelente pelo voto eletrônico, principalmente. Mas quanto à pergunta quais foram as inovações de processos e serviços ? E quais as novas demandas da sociedade ? Apesar do excelente serviço prestado, a pergunta não parece especificamente clara, ou melhor, é muito ampla o que impede uma resposta do Processo e da Demanda, logo do "Por quê" mais singular sobre o tema.</p>	
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Regular	<p>Falta melhor instruções quanto ao uso de Sistemas. Módulo convocação de mesários necessita melhorias. Evitar deslocamentos dos servidores até a sede para cursos.</p>	<p>Melhor orientação quanto ao uso das inovações. Por exemplo, SEI (tanto os cursos quanto os materiais impressos deixaram muitas dúvidas). Melhoria do Módulo Convocação de Mesários, como, por exemplo, a possibilidade de emissão de relatórios, como Termo de Posse, no mesmo sistema. Maior utilização de cursos à distância, ou pelo menos presenciais regionalizados, tendo em vista a dificuldade de deslocamento de todos os servidores até a sede.</p>



# Gestão Participativa

	Excelente	Trabalhando no atendimento ao público, nós observamos que as pessoas elogiam as inovações nos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.	
	Ruim	A instituição não promove a cultura de inovações. Em regra, apenas recebemos inovações impostas externamente.	
	Ruim	Horrível. Uma porcaria!!! Os equipamentos como cadeiras e mesas não são ergométricos. Uma tremenda gambiarra...fios por cima das mesas...eleitor e servidor se esticando sobre as mesas para realizar os serviços.	Substituir por equipamentos decentes (ergométricos).
	Regular	Carência de servidores.	Maior quantitativo de servidores, upgrade de software e hardware, equipe de manutenção informática por pólos, equipe manutenção predial por pólos, revisão de rotinas cartorárias - algumas são absurdamente extensas, Sede TRE/RJ falar a mesma linguagem que as ZEs.



# Gestão Participativa

	Excelente	<p>O acesso aos novos sistemas e ferramentas da Justiça eleitoral facilitam a vida do eleitor de forma ampla. Hoje já temos a entrega do título no mesmo momento do requerimento RAE (alistamento – transferência – 2ª via – revisões), bem como possibilidade de agendar, pela internet, o melhor horário para o atendimento a ser realizado no Cartório Eleitoral. Junte-se a isso a gama de atendimentos ao eleitor, que podem ser feitos também pela Internet, como emissão de certidões eleitorais (quitação, crime eleitoral, filiação partidária, situação dos partidos políticos em cada localidade etc) além de serviços de emissão de guias (GRUs) para quitação de multas eleitorais. Registre-se, por oportuno, que também os sistemas e aplicativos como “E-Denúncia”, Pardal e demais canais de comunicação com os TREs permitem que o cidadão participe com agente fiscalizador das campanhas eleitorais e abusos políticos e econômicos dos agentes públicos de forma geral. O aplicativo “E-Título” também demonstra grande avanço na prestação de serviço eleitoral, pois o eleitor tem a seu dispor, a qualquer tempo, os dados atualizados sobre sua situação eleitoral.</p>	<p>Atualizando os sistemas já existentes, implementando outros para semelhante fim, investindo em tecnologia e ouvindo os servidores que atuam nos diversos setores da Justiça Eleitoral ( sejam Juízes, Promotores, servidores efetivos e requisitados, convocados - mesários, etc) e também eleitores. Juntos, será possível instaurar o feedback necessário para implementação de ajustes e melhoria dessa Justiça Especializada.</p>
	Regular	<p>Em alguns aspectos a Justiça Eleitoral não atende de forma célere e com qualidade as demandas sociais. Um exemplo é o atendimento biométrico. O atendimento em si é demorado e a população, sobretudo a menos esclarecida e carente, que encontra extrema dificuldade em realizar o agendamento por não terem acesso, ou não saberem usar a internet, sendo que o agendamento por telefone é</p>	<p>Neste caso específico do agendamento através da criação de uma central 0800</p>



# Gestão Participativa

		extremamente difícil e oneroso por ser efetuado mediante ligação interurbana em muitas situações	
	Excelente		
	Regular	Infelizmente, tentar buscar atingir metas sem se importar com o capital humano da organização tem gerado muita desmotivação deste ativo do tribunal.	Na realidade os processos precisam ser centralizados e haver comunicação entre todos os sistemas, para que o servidor não fique confuso com tantos sistemas diferentes para alimentar.
	Bom		
	Bom		
	Ruim	A Justiça Eleitoral não dá sinais de que está pensando seus processos à frente do seu tempo. Ela é reativa apenas. Os Partidos vem se articulando ano após ano para aprimorar o processo eleitoral de forma que os favoreça. A Justiça Eleitoral, porém, vem cumprindo seu papel, mas não têm um espírito inovador, e muitas vezes sequer fornece ferramentas adequadas ao servidor para cumprir sua missão.	Para que tenhamos uma Justiça Eleitoral inovadora devemos criar um ambiente que possibilite capturar as ideias que brotam no dia-a-dia dos servidores e, no mínimo, organizá-las e difundi-las. São os servidores que carregam em si os desafios do cotidiano eleitoral. Muitos tem ideias maravilhosas sobre como aprimorar o processo, mas quase sempre tem esse ímpeto podado por uma Sede centralizadora. Muitas vezes o pensamento de todo um Tribunal sobre determinada questão se resume ao pensamento de um Chefe de Seção ou um secretário, que já está a séculos fazendo a mesma coisa e da mesma forma. Isso é inovar?
	Bom		
	Bom		



# Gestão Participativa

	Ruim	<p>Se considerarmos apenas o aspecto administrativo tais inovações são louváveis, porém, em se tratando do TRE/RJ parece que as medidas são meramente políticas. Ou seja, aparecer bem na mídia é muito mais importante para a Administração do que qualquer novidade.</p>	<p>Em primeiro lugar a infraestrutura, logo em seguida a eliminação dos vários sistemas que são utilizados concomitantemente.</p>
	Bom	<p>A Justiça Eleitoral está atenta às demandas do público externo, com tecnologia para atender às novas demandas.</p> <p>Porém, os procedimentos cartorários urgem por desburocratização e simplificação.</p> <p>A Justiça Eleitoral também poderia direcionar expertise para realizar estudos visando aprimoramento da legislação, atenta aos anseios da população, que urge por uma reforma política mais eficiente.</p> <p>Um ponto muito crítico da atuação da Justiça Eleitoral é a morosidade e insegurança jurídica de alguns julgamentos, que se arrastam por muito tempo e provocam cassações de mandatos em curso há mais de 1, 2 anos, o que transmite incerteza e uma imagem ruim à população.</p>	<p>Desburocratização dos procedimentos cartorários, inclusive com sugestões para melhorias na legislação eleitoral.</p> <p>Dispondo de dados estatísticos de suas metas, os Tribunais Eleitorais podem apontar os pontos críticos do sistema, e apresentar propostas de melhoria na legislação.</p>
	Bom	<p>o sistema de verificação e iniciativa avalia e inova o serviço, solucionando todos os processos e aprimorando o total de atendimento.</p>	
	Excelente		
	Bom	<p>Porque atende a princípios da moderna gestão pública, de atendimento às diferentes perspectivas do cidadão (como consumidor, usuário de serviços públicos etc.), sendo sensível às demandas da coletividade</p>	<p>Através de diversas práticas de melhoria da gestão pública: desenvolvimento da gestão por processos, gestão documental, realização de consultas públicas sobre temas afetos à Justiça Eleitoral que impactem a sociedade na prestação de serviços públicos etc.</p>
	Bom	<p>Mostra que a Justiça Eleitoral está preocupado com sua imagem perante a</p>	<p>A partir da coleta e sistematização das sugestões</p>



# Gestão Participativa

		sociedade.	enviadas pelos usuários.
	Ruim	A que processos e serviços a pergunta se refere?	
	Bom		
	Regular		Melhoria dos equipamentos de informática e adequação dos espaços destinados aos cartórios eleitorais.
	Ruim	Não há planejamento, os serviços são impostos sem treinamento. O servidor deve se desdobrar para por em prática as novas demandas. Um exemplo prático disso é o INFODIP.	
	Bom		
	Regular	Falta de servidor para que possamos realizar todas as nossas atribuições de forma mais tranquila.	Colocando mais servidores no cartório.
	Bom		Investindo-se na capacitação dos servidores e inovações tecnológicas.
	Bom	Temos avançado com a adoção de aplicativos e soluções tecnológicas. Já a crescente cobrança de transparência sobre a votação eletrônica não tem sido respondida a contento pela JE. A recente suspensão do voto impresso acirrou ainda mais a demanda. Por fim, ainda somos apegados a certos formalismos desnecessários, como exigir comprovante de residência apesar de uma lei permitir a mera declaração do eleitor.	1) Abolir a exigência de comprovante de residência para RAE's (cumprindo assim a Lei 7.115/1983); 2) ampliar a votação paralela. 5 urnas é muito pouco para um Estado grande como o RJ. As etapas de transmissão e totalização já contam com instrumentos eficazes de auditoria. O processamento interno das UE's, não (analisando sob o ponto de vista do cidadão médio, leigo em informática).
	Ruim		
	Regular		
	Bom		

	Ruim	Desde novembro/2017 até o fechamento do cadastro eleitoral em 09 de maio de 2018, verificou-se um aumento no número de atendimentos, ocasionado em virtude de boatos disseminados nas redes sociais. Mesmo assim, a Justiça Eleitoral impôs aos servidores o atendimento à demanda, em detrimento da força de trabalho existente, sobrecarregando em demasia os servidores, com especial piora na qualidade de vida no trabalho. Ademais, exerço minhas atribuições em uma zona única do interior do estado, onde muitos eleitores não têm acesso às tecnologias de informação. O sistema de agendamento de atendimento facilita a organização dos trabalhos, contudo, não atende à demanda destes eleitores, que, por vezes, têm de despender valores para serem atendidos nesta Justiça Especializada. Ainda, a distribuição dos horários de atendimento é imposta aos servidores pelo Tribunal, o que não permite a organização dos trabalhos em relação às particularidades de cada zona eleitoral.	Como estamos diante de uma Justiça Especializada que visa à legitimidade do processo eleitoral com vistas à implementação da democracia, os servidores e também os magistrados deveriam ser consultados antes de serem tomadas atitudes que interfiram diretamente no andamento dos trabalhos. O que tem sido corriqueiro na Justiça Eleitoral Fluminense são decisões que partem da sede e que sequer levam em consideração as peculiaridades de cada zona eleitoral. Temos muitos problemas, mas juntos podemos encontrar uma solução que atenda a todos ou, pelo menos, à maioria de forma democrática.
	Ruim	Na parte operacional de informações processuais na internet está de parabéns, contudo, a prestação de contas no contexto de análise deixa a desejar, precisa de acompanhamento mais rigoroso para identificar indícios de crimes nas doações e nos pagamentos.	fortalecendo a atuação investigativa.
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Bom	Implantação do PJE e CEI	Por meio da gestão de competências que tem como objetivo apontar o que é necessário para um melhor desempenho das atividades bem como desenvolver as competências com Planos de



# Gestão Participativa

			desenvolvimento individuais.
	Excelente	De todos os tribunais, em nível federal, percebo que os serviços demandados pela justiça eleitoral são executados com muito mais celeridade e eficiência. Com a implementação do processo judicial eletrônico, prevejo uma maior efetividade, ou seja, eficácia na tramitação, eficiência por maior celeridade e produtividade, e - talvez o mais importante - com menor despesas, visto que reduzirá drasticamente o consumo de papel, impressões, transporte físico de processos, etc.	Como já adiantei acima, com a implementação do PJE, alcançaremos uma justiça eleitoral muito mais acessível à sociedade e com menos despesas operacionais e também com mais celeridade.
	Ruim	Porque atualmente são muitos sistemas que são operados a fim de se fazer o lançamento de um óbito, por exemplo, SEI, INFODIP, ELO, às vezes, CADOB, comprometendo a celeridade e o que antes se fazia em poucos minutos, hoje, levamos aproximadamente o quádruplo do tempo; e ainda precisamos digitalizar, converter o formato do arquivo. Diga-se que pode comprometer também a qualidade dos serviços, porque em virtude de tantos procedimentos, podemos esquecer alguma coisa.	Creio que deveríamos unificar sistemas, aprimorar o SEI para não se permitir modificações no processamento após o despacho do juiz, melhorar o acesso ao SEI porque temos que tentar várias vezes até o sistema abrir, umas 3 vezes, pelo menos, enfim, acho que deveriam tentar fazer todas as etapas no processamento de um óbito, por exemplo, na Sede, antes de se implantar nos cartórios eleitorais, para terem a noção do que precisa ser mudado.
	Bom	O acesso digital feito pelos eleitores com informações afetas a sua vida eleitoral demonstra a modernidade deste ramo do Judiciário Federal, além de diminuir à demanda de interessados nos cartórios.	Acredito que quanto mais informações forem disponibilizadas com clareza e objetividade, mais confiantes ficarão os interessados. Acredito também, que as informações no âmbito interno do TRE podem ser melhoradas significativamente no que tange aos processos de interesse de cada servidor. Hoje, temos enorme dificuldade de acompanhar o andamento das solicitações pessoais, que se transformam em processos.
	Bom		



# Gestão Participativa

	Bom		
	Excelente		
	Excelente	Tudo que é feito no sentido de agilizar e tornar mais efetiva a prestação jurisdicional é bem-vindo e a transparência é requisito fundamental de legitimidade.	Agilizando a implantação do processo digital tanto para processos judiciais quanto para procedimentos administrativos e, ainda, possibilitar que juízes eleitorais tenham acesso ao sistema informatizado de qualquer computador e não apenas nos computadores de Justiça Eleitoral.
	Excelente		
	Bom	Estamos na Era Digital e a Tecnologia da Informação está disseminada na sociedade e nas Justiças estadual e federal. Acredito que a implantação na Justiça Eleitoral deveria ser mais ambiciosa, mesmo porque a votação e a apuração é eletrônica desde 1996.	Com o abandono dos meios analógicos, substituindo a todos, no processo eleitoral, pelos meios digitais.
	Bom		
	Bom		Falta integrar alguns sistemas que funcionam de forma estanque, gerando retrabalho aos servidores. Cito como exemplo a utilização de 3 sistemas para cadastramento de óbitos: CADOB, Infodip e SEI.



## TEMA 2 - MELHORAR A COMUNICAÇÃO E O COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES ENTRE A JUSTIÇA ELEITORAL E A SOCIEDADE

Meta traduzida		Avaliação	Por quê?	Sugestões apresentadas
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Regular	Muitos servidores não estão convencidos da segurança da urna, por exemplo.	Realização de ações em que o público interno e externo seja informado sobre os processos de segurança envolvendo o voto impresso.
		Bom		
		Regular		
AUMENTAR O ALCANCE DA DIVULGAÇÃO		Regular	Pouco alcance	
		Bom		
		Bom		
		Excelente	Para os eleitores votarem.	
		Regular		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES DIVERSIFICAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO		Ruim	As informações são mal redigidas.	Deixando a cargo dos servidores a divulgação exata.
		Bom		
		Excelente		
		Regular		
		Excelente		
		Regular		
		Bom		
		Excelente		
		Bom		
		Excelente		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PROCESSOS ELEITORAIS SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Poderiam ser melhor divulgadas as informações relativas a justificativa por não ter votado (emissão de multa pela internet, por exemplo),	Esclarecendo, por exemplo, como funciona o registro de candidaturas e as prestações de contas eleitorais, que são submetidas à apreciação de um juiz eleitoral.



# Gestão Participativa

			obrigatoriedade da biometria, documentos para transferência.	
		Regular		
		Regular		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Algumas informações, como a biometria por exemplo, não foram bem esclarecidas, confundindo o eleitor sobre a obrigatoriedade.	Melhorando a infraestrutura da sede e dos cartórios eleitorais.
		Bom	Por lhe dar mais visibilidade, demonstrando a importância do serviço que presta à sociedade e à democracia.	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	Ruim	A justiça eleitoral gasta tempo e dinheiro falando em votação eletrônica e vendendo a ideia de que a urna eletrônica é a maior invenção do mundo. Porém, a grande maioria da população sequer sabe o que é uma eleição proporcional. Primeiro temos que educar e esclarecer a população.	Criando um Tribunal com imagem. Sequer temos uma sede dentro de padrões de segurança. A Justiça Eleitoral fluminense não possui uma imagem, uma marca. As zonas eleitorais não possuem padrão. Mas, para sermos fortes, precisamos de bons gestores (chefes, coordenadores, secretários, etc, etc.)
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Deveria haver mais esclarecimentos quanto àqueles que não fizeram biometria.	Valorizando mais os servidores, cuja visão do TRE e TSE é a pior possível.
		Bom		
		Excelente		
AUMENTAR O ALCANCE DAS DIVULGAÇÕES AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL PROCESSOS ELEITORAIS	Bom	Entendo que a Justiça Eleitoral deveria ter acesso mais amplo e prioritário nas mídias sócias, se antecipando a qualquer e eventual Fake News.	Com divulgação mais ampla de seu trabalho e atuação na grande imprensa, incluindo necessariamente as mídias sociais.



# Gestão Participativa

		Bom		prestação de serviço eficiente
		Ruim		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Exemplo: a propaganda genérica sobre a biometria atrapalhou muito, pois induzia o eleitor a não deixar para a última hora (que ainda não existe para uma grande parcela do eleitorado brasileiro).	Divulgando as informações conforme a realidade de cada eleitorado.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Muitas informações prestadas pela mídia (TV principalmente) são incorretas. Durante o prazo próximo ao fechamento de cadastro vi uma reportagem na TV dizendo que quem estivesse devendo alguma eleição não poderia votar na próxima eleição. Absurdos tipo este são passados para a população que "corre" para resolver na zona eleitoral mais perto congestionando o atendimento e impedindo os que realmente necessitam de atendimento de resolver suas questões na ZE. O e-título por exemplo não é um aplicativo foi esclarecido aos servidores mas que está sendo divulgado na mídia. Muitos eleitores tem comparecido para tirar suas dúvidas conosco, sem que tenhamos informação oficial do TRE. Outra situação diz respeito as eleições suplementares as quais aconteceram no último domingo e	Gerando credibilidade interna para que os trabalhos externos transmitam a credibilidade desejada. Talvez a Administração participando, de verdade, do que se sucede nas Zonas Eleitorais, diminuindo a distância entre o público interno (servidores de zonas eleitorais) e o administrativo.



# Gestão Participativa

			nada oficialmente consta, nem justificativa, nem resultado, até o momento.	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	Sempre dá uma interpretação ao eleitor errado do que realmente está acontecendo, de como ele realmente deve proceder.	Com Programas de esclarecimento à população, dando mais oportunidade ao servidor de cursos, aprofundamento, especialização e não somente ao magistrada como tenho visto.
		Excelente		
		Bom		
		Bom		Cumprindo o que promete perante ao ser público interno e externo.
		Bom		
		Regular		
AUMENTAR A UTILIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO	PROCESSOS ELEITORAIS SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	A divulgação de informações nas redes sociais ainda é incipiente. Em outros veículos (rádio e televisão) tem sido realizada de forma superficial e pouca frequência.	A exemplo do Tribunal de Justiça do Estado do RJ que posta vídeos institucionais no facebook, por eemplo, poderíamos fazer o mesmo. O TJ posta o "TJ entrevista" esclarecendo dúvidas, fazendo entrevistas, apontando direitos etc..
		Excelente		



# Gestão Participativa

		Regular	Há necessidade de treinamento prévio dos servidores acerca das novas ferramentas implementadas pela Justiça Eleitoral (ex: e-Título)	Implementando maior celeridade em seus julgados.
		Ruim		Organizando-se.
		Bom		
		Excelente		
		Ruim		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	A informação deve ser mais precisa de modo a não gerar dúvidas ao eleitor.	Fazendo cumprir com mais rigor as leis que barram candidatos nocivos à sociedade, como a Lei da ficha limpa.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	A última campanha publicitária anunciando o prazo final para alistamento/revisão/transferência, não esclarecia que, no município do Rio de Janeiro, a biometria não era obrigatória. Isso provocou uma corrida aos cartórios eleitorais desnecessária, sobrecarregando os servidores da Justiça Eleitoral Fluminense.  Omissão imperdoável da Justiça Eleitoral	Mais transparência com os públicos interno e externo
		Excelente		
		Bom		
		Bom	As inserções na programação das TVs e rádios devem ser gratuitas, como uma das contrapartidas à concessão	Com a demonstração de absoluta isenção e imparcialidade
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim	As mensagens não são claras para a maior parte do público.	
		Bom		
		Regular		
		Bom		Melhorando os imóveis (inclusive a fachada) e o mobiliário das sedes dos



# Gestão Participativa

				cartórios eleitorais.
			Excelente	
			Bom	
			Excelente	Com a manutenção e prestígio das decisões de primeiro grau.
AUMENTAR O ALCANCE DAS DIVULGAÇÕES AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PROCESSOS ELEITORAIS SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	A Assessoria de Comunicação do TSE não tem sido clara na informação ao grande público. A biometria, por exemplo, não foi claramente divulgada como não obrigatória, gerando um comparecimento absurdo aos cartórios eleitorais no final do cadastro.	Divulgando mais clara e frequentemente informações sobre o processo eleitoral.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Regular		Com mais transparência, informações mais claras.
		Ruim		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim	Informações errôneas ou fragmentadas são constantes	Valorizando o servidor
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PROCESSOS ELEITORAIS	Regular	O problema está no foco. Não basta incentivar o voto, temos que explicar como ele funciona a fim de que o eleitor possa torná-lo eficaz.	Cumprindo o seu papel não só na preparação das Eleições mas também no momento de dar à sociedade uma resposta nos intermináveis processos que julgam propaganda irregular, prestação de contas, prática de crimes eleitorais, que se estendem por anos, permitindo que meliantes continuem se elegendo.
			Excelente	
			Bom	



## Gestão Participativa

AUMENTAR O ALCANCE DAS DIVULGAÇÕES AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Regular	Entendo que várias propagandas são extremamente repetitivas e por vezes inócuas.	Atualmente, há uma campanha negativa acerca da urna eletrônica, com relação à impressão do voto. Porém, ainda não assisti a uma defesa eficiente e técnica sobre a segurança da UE e sobre a lisura do processo. Por mais e melhor que a JE se proponha a fazer, existe essa crítica feroz que faz o eleitor a desacreditar na JE.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Bom	Carece de maior divulgação e esclarecimento dos procedimentos.	Elucidando à população sobre o processo de apuração e a segurança dos resultados das urnas.
		Ruim		Com eficiência
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PAPEL DA JE	Bom		Eu acho que poderia haver campanha no sentido de fortalecer o papel do justiça eleitoral para com a democracia e a importância desta. Porque há eleitores que entendem que trabalhamos para políticos ou partidos.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Ruim	Os agentes da sociedade atacam fortemente a urna eletrônica, com argumentos fracos e de fácil oposição. Contudo, a Justiça Eleitoral tem falhado em usar seu maior canal de comunicação que são os servidor dos TRE's. A maioria dos servidores da JE desconhece as etapas e mecanismos de segurança do processo eleitoral. Apenas em 2017 o TSE disponibilizou um tímido EAD sobre o tema. O mote é: "se quem trabalha na Justiça Eleitoral não consegue defender o nosso processo eleitoral, como esperar que o público externo esteja informado".	A urna eletrônica não é mais novidade. Devemos defendê-la como parte do sistema de voto informatizado. O projeto futuro da JE é a implantação extensiva da identificação biométrica dos eleitores e mesários.



# Gestão Participativa

		Excelente		
AUMENTAR O ALCANCE DAS DIVULGAÇÕES AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Bom		Ocorreram muitos boatos que geraram problemas para população e para os servidores, uma atuação mais contundente nos meios de comunicação desmentindo os boatos falsos
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL PROCESSOS ELEITORAIS SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	Regular	Há carência de informações mais detalhadas sobre crimes eleitorais, compra de votos, sistema proporcional, segurança da urna eletrônica, vantagens e desvantagens do voto impresso, vantagens da identificação biométrica	
		Excelente		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim	Porque as campanhas em rádio e televisão servem apenas para confundir os eleitores.	Preocupando-se menos com a qualidade do processo eleitoral - que sempre foi satisfatória - e muito mais com a qualidade dos eleitos (muitos analfabetos, vários sem escrúpulos, etc.).
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Quando massifica a idéia de comparecimento para a Biometria, por exemplo, não informa documentação correta e nem que não é ainda obrigatório. Resultado disso é que recebemos eleitores carentes que andaram horas para vir tirar o título, sem trazerem documentação necessária e desconhecendo a desobrigação disso. Por vezes eleitores idosos e doentes. E sempre muito pobres, sem dinheiro para a passagem.	Com propagandas constantes e esclarecedoras. Tornando o agendamento a única forma de atendimento ou acabando com o agendamento e atendendo por ordem de chegada. Atender por agendamento e encaixe torna as coisas confusas, tira a credibilidade desta Justiça Especializada e acarreta tratamento desigual.



# Gestão Participativa

AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Bom	Há equívoco em algumas divulgações.	Em alguns casos, fazendo-se uma consulta prévia com os servidores que estão na ponta do atendimento.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim	Só divulgam informações irrelevantes. Exemplo: participação de jovens nas eleições. Quem vai querer votar com esse bando de ladrões se candidatando? Perguntar primeiro aos servidores o que deve ser divulgado. Para que divulgar o cancelamento dos títulos daqueles que não votam há três eleições? A única finalidade é tumultuar os cartórios. Cobrar 100 reais para emissão de segunda via. Cobrar 100 reais, para alteração de nome. Todo o dinheiro deveria ser revertida para a J.E. Acabar com o Fundo Partidário.	Instalar os cartórios em prédios adequados. Os cartórios parecem botequim de quinta categoria.
		Excelente	A informação é uma das ferramentas mais poderosas que dispomos para provocar conscientização e mudanças profundas em nossa sociedade	Através da entrega de serviços com observância de princípios como a celeridade, moralidade, instrumentalidade, economia processual entre outros.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Bom	Exercita o pensar, o debate.	Com ampliação da transparência e consultas populares.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Bom	Muitas propagandas dão informações à população que geram dúvidas.	Com melhora da infraestrutura e dos servidores. De nada adiantam propagandas se ao chegar no cartório, o eleitor encontra poucos servidores, com infraestrutura ruim atolados de serviço e tendo que prestar atendimento de excelência.



# Gestão Participativa

AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Muitas informações, embora sejam bem compreendidas por nós Servidores, não são veiculadas de maneira que o Eleitor possa entender claramente. Precisamos ter em mente que o Eleitor quase nunca possui a mesma facilidade de compreensão que nós Servidores da Justiça Eleitoral, já familiarizados com a Matéria.	Com o aumento do foco no Eleitor/Cliente.
		Bom		
		Ruim	As propagandas não refletem a verdade do TRE. Zonas caindo aos pedaços. A maioria dos cartórios não tem acessibilidade e mesmo assim tem propaganda do TSE promovendo a acessibilidade.	Estruturando as zonas eleitorais e a SEDE.
		Regular		
		Excelente		
		Ruim	Não se considera a verdadeira realidade das zonas eleitorais com falta de pessoal e infraestrutura deficitária. E o próprio sistema é ruim e não apresenta qualidade e celeridade.	Investindo no seu quadro de pessoal e não o desprezando
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PAPEL DA JE	Regular	Falta clareza nas informações. A maioria da população fluminense tem nível educacional baixo. Grande parte dos eleitores e/ou cidadãos acredita que a Justiça Eleitoral é um órgão vinculado aos políticos e não um órgão independente e do Judiciário da União.	Com a aproximação dos serviços aos locais de residência dos eleitores/cidadãos.
		Bom		



# Gestão Participativa

		Regular		
		Excelente		
		Bom		
		Excelente		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Bom	Não é excelente porque, às vezes, a mensagem não é totalmente clara, ou seja, em alguns casos gera dúvidas no eleitor, por exemplo quando fala em biometria obrigatória em alguns municípios e o eleitor entende que tal obrigatoriedade é para todos .	Mantendo sempre uma OUIDORIA atenta aos reclamos do eleitor.
		Ruim	Porque o que veiculado na TV e internet é uma propaganda de serviço a ser prestado que o Tribunal não está preparado para atender em grande demanda por falta de servidores, computadores e recursos em geral	A JE já vem implantando uma série de medidas que tendem redução de gastos, mas é preciso aplicar parte destes recursos economizados para aprimorar os serviços prestados a população como aquisição de equipamentos, aluguel de imóveis para melhor acomodação das unidades, aumento da velocidade dos links de comunicação dado o uso massivo de sistemas, uso de sistemas/programas de domínio publico, teiceirização.
		Bom		
		Excelente		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Ruim	Porque a Justiça Eleitoral não toma as devidas providências sobre quem divulga notícia falsa e que denigre essa Corte.	Tomando as devidas providências sobre quem divulga notícias falsas sobre a confiabilidade do nosso sistema eleitoral
		Bom		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Regular	As Propagandas não são muito esclarecedoras e muitas vezes incompletas	



## Gestão Participativa

		Bom		Dando soluções pelas quais a sociedade anseia.
		Regular		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Bom	A ideia de divulgação é boa, mas o problema é que as informações são genéricas, sendo muitas vezes incompletas, gerando problemas para a correta compreensão do público.	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PROCESSOS ELEITORAIS	Ruim	Não compatível com a realidade do serviço prestado ao eleitor, falta força de trabalho e equipamentos. Não está de acordo com a demanda dos eleitores.	Aumentando o interesse das pessoas em exercer a cidadania através do voto. Isso passa também pela esclarecimento ao público leigo dos julgamentos dos processos eleitorais contra candidatos e agentes políticos.
		Ruim		
		Regular		
		Excelente		
		Regular	Começou bem	A imagem da JE necessita de questões que antecedem a divulgação. Voto obrigatório e Urnas Eletrônicas deveriam ser o foco se a questão é aprimorar a Imagem da JE.
		Bom		
		Bom		
		Bom		



# Gestão Participativa

AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES DIVERSIFICAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	PAPEL DA JE SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	Regular	Existe um grande investimento nos anos eleitorais ou por ocasião de grandes projetos, como a biometria, no entanto não se percebe o mesmo esforço nos anos não-eleitorais. Falta informação sobre o papel da Justiça Eleitoral e suas ações.	Por meio de programas e ações de esclarecimento sobre o papel da Justiça Eleitoral e sobre a importância do voto de forma continuada, inclusive nos anos não eleitorais, por meio de parcerias com instituições de ensino, organizações públicas e privadas e através dos veículos de comunicação de massa e mídias sociais. A falta de divulgação do papel da Justiça Eleitoral põe em risco sua própria existência, pois reforça a falsa ideia de que somente se trabalha nos anos de eleição.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES DIVERSIFICAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO		Ruim	Praticamente nada é divulgado	Reconhecimento de seus servidores
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	A divulgação de informações pela Justiça Eleitoral nem sempre é esclarecedora, gerando dúvidas aos eleitores de questões simples, que não demandariam a sua ida ao cartório eleitoral para saná-las.	Melhorar a qualidade da informação divulgada, prezando pela forma simples e esclarecedora das questões. Sensibilidade e rapidez na solução de dúvidas frequentes dos eleitores. Manter canais nas redes sociais com as informações do processo eleitoral, com a participação de especialistas nos respectivos temas.
		Bom	em face das mídias disponíveis	acabar com as filas
		Bom		
		Bom		
		Bom		
		Excelente		
		Bom		Servidores motivados sempre foram fator essencial na formação da imagem da Justiça Eleitoral.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES DIVERSIFICAR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	Porque é feito pelo TSE, e o eleitor/partido não procura particularidades do TRE do seu estado. O eleitor/partido	As divulgações na mídia devem ser de responsabilidade de cada TRE.



# Gestão Participativa

				acabam achando que a informação geral do TSE deve ser aplicada a qualquer TRE.	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Regular			Reforçar a divulgação da segurança do processo eleitoral
		Bom			
		Bom			
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Bom		Poderia ser de linguagem mais simples e rápida.	Tendo mais participação da sociedade.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PROCESSOS ELEITORAIS	Regular		Em relação ao processo eleitoral há falha na divulgação.	Cumprindo o que se promete.
		Bom		Porque toda ação que vise tornar mais acessível e transparente as informações e atos do Poder Público é louvável e extremamente positiva.	Na medida em que as ações de sua competência tornarem mais céleres, principalmente nos casos em que os julgados possam interferir no resultado de uma eleição.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	Regular		Pouca divulgação contra a fake news e esclarecimentos contra o voto nulo.	Primeiramente mudar a composição do tse
		Regular			
		Bom			
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PAPEL DA JE	Bom		O sistema de informação é bom, todavia deve ser reforçado o papel da justiça eleitoral, como órgão desvinculado do Poder legislativo.	O fortalecimento da instituição se dará, a partir do momento em que os órgãos julgadores passem a decidir de forma uniforme. As decisões de 1º grau devem ser orientadas pelos Tribunais, de modo a gerar maior segurança jurídica e consequentemente melhorar a imagem dessa Justiça Especializada.
		Bom			
		Bom			
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim		Confundem o eleitor	Com verdade, sem propaganda fantasiosa.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Regular			Propagandas mais claras.
		Excelente			



# Gestão Participativa

			Regular		
			Bom		
			Bom		
			Regular		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES			Ruim	tudo é feito em cima da hora, mal explicado a população	melhorando a comunicação com o publico
			Regular		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL		Regular	Sinto que de maneira geral, a população não confia no processo eleitoral, pois não o acha confiável e falta atuação nesta área.	
			Excelente		
			Excelente		
			Bom		
			Ruim	A melhor ferramenta de comunicação com a sociedade é o servidor saudável e motivado.	Cuidando melhor dos servidores das zonas eleitorais. Talvez exonerando "colegas" de seus cargos de direção que riem do sofrimento dos outros seja um bom começo.
			Regular		
			Bom		
			Bom		
			Ruim		
			Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS		Ruim	Péssimo. Causa mais confusão com o eleitor que depois desconta no mesário e nos funcionários. Um deles é o da biometria, dizendo que não precisa levar identificação oficial. Ora, TODO maior de idade, deve caminhar civilmente identificado. E houve problemas de bate-boca de eleitor em seção esse ano por causa disso.	



## Gestão Participativa

AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	Excelente	A divulgação é excelente para as questões que criminalizam as eleições e de controle sobre eventuais irregularidades. Entretanto, para a informação à cidadania há um vácuo informativo muito grande, cuja consequência aparece na enorme quantidade de votos brancos/nulos e na ausência aos pleitos...	A imagem já fortalecida já hoje! É um exemplo.
		Bom		
		Excelente		
		Bom		
		Excelente		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	As propagandas do TSE não informam claramente sobre as atividades da Justiça Eleitoral, gerando um comparecimento exagerado da população ao cartório eleitoral, sem necessidade, tendo em vista as informações incompletas. Isso gera um descontentamento do eleitor e sobrecarga nos cartórios.	Propagandas com informações claras e completas.
		Bom		
		Bom		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	Nesse momento, por exemplo, o site do TRE/RJ permite o agendamento para o eleitor sem a devida informação de que somente pode ser feito a segunda via. Muitos eleitores comparecem ao cartório para realizar revisão/transferência sem saber que não pode e inclusive questionam o site que no ato do agendamento em	Respeito ao cidadão e ao servidor público.



# Gestão Participativa

			nada informa a respeito.	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	Informações truncadas e pouco claras para o eleitor comum.	Fortalecendo o servidor e melhorando as condições de trabalho primeiramente. Depois, formar uma equipe regional para corrigir distorções nos processos de trabalho, simplificando os métodos. Isso faria agilizar o todo e possibilitaria prestar um serviço melhor.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Regular	Muitas vezes, neste ano, a divulgação de propaganda de conteúdo impreciso, levou a erro o cidadão. Exemplo disso ocorreu na divulgação da biometria feita em conjunto com a divulgação sobre o fechamento de cadastro, quando em muitos locais a tecnologia (biometria) sequer havia sido implantada. Isso comprometeu o atendimento no Cartório Eleitoral pois, sem necessidade, levou várias pessoas ao balcão de atendimento, fazendo com que eleitores que estavam em situação regular, em locais, repito, que nem mesmo fazia biometria, saíssem de suas casas, perdessem tempo buscando os cartórios eleitorais, quando na verdade, não conseguiriam, sequer, o atendimento.	Agindo como ente garantidor da legitimidade do processo eleitoral. Coibindo abusos de poder econômico e político que permitam o desequilíbrio entre os candidatos. Implementando efetiva fiscalização dos atos dos agentes públicos e políticos não só em período eleitoral mas durante todo o ano. Promovendo ações voltadas à cidadania, junto as escolas, associações.



# Gestão Participativa

			<p>Outro exemplo foi a possibilidade de agendamento de biometria, pela internet, em locais que não tinha ainda atendimento biométrico. Melhor seria se o próprio sistema avisasse sobre a existência ou não de atendimento biométrico em determinada Zona Eleitoral.</p>	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Regular	<p>As campanhas publicitárias em muitas ocasiões confundem mais o eleitor do que esclarece. Usam uma linguagem muito técnica, que a população menos esclarecida não compreende.</p>	<p>Criar campanhas com uma linguagem mais acessível e esclarecedora, com uso de uma linguagem simples e acessível.</p>
		Excelente		
		Bom	<p>É importante manter a sociedade informada para que fique claro que existe independência entre a instituição eleitoral e os governantes.</p>	<p>Atuando de forma imparcial e promovendo eleições livres de vícios que coloquem em cheque a atuação desta justiça especializada.</p>
		Bom		
		Bom		

AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRO	Ruim	Qual a imagem da Justiça Eleitoral? Nós sabemos o que é a Justiça Eleitoral, mas a população em geral não sabe. Para eles a Justiça Eleitoral é a urna na escola e emissão de título. Aliás, a urna é um extraterrestre para a população que não consegue entender seus sistemas. A falta de diálogo com a sociedade sobre esta ferramenta da democracia, está dando força aos partidos de má-fé a rever o processo eletrônico de votação.	O programa "TRE vai à Escola" promovido pela EJE-RJ é uma forma de se aproximar da população. O jovem é mais aberto à ideia de inovação tecnológica. Deveria ser ampliado para dialogar com as Universidades também e, mais uma vez eu repito: é preciso incluir os servidores nessa batalha de informações.
		Excelente		
		Bom		
		Bom		A preocupação exagerada com a imagem da JE é o aspecto mais visível da influência política sobre esta Justiça Especializada.
		Excelente	A Justiça Eleitoral parece explorar bem as mídias de que dispõe.	Um ponto muito crítico da atuação da Justiça Eleitoral é a morosidade e insegurança jurídica de alguns julgamentos, que se arrastam por muito tempo e provocam cassações de mandatos em curso há mais de 1, 2 anos, o que transmite incerteza e uma imagem ruim à população. Esses julgamentos precisam ser mais céleres, pois a demora causa danos irreparáveis e gastos públicos enormes com a organização de eleições suplementares.
		Bom		todos trabalham de forma centralizada há um denominador comum de um bom desempenho profissional.
		Bom		



# Gestão Participativa

DIVERSIFICAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO		Bom	Porque traz informações importantes sobre suas linhas de atuação e os serviços prestados.	É necessário estabelecer canais de interlocução efetivos com a sociedade, em que os cidadãos possam efetivamente contribuir com sugestões de melhoria dos serviços públicos prestados pela Justiça Eleitoral.
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	Excelente	Manter a transparência é sempre importante e essencial.	Maior divulgação de suas ações e produção de documentos que orientem a população sobre seus direitos
		Regular		
		Bom		
		Regular		
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim	A divulgação vem , no geral, de cima, isto é do TSE, sem levar em consideração as peculiaridades regionais. Um grande equívoco, pois a Justiça Eleitoral ainda não atingiu o patamar de ter procedimentos único.	
		Bom		
		Bom		
		Excelente	Atinge o público alvo com mais facilidade e velocidade.	Investindo-se na capacitação e valorização de seus servidores .
		Excelente	O TSE e os TRE's estão presentes nas redes sociais e a maioria cumpre muito bem o dever de informar e rechaçar boatos.	
AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES		Ruim	Não faz uma informação completa, real	
		Bom		
		Bom		

<p>AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES</p>		<p>Ruim</p>	<p>Às vezes a divulgação de informações é um pouco confusa. Deparamo-nos em algumas oportunidades com a divulgação de informações ao público externo, antes mesmo de nós, servidores, que atuamos diretamente com o público, tomarmos ciência sobre tais informações. Tal ocorrência, demonstra falta de comunicação organizacional.</p>	<p>Com a valorização dos seus servidores! Somos a linha de frente da Justiça Eleitoral. Os cidadãos que aqui procuram atendimento deparam-se com os servidores que "presentam" esta Justiça Especializada. Quão bem atendidos sejam estes cidadãos, quão fortalecida será a imagem da Justiça Eleitoral. A valorização inclui melhoria das condições de trabalho, incluindo a estrutura física e clima organizacional. As ações devem ser pautadas na igualdade entre os servidores, por exemplo: Há capacitação continuada para servidores da sede em detrimento dos servidores das zonas eleitorais.</p>
		<p>Excelente</p>		<p>Abstendo de requisitar servidores estaduais e municipais, principalmente em cidades pequenas, a presença de servidores do município no cartório em ano de eleição confunde o eleitorado.</p>
		<p>Ruim</p>		
		<p>Bom</p>		
		<p>Bom</p>		
		<p>Regular</p>		
<p>DIVERSIFICAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO</p>		<p>Bom</p>	<p>Acredito que a justiça eleitoral ainda não está bem popularizada, ainda há um certo distanciamento entre esta justiça e a sociedade.</p>	<p>Aproximando-se mais da sociedade, aproximando mais o cidadão das atividades democráticas, estimulando a parceria da sociedade organizada com a justiça eleitoral. Democracia se faz com cidadãos ativos, não por decreto ou meras leis.</p>

AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Ruim	<p>Geralmente os eleitores procuram os cartórios sempre com uma ideia passada de forma equivocada; e isso acontece há muitos anos, antes, era apenas com relação ao prazo divulgado para se realizar algum procedimento, atualmente, percebemos que as dúvidas e as informações equivocadas só aumentaram.</p> <p>A imagem da Justiça Eleitoral é fortalecida por um atendimento de excelência junto a população; ou seja, quanto mais tivermos condições favorecidas para darmos atenção a essa população que nos procura no balcão de atendimento, mais a Justiça Eleitoral será valorizada.</p> <p>A contrário sensu, se essa Justiça cria sistemas complicados de serem alimentados, que não permitem aos seus servidores nos cartórios operarem com facilidade, não há condições de se atender a população com celeridade e eficiência.</p>
AUMENTAR O ALCANCE DAS DIVULGAÇÕES AMPLIAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	SERVIÇOS ELEITORAIS	Bom	<p>A divulgação de procedimentos eleitorais, tais como as demandas dos eleitores que procuram os cartórios, deveria ser massificada, inclusive em anos que não correspondem a eleições municipais ou gerais. Com isso, certamente haveria uma diminuição do movimento nos fechamentos de cadastro. As consequências para o eleitor que fica sem a quitação eleitoral é outro ponto que merece divulgação, em qualquer época.</p>
		Excelente	
		Excelente	Eleições realizadas de forma transparente com utilização da internet, do exato modo da última eleição.
		Excelente	
		Regular	Com julgamentos mais ágeis e rápidos, sem a imensidão de recursos que hoje propicia que as decisões nunca venham a ser definitivamente cumpridas.
		Excelente	



# Gestão Participativa

AMPLIAR CONTEÚDO DIVULGAÇÕES	O DAS	PAPEL DA SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO	JE Bom	A essencialidade da Justiça Eleitoral na construção do Estado Democrático de Direito, como garantidora da democracia direta ou indireta representativa, tem a sua legitimidade hoje posta em xeque, assim como as demais instituições.	Transparência e eficiência.
			Bom		
			Bom		



# Gestão Participativa

TEMA 3 - APROXIMAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL COM A SOCIEDADE			
Meta traduzida	Avaliação	Por quê?	Sugestões apresentadas
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO À SOCIEDADE DE SEU PAPEL NA DEMOCRACIA	Regular	Faltam campanhas e ações que levam a população a percepção do quando seu voto é importante.	Campanhas que demonstram para o eleitor o papel de cada cargo, por exemplo, poderia ajudar a perceber quando um candidato promete o que não está na sua área de atuação.
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Excelente		
	Regular		
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO À SOCIEDADE DE SEU PAPEL NA DEMOCRACIA	Ruim	Falta de campanhas mais efetivas.	Deixando de gastar milhões com agências de propaganda incompetentes.
	Bom		
	Excelente		
	Regular		
	Excelente		
	Excelente		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Excelente	Pois é uma forma da sociedade atuar diretamente na construção e desenvolvimento do país.	



# Gestão Participativa

AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO À SOCIEDADE DE SEU PAPEL NA DEMOCRACIA	Regular	Como dito antes, só existem chamadas para o povo votar de maneira mecânica.	Temos que investir em "educação eleitoral".
	Bom		
MELHORAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	Ruim	Não são transparentes e claras as informações sobre prazos, documentações e consequências.	Informações nas rádios locais, facebook, etc.
	Regular		
	Excelente		
	Bom		Com maior divulgação de seu trabalho e atuação como dito acima.
	Bom		divulgação mídias digitais
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO DO PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL	Regular	A população mistura a Justiça Eleitoral a Partidos Políticos o que não é bom. Enquanto não houver esclarecimento da independência dos dois a sociedade não aceitará como verdade o incentivo ao voto. Portanto, falar em democracia como estímulo ao voto não diz nada ao povo.	O mesmo respondido acima.
MELHORAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	Ruim	A informação não é passada com clareza	Melhorando a comunicação.
	Bom		
	Bom		
	Bom		Através de conscientização do eleitor por meio da mídia, de forma maciça. O eleitor precisa entender como funciona, de forma resumida, claro, o processo eleitoral (eleição proporcional, voto nulo, consciente eleitoral, etc)
	Bom		
	Regular		



## Gestão Participativa

AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO DO PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL	Ruim	O público ainda não reconhece (ou sabe) que a missão da Justiça Eleitoral é garantir que o cidadão possa exercer sua vontade através do voto. A população, muitas vezes, ao chegar em uma zona eleitoral, confunde Justiça Eleitoral com partidos ou políticos. Desse modo, a nossa imagem não está clara para estes eleitores.	Mais informação.
	Bom		
	Ruim	Acredito que tal atribuição não é da competência da Justiça Eleitoral	
	Regular		
	Bom		
	Excelente		
	Ruim		
	Bom		
	Regular		
	Excelente		
	Bom		
	Excelente		
MELHORAR O CONTEÚDO DAS DIVULGAÇÕES	Regular	Um bom exemplo foi a propaganda da biometria que não deixava clara a falta de obrigatoriedade, causando muitos transtornos, embora essa fosse a intenção, fazer número.	O tre poderia ser mais ativo junto à sociedade e cuidar mais da sua propaganda, para que a linguagem fosse de fácil compreensão para a população em geral.
	Ruim		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		Com maior participação de agentes (juízes e/ou servidores) em escolas instruindo adolescentes.
	Excelente	Por causa da dedicação dos servidores	Com maior apoio da Administração e melhor divulgação midiática.
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO DO PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL	Ruim	A população, em sua grande maioria, possui um nível de escolaridade muito baixo, incapaz de assimilar e compreender as informações divulgadas. A Justiça Eleitoral é confundida como parte de um grupo político que faz parte da corrupção.	
	Ruim		



# Gestão Participativa

	Bom		Videos com informações na internet
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE EXPLIQUEM O FUNCIONAMENTO ELEITORAL E OS DIFERENTES PAPÉIS	Regular	Falta foco.	É preciso explicar ao eleitor como funciona o voto. Por exemplo, ninguém entende como um candidato que teve a preferência popular, obteve muitos votos, não consegue uma cadeira e outro que teve uma votação inexpressiva chega lá. Ao saber como funciona o voto o eleitor poderá fazer melhor uso dele. Hoje, sente-se enganado porque não entende o óbvio. Cabe à Justiça Eleitoral ter propagandas eficazes que efetivamente expliquem tudo isso.
	Excelente		
	Excelente		
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE EXPLIQUEM O FUNCIONAMENTO ELEITORAL E OS DIFERENTES PAPÉIS	Regular	O próprio cenário político desestimula a participação da sociedade. É necessário fazer com que o eleitor acredite que a JE está a seu lado e que ele precisa contribuir denunciando fraudes, compra de votos, boca-de-urna. No entanto, nós servidores, no momento do atendimento, estimulamos os eleitores a votarem conscientemente. Como consequência, conquistamos 100% de mesários voluntários.	Com campanhas demonstrando a distinção entre regimes democráticos e ditaduras, enfatizando-se as vantagens do nosso processo eleitoral.
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE EXPLIQUEM O FUNCIONAMENTO ELEITORAL E OS DIFERENTES PAPÉIS	Regular	A população carece de informação sobre o processo eleitoral. Deveria haver maior esclarecimento sobre as consequências dos votos em branco e nulo para o resultado das eleições, fomentando maior participação dos eleitores.	Palestras em escolas e universidades.
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO À SOCIEDADE DE SEU PAPEL NA DEMOCRACIA	Regular	Aumentaram as campanhas para conscientização do voto	Campanhas permanentes e mais educativas, não se restringindo a época de fechamento do cadastro
	Bom		
	Bom		Incentivar projetos como o "mesário voluntário" e "aulas de cidadania", como o Projeto Eleitor do Futuro e TRE vai a Escola do TRE-RJ, que são formadores dos atuais cidadãos e dos futuros eleitores.
	Excelente		



# Gestão Participativa

	Bom		
	Regular	<p>Há poucas ações neste sentido. As ações de divulgação não deveriam se restringir a anos eleitorais, pois o trabalho de conscientização deveria ser contínuo. O próprio Projeto Eleitor do Futuro e TRE Vai à Escola ainda são muito pouco realizados diante da importância de se incentivar a participação da sociedade no processo eleitoral. Entendo que o TRE deveria valorizar e dar maior suporte a projetos como esses.</p>	<p>Com um maior apoio e suporte efetivo (financeiro e com pessoal para atuar nas ações) a projetos que visem a divulgação do papel da Justiça Eleitoral e que estimulem a participação da sociedade no processo eleitoral. Falta estímulo e ações efetivas para que mais servidores de todas as áreas do TRE participem de projetos com essa finalidade.</p> <p>Promover ações que mostrem de forma mais clara ao eleitor como ele pode acompanhar o mandato de seu candidato.</p>
	Excelente		
	Ruim	<p>Enquanto a sociedade não perceber honestidade, moralidade, espírito de coletividade, vontade de trabalhar pelo povo, etc. nos candidatos, não há nada que a justiça eleitoral possa fazer para incentivar o eleitor.</p>	<p>Por emenda constitucional que preveja a pena de morte para crimes de corrupção praticados por agentes políticos.</p>
	Ruim	<p>A Justiça Eleitoral deveria exercer um papel educativo para atingir tal objetivo. Propagandas institucionais durante anos NÃO eleitorais esclarecendo nosso povo tão carente de informações. As pessoas não sabem o que é voto em branco e nulo, o que é eleição proporcional ou majoritária, desconhecem o básico. Como pode haver participação ampla sem conhecimento?</p>	<p>Respondido acima.</p>
	Bom		
	Ruim	<p>Já respondido lá em cima. Se puser os ladrões de colarinho branco na cadeia, não haverá necessidade de divulgar NADA. As pessoas votarão com prazer. Não estariam pedindo a volta da DITADURA.</p>	<p>Prejudicada.</p>
	Bom	<p>As pessoas precisam entender que no Sistema Democrático é com participação e engajamento que exercemos nossos direitos de forma plena.</p>	



# Gestão Participativa

	Regular	Ninguém muda o mundo sozinho, as mudanças são consequências de organizações sociais debatendo e lutando, as propagandas da Justiça Eleitoral incentivam apenas a votação, individual. Mas a democracia não se resume ao voto de cada cidadão, democracia é movimento constante, debate, embate de ideias, luta por direitos.	A Justiça Eleitoral pode propor o debate sobre todas as suas atribuições, chamar as organizações sociais - inclusive as populares - à participarem, não se detendo à partidos políticos, OAB, associações de magistrados e promotores.
	Bom		Melhorando o número de servidores nas zonas eleitorais.
	Regular	Porque normalmente as campanhas da Justiça Eleitoral são veiculadas através da televisão, que nem sempre atinge de maneira satisfatória as crianças e adolescentes, que constituem uma das parcelas mais importantes da Sociedade a serem conscientizadas nesse sentido.	Com ações mais diretas focadas às crianças e adolescentes, tais como trabalhos e palestras realizados diretamente nas Escolas e Universidades.
	Bom		
	Ruim	Não é a justiça eleitoral que tem que promover tal participação.	Estruturando as Zonas e A SEDE dos tribunais
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	Porque admite, a fim de atender a aumento de dados estatísticos biométricos, exigidos pelo tse, alargamento de entendimentos e legislação eleitoral vigente	Mantendo-se como instituição técnica e não política e ao sabor de vaidades das administrações e subordinados a dados
	Regular	Ver resposta anterior.	Ver resposta anterior.
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Excelente	Porque usa uma linguagem clara e de entendimento por todos, principalmente os menos esclarecidos culturalmente.	Mantendo sempre uma OUVIDORIA atuante.
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		



# Gestão Participativa

	Bom		
	Ruim		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim	Falta esclarecimento ao público sobre a atuação da justiça eleitoral. O público em geral não sabe que a justiça eleitoral é responsável pelo julgamento dos processos eleitorais contra candidatos e agentes políticos e sua repercussão. Não há uma divulgação eficaz, em um nível em que haja um maior entendimento.	Aumento da força de trabalho, melhor planejamento da Administração Superior quanto à atividade primária da Justiça Eleitoral e esclarecimento quanto à atuação dos órgãos julgadores, dando caráter efetivo e prático à legislação eleitoral, diminuindo a sensação de impunidade que é sentida pela sociedade.
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
	Regular	Muito boa no que se propõe porém, incompleta.	Promovendo a credibilidade do processo eleitoral
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Regular	Porque as ações de incentivo à participação dos cidadãos no processo democrático somente são intensamente difundidas nos anos eleitorais.	Por meio de programas e ações de esclarecimento sobre o seu papel e sobre a importância do voto de forma continuada e alinhada nacionalmente, inclusive nos anos não eleitorais, por meio de parcerias com instituições de ensino, organizações públicas e privadas e com apoio dos veículos de comunicação.
	Ruim	Nada é feito a respeito	Dando maior publicidade aos atos praticados
	Bom		
	Bom	Observo que a Justiça Eleitoral ainda não consegue deixar claro ao brasileiro a importância do processo democrático e de como o cidadão pode participar desse processo, exercendo o seu papel de detentor do poder estabelecido no artigo 1º da Constituição Federal.	Aprimorar a divulgação das informações atinentes ao processo eleitoral e ao exercício da cidadania. Estabelecer debates sobre a matéria eleitoral. Esclarecer ao povo brasileiro os seus direitos como cidadão e as ferramentas para exercer esses direitos.
	Bom	as propagandas ao atrativas	fortalecendo as campanhas
	Excelente		
	Bom		



# Gestão Participativa

	Regular		
	Bom		
	Regular	Programas como o "Eleitor do Futuro" são fundamentais para se atingir esse objetivo, mas, por serem de adesão voluntária, requerem servidores motivados para sua execução.	
	Excelente	A Justiça Eleitoral tenta criar e fortalecer a necessidade de se buscar a participação democrática, mas é difícil com a lista de candidatos oferecida pelos partidos políticos e suas regras internas de participação partidária.	Não aceitação de qualquer regra de exclusão de filiados e apoiadores dos partidos políticos nos seus regulamentos e estatutos e, talvez, sequer aceitá-los o registro desses partidos.
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Bom	Ainda existe confusão na imagem da Justiça Eleitoral. O processo tem que ficar mais claro que não é um processo político e sim administrativo.	Mensagens claras, simples e diretas. Tipo "somos a ferramenta, o resultado é de livre escolha".
	Regular	Porque a sociedade não entende plenamente como funciona o processo eleitoral.	Esclarecendo a população sobre o funcionamento do processo eleitoral, no que se refere às eleições proporcionais, voto nulo, branco, etc (conscientização)
	Regular	Falta de agilidade no julgamento de matérias urgentes que implicam diretamente no resultado das eleições, e, também devido à sensação de falta de credibilidade em certos julgamentos.	Tornando-a mais célere, efetiva e imparcial
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Ruim	Especialmente, no Estado do Rio de Janeiro, o clima organizacional, está muito aquém do ideal. O processo de rezonamento, e especialmente o processo de dimensionamento da força de trabalho, desmotivou por demais os servidores.	Há extrema necessidade de transparência da Administração superior. As decisões são tomadas, em sua grande maioria, por critérios legais, sem atender para a questão humana que envolve os servidores. O processo de dimensionamento da força de trabalho afetou sobremaneira a questão emocional dos servidores. Assim, o respeito ao servidor é fundamental, pois a sua falta certamente impacta a participação da instituição no processo eleitoral.



## Gestão Participativa

	Bom		
	Bom		
	Ruim	Para os mesários, por exemplo, poderia haver uma oferta de bolsa em algum curso...ou desconto ....	Resposta acima.
	Regular		incentivar mais a atuação da sociedade de forma a participar das medidas tomadas pelos eleitos.
	Excelente		
	Regular		
	Ruim	pouca abrangência na população	ampliando o acesso a justiça eleitoral nas empresas, escolas, universidades, bairros mais populosos, espaços com maior circulação popular
	Regular		
	Regular	A atuação não é suficiente ao meu ver.	
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim	Sabe quem pode incentivar bastante? No atendimento ao eleitor, no treinamento de mesários etc? É o servidor da zona eleitoral quando está saudável e motivado.	Tratando o servidor das zonas eleitorais com respeito e dignidade.
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim		
	Excelente		
	Ruim	Porque vê o eleitor brasileiro como cidadão de primeiro mundo. Aqui, infelizmente, a maioria é da linha de fazer o mais fácil, o que dá menos trabalho, se lixando para o que é o correto e o chato é o que segue e exige o cumprimento da Lei	



# Gestão Participativa

	Excelente	A atuação é excelente; os resultados das eleições são fornecidos em curto espaço de tempo. A pergunta se limita ao incentivar a participação?! Incentivar talvez não seja necessário, a Justiça Eleitoral já participa ativamente em todas as fases do processo eleitoral e, em alguns casos, além deste.	Reduzir o número de leis, normas, resoluções, aprimorar pela simplificação do processo e do procedimento eleitoral. A complexidade pode ser um fator de insegurança para pessoas "de bem" se candidatarem.
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	Há que se fazer uma propaganda urgente sobre a importância do voto e esclarecimentos sobre o voto nulo. A população está muito sem esperanças. Só vemos eleitores dizerem que não vão comparecer para votar ou que vão votar nulo. As redes sociais passam informações equivocadas sobre a Justiça Eleitoral e o voto, e as pessoas acreditam.	Intensificação de propagandas com informações objetivas nos meios de comunicação e redes sociais.
	Excelente	Pelo fato de ter aumentado o percentual da participação feminina para concorrer a cargos eletivos.	
	Regular		Disseminação da utilização das Urnas Eletrônicas pela sociedade com participação em eleições diversas aproximando a Justiça Eleitoral da sociedade.
	Ruim	Muito pouco divulgado.	Mais inserção nas rádios e TV. De forma clara, objetiva e séria. O modelo usado sempre como teatralização de desenhos em forma de clip com forró parece mais divulgação de música do cantor Wesley Safadão. Definitivamente não passa a seriedade que os temas merecem. Inclusive, o TSE tenta até criar certos jargões que no final acabam virando piadas nas redes sociais.
	Regular	Os incentivos são mínimos. Mesários tem pouca valorização. O Eleitor geral não é esclarecido devidamente sobre a importância do voto.	Deixar que o próprio regional faça suas campanhas de esclarecimentos, aumentar o valor vale refeição mesários, promover mais o programa TRE vai à Escola.



# Gestão Participativa

	Regular	<p>A Justiça Eleitoral iniciou projetos interessantes que podem impulsionar a participação da sociedade no processo eleitoral como projeto Eleitor do futuro, chamado nacional aos mesários voluntários, propagandas sobre participação do eleitor - como agente fiscal de propaganda eleitoral, chamamento às mulheres para a participação no mundo político.</p> <p>Antes, porém, será necessário atuar de forma mais presente na fiscalização/sancionamento ao abuso do poder econômico e político, que desequilibra a concorrência entre os candidatos, para que ao final, com mais crédito, poder implementar mais programas e ações.</p>	<p>Formando equipes, capacitando servidores, oferecendo condições de trabalho, disponibilizando ferramentas para a efetivação dessa estratégia. Há necessidade de carros, gasolina, pessoal, para após, investir em programas, propagandas.</p>
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim	<p>Com propagandas na TV sem sentindo e entulhando cartazes informativo nos cartórios é pouco. Falta criatividade. E tratando do processo eleitoral em si, a Justiça Eleitoral não aparece como promotora da igualdade entres os candidatos, mas simplesmente como carimbadora dos procedimentos postos pelos partidos mais fortes.</p>	<p>A missão de fazer os eleitores irem às urnas, no meu ponto de vista, é dos partidos e suas militâncias. Mas, como fazer a sociedade se engajar mais no programa de mesário voluntário? É preciso tornar mais atrativa essa função, por exemplo, impondo que os concursos público exijam determinada número de convocações. Ou internamente, que seja permitido o servidor utilizar o trabalho de mesário para promoção e progressão.</p>
	Bom		
	Regular	<p>atuação é restrita a propagandas na TV sobre determinados assuntos e à atividades da EJE, que são muito limitadas. É preciso reconhecer que todas zonas eleitorais possuem um papel fundamental na instrução dos eleitores e é necessário pensar em mecanismos para valorizar e incrementar essa atuação</p>	<p>Trabalhos frequentes na comunidade vinculada à área de abrangência das zonas; trabalhos diários com cada eleitor que comparece à zona eleitoral (distribuição de material ou exibição de vídeos curtos com lições sobre democracia e cidadania, por exemplo)</p>
	Regular		



# Gestão Participativa

	Bom	<p>A Justiça Eleitoral pode se engajar melhor na aproximação com os anseios sociais por reformas na política, identificando e propondo melhorias. Essa postura agigantaria sua importância social, retirando-a de um papel passivo de repetição de procedimentos do status quo.</p> <p>A Justiça Eleitoral zela pela democracia, não pode se reduzir a um órgão realizador de eleições. A democracia exige exercício diário, portanto, é preciso que a Justiça Eleitoral esteja preparada para receber outras manifestações populares mais frequentes, que não só o voto, tão ocasional. A Justiça Eleitoral detém competência para investigar e realizar estudos em favor do Estado Democrático de Direito.</p>	<p>Aumentando a proatividade institucional, aproximando-se dos anseios de mudança da população.</p> <p>Abrindo maiores possibilidades e incentivos para que os servidores realizem cursos e estudos, especialmente em temas ligados a democracia, estado democrático de direito, a fim de produzir conhecimento nessa área, pois, sem esse cuidado, toda experiência acumulada com processos e logística dos pleitos se encerra em uma mera praxe; não se transforma em valioso conhecimento de interesse público.</p>
	Bom		Havendo sempre o interesse de melhorar total aperfeiçoamento.
	Regular	Ainda há grande confusão sobre o papel da justiça eleitoral, fundamentalmente no que diz respeito a responsabilidade sobre os políticos eleitos	através de ações de cidadania e campanhas direcionadas a melhor formação e informação dos eleitores
	Regular	A interlocução com a sociedade pode e deve ser aprimorada. Há necessidade de uma comunicação recíproca entre a Justiça Eleitoral e a sociedade, abrangendo o maior número de setores sociais possíveis.	Realização de audiências, consultas públicas etc. sobre temas da Justiça Eleitoral que envolvam prestação de serviços públicos.
	Bom		Novamente, dando um caráter de maior transparência, com produção de informação e criação de canais didáticos.
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Excelente	Fortalece a conscientização dos eleitores na escolha dos melhores candidatos.	Com investimentos em tecnologia e capacitação dos servidores.
	Bom		



## Gestão Participativa

	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	A Justiça Eleitoral incentiva a ampla participação dos eleitores no processo eleitoral. Contudo, tal incentivo esbarra na falta de servidores e de estrutura física.	Como exemplo, cito o fechamento do cadastro eleitoral: Trabalhamos de novembro a maio dos anos pares, mas grande parte dos eleitores sempre procuram resolver suas pendências eleitorais nos dias que antecedem aqueles 150 antes das eleições. Ocorre que o atendimento deveria continuar da mesma forma de sempre, com agendamentos, sem sobrecarregar os servidores, a não ser que se altere a estrutura ora existente em virtude do aumento da demanda. Assim, todos os eleitores passariam a se organizar e não deixarão para resolver tudo nos últimos dias.
	Ruim	na linha da última resposta, a participação em exercício superior de cidadania passa por manter a Justiça Eleitoral totalmente imparcial e a presença de servidores do município e utilização de carros do municípios e do Estado em pleitos confunde o eleitor.	respondida acima.
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom	Há uma certa dificuldade ou desestímulo à participação cidadã no processo eleitoral.	Ampliação de convênios do TRE com organizações sociais e outras instituições públicas e privadas, como faculdades, ONG's, empresas, etc. Ampliar campanhas de estímulos à participação cidadã nos processos eleitorais.



# Gestão Participativa

	Regular	Creio que deveria haver alguma forma de amparar os funcionários que prestam serviços a nossa Justiça como mesários; no momento de gozar os dias de folgas a que fazem jus, eles encontram resistência dos empregadores.	Como é difícil a Justiça Eleitoral atuar na conscientização de empregadores, talvez uma intensificação nas parcerias junto às faculdades, aumentando, por exemplo, o número de horas complementares para o trabalho como mesário voluntário. Nas escolas, sugiro como pedagoga que, como é difícil disponibilizar servidores para atenderem às escolas, a Justiça Eleitoral poderia tentar viabilizar cartilhas educativas para crianças e adolescentes, fazendo uma parceria com as escolas para aulas-passeios em algum local do nosso Tribunal, especialmente preparado para esse fim, como por exemplo no Museu da Justiça Eleitoral, favorecendo uma excelente experiência para os estudantes, demonstrando, num laboratório, como funciona o mecanismo de montagem das eleições, inseminação, votação, processamento, etc, de forma interativa, despertando interesse do estudante.
	Regular	Acredito que por conta de falta de infraestrutura muitas vezes deixamos de participar de eventos locais onde a cidadania é promovida.	
	Excelente		
	Bom		
	Bom		



## Gestão Participativa

	Regular	(repite) A meu ver os espaços destinados a informação dos eleitores é mal utilizado pela Justiça Eleitoral com chamadas desconexas e com linguajar pouco acessível à esmagadora maioria da população.	Não é com propagandas em época de eleição que se estimulará a participação do cidadão nos processos eleitorais, mas sim com investimento maciço em educação de base onde a criança forma sua personalidade, fixa o que é certo ou errado e age de confirmidade com esses parâmetros morais e éticos pelo restante de suas vidas. Assim fazendo não apenas não aceitará eleição de pessoas despreparadas e com objetivos menos nobres como, também, se estimulará a participação da vida política e pública rompendo uma história que que já dura mais de 500 anos no Brasil na qual poucas famílias exercem todos os poderes em partidos políticos acabam por determinar os rumos das cidades, estados e do próprio país.
	Excelente		
	Excelente	Somo hoje um dos principais marcos da democracia e legitimidade do Poder.	Transparência e eficiência.
	Bom		
	Bom		Com um Judiciário independente, que não se vende vendido para políticos corruptos, nem transige com o tráfico de influência.



# Gestão Participativa

## TEMA 4 - FORTALECER AS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Meta traduzida	Avaliação	Por quê?	Sugestões apresentadas
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE	Ruim	Analisando a Justiça Eleitoral, como um todo, percebo que não existe uma política de compras sustentáveis e de qualidade de vida no trabalho.	Criação de um selo Qualidade de Vida na Justiça Eleitoral, onde seriam premiados os melhores indicadores de Clima de todos os TREs em um evento anual, com apresentação das melhores práticas. Criação de um mecanismo no orçamento, de forma que os TREs que obtiverem os melhores resultados medidos no PLS JUD tenham uma verba garantida para o uso em ações/programas/projetos de Qualidade de Vida.
	Regular		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Ruim		
	Regular	AS medidas tomadas são pouco efetivas.	
	Bom		
REDUÇÃO DE CUSTOS	Regular	Ainda há muitos gastos que poderiam ser suprimidos, desde o Tribunal Superior Eleitoral até os TREs. É uma justiça muito dispendiosa. Vários contratos poderiam ser reduzidos.	
	Ruim		
	Ruim		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Ruim	O rezonamento irresponsável foi um exemplo.	Ouvindo e respeitando os servidores.
	Bom		
	Excelente		
	Regular		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Excelente		
	Excelente		



# Gestão Participativa

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	DA		
MELHORIA DA QUALIDADE DE MATERIAIS	DE	Ruim	<p>Ainda se vê aquisição de produtos que não tem tanta utilidade e/ou aquisição de produtos de baixa qualidade.</p> <p>Pela qualidade dos cartórios eleitorais e pelas medidas adotadas recentemente, vê-se que qualidade de vida no ambiente de trabalho não é o forte do TRE.</p>
		Bom	
		Excelente	<p>Por ser uma contribuição ao desenvolvimento sustentável e econômico, e, também, por incentivar os servidores a estender essas práticas a sua vida privada, caso não a tenham ainda.</p>
		Bom	<p>Isso é o caminho que o mundo vem seguindo. Temos que agir assim para o mundo continuar a ter recursos.</p>
		Bom	Com estudos.
		Bom	
		Bom	sem comentários
		Bom	sem comentários
		Excelente	
		Excelente	<p>Maior rigor não só da fiscalização dos gastos, como modificação na legislação eleitoral no que diz respeito às prestações de contas.</p>
		Bom	Na forma dita acima.
		Ruim	
		Bom	
		Excelente	



# Gestão Participativa

	Ruim	<p>Na minha opinião deixar de fornecer algo falando em uso racional não é a verdade.</p> <p>Hoje atendemos os eleitores muito próximos fisicamente. Várias vezes temos que segurar nas mãos para ajudar a coletar as digitais. Mas não recebemos luvas. Se quisermos temos que compra-las. Não considero isso prática sustentável!</p> <p>Falta vontade administrativa para que os trabalhos sigam realmente embasados.</p>	Conforme acima.
	Regular		
	Bom		
	Excelente		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Regular		
	Bom		
	Regular	Tais medidas ainda estão em escala muito reduzida.	
	Ruim	Isso não existe em todos os locais do TRE-RJ	
	Bom		
	Excelente		
	Ruim		
	Bom		
MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE	Ruim	Baixo índice de reaproveitamento de materiais recicláveis	
	Excelente		
	Regular		
	Excelente		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DOS MATERIAIS	Ruim	Não é possível falar em sustentabilidade e bom uso de recursos com os materiais que recebemos para as eleições. Muito, mas muito material que não é solicitado, e de qualidade, na maioria das vezes, questionável. Não entendo para que servem os questionários sobre materiais se estes não são elevados em conta no momento de compra e distribuição.	Com uma gestão melhor.
	Regular		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
REDUÇÃO DE CUSTOS	Regular	As políticas de contenção de gastos públicos não estão atingindo a magistratura como deveriam.	Democratizando as medidas, ou seja, validando-as para todos os setores e não apenas para o escalão inferior.
	Bom		
	Ruim		
	Excelente		Reduzindo o número impressos, limitando drasticamente os pedidos de copos de plástico e instalação de secadores de mão com ventilação
MELHORIA DA QUALIDADE DOS MATERIAIS	Regular	Melhorou muito mas ainda recebemos materiais de péssima qualidade como marca texto que com o tempo apaga!!! Isto é, depois de alguns meses você descobre que o seu trabalho apenas desapareceu!!	É preciso aprofundar os estudos sobre os materiais a serem adquiridos para que possamos aproveitar peculiaridades de bons materiais na hora de publicar o edital de compra.
	Excelente		
	Excelente		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	O mobiliário não oferece ergonomia para servidores e eleitores, notadamente no que tange à coleta biométrica.	Aquisição de mobiliário e equipamento adequados, planejados por profissionais capacitados.



# Gestão Participativa

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	Cartórios da Baixada Fluminense e do interior demandam maior atenção do TRE, principalmente em relação à adequação dos espaços físicos para o exercício das atividades. Na 27a. ZE, por exemplo, o sistema de refrigeração é precário e insuficiente, principalmente, durante o verão.	Priorizar o atendimento das demandas dos cartórios eleitorais.
REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	Ainda acho a Justiça Eleitoral muito cara aos contribuintes	
REDUÇÃO DE CUSTOS	Bom	Eu acho que o sistema operacional padrão deveria ser o linux, por ser gratuito, de código aberto e mais seguro. O windows só seria usado nos casos imprescindíveis.	Eu acho que o sistema operacional padrão deveria ser o linux, que é de código aberto, mais seguro e gratuito.
	Regular		
	Bom		
	Bom		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Bom	O TRE-RJ adota excelentes medidas para garantir o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais e do fortalecimento da política de compras sustentáveis. Entretanto, com relação à qualidade de vida no ambiente de trabalho, considero que as ações são praticamente inexistentes ou muito incipientes, com pouco respaldo da Administração.	Promover de forma efetiva, com apoio da alta Administração, ações de qualidade de vida no trabalho, tais como ginástica laboral e outras. Abrir um espaço para ouvir as sugestões dos servidores é um bom começo. Muitas vezes, ações que visem promover a qualidade de vida no trabalho requerem pouco gasto e trazem muito retorno para o servidor e para a organização.
	Excelente		
REDUÇÃO DE CUSTOS DA MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Ruim	Não há higiene (qualidade de ambiente de trabalho) em muitos cartórios eleitorais. Não há mesas e cadeiras para todos, não há espaço para circulação, não há acessibilidade para o eleitor, não há respeito pelo servidor.	Magistrados e Promotores deveriam abrir mão - em nome da moralidade e da qualidade do gasto público - de infames verbas "indenizatórias" como as previstas para moradia e educação dos filhos.
	Bom	Tal preocupação vem crescendo nos últimos tempos, e isso é muito bom.	Estamos no caminho certo, creio.
	Bom		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	Estão discutindo o sexo dos anjos.	Não fazendo nada. Só se está gastando dinheiro.
	Excelente		
REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE	Regular	Há de ser ampliado o debate do que é aperfeiçoamento de gasto público, de uso racional de recursos naturais e muito mais.	Afirmei acima, repito com outras palavras, a Justiça Eleitoral não é oniciente, precisa bastante ouvir as organizações sociais a respeito de si mesma, precisamos que organizações sociais debatam junto à Justiça Eleitoral o papel dessa justiça.
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Bom	Não adianta fazer uso racional de recurso impondo ao servidor ter que comprar copo de água para servir os eleitores, uma vez que a quantidade mensal de copos descartáveis é insuficiente para tal (mesmo os servidores usando caneca de louça).	
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Bom	A qualidade de vida no ambiente de trabalho precisa ser melhorada, principalmente nos Cartórios Eleitorais, que constituem a base da Justiça Eleitoral.	Melhorando as condições de trabalhos nos Cartórios Eleitorais.
	Bom		
REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	Só vejo ações que aumentam os gastos.O documento unico é uma delas, desvio de finalidade.	O TRE foi criado para fazer Eleição e julga-las. Tem que parar de inventar moda.
	Bom		
	Excelente		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	A justiça eleitoral não é autosuficiente. Depende das prefeituras em quase tudo: aluguel de imóvel, pagamento de luz, requisição de servidores. Relação perversa e perigosa. Deveria ser efetivamente uma justiça federal, ser abarcada pela justiça federal, com os juízes federais e mp federal. E atuar nas sedes dos trf's tão somente e nas seções federais já existentes, para ser isenta. Não deveria ser híbrida e aceitar juízes e mpe estaduais.	A forma como a justiça eleitoral está constituída nos dias de hoje, ruiu e em todos os seus quesitos. Deveria ser pensada de outra forma e ser constituída de outra maneira. Há muito tempo atrás, o procurador de justiça, biscaya divulgou estudo sobre a justiça eleitoral e comprovou a sua ineficiência frente aos seus gastos, que a época consumia 1 bi, em ano não eleitoral e por ano e sugeriu a sua dissolução, sendo abarcada pela justiça federal. Seríamos um braço da justiça federal com infraestrutura da justiça federal.
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	Apesar de grande avanço nas questões ambientais (se fosse apenas esse tópico classificaria como "excelente"), muitos locais de trabalhos necessitam de uma melhor infra-estrutura e conservação.	Com disponibilização de pequeno suprimento de fundos para utilização pelos Cartórios Eleitorais com prestação de contas anuais, objetivando pequenas reformas e manutenção do mobiliário.
	Excelente		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom	Porque acompanho os informes que são repassados aos servidores e as decisões em geral, especialmente quando cuida de remoção dos colaboradores.	Ouvindo os servidores e o sindicato da categoria.
	Regular		
	Bom		



## Gestão Participativa

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	A maioria dessas medidas só funciona na Sede da Justiça Eleitoral. As Zonas Eleitorais do interior praticamente não são abrangidas neste processo e não têm qualidade de vida no ambiente de trabalho. Ocupam prédios precários, sem segurança ou acessibilidade, mal localizados e com péssimas instalações para seus servidores e público em geral.	É preciso ter consciência de que a Justiça Eleitoral abrange todo o Estado e, por isso, deve dar a todas as suas unidades a mesma atenção e cuidado. Infelizmente, as Zonas Eleitorais mais distantes da Sede muitas vezes são esquecidas pela administração e seus pleitos raramente são atendidos.
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	Rotina de trabalho que faz mal à saúde: LER, problema de coluna - postura, equipamentos como cadeiras apropriadas, apoio para os pés,	Ginástica Laboral, Curso sobre postura, Alongamento, etc
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	Não vejo ações para melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.	Devem lembrar que a Justiça Eleitoral não é só a sede, mas também as Zonas Eleitorais, que se localizam nos mais diferentes locais, com realidade e necessidades distintas.
	Bom		
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
	Bom	Toda iniciativa nesse sentido é louvável.	Temos um corpo funcional de excelente qualidade, poderíamos então consultar a totalidade dos servidores para obter idéias através de consultas voluntárias simples e anônimas.
	Regular		
	Bom		
	Regular		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS	DE	Ruim	<p>Os controles de custos são precários; não existe um programa orientado ou incentivo para a redução dos gastos na Justiça Eleitoral, com metas estabelecidas e transparência das ações.</p> <p>A maior parte das iniciativas destinadas ao aperfeiçoamento da qualidade do gasto público parte dos órgãos de controle externo. Não se percebe pró-atividade por parte da Justiça Eleitoral com esse fim, por meio de metas específicas destinadas a reduzir despesas e dar transparência dessas medidas.</p> <p>Verifica-se, também, que não existe agregação de esforços. Os Tribunais atuam de forma isolada, identificando e criando suas próprias soluções. Os recursos poderiam ser compartilhados, como, por exemplo, em relação à implantação de novas soluções de TI.</p>	<p>Por meio de um programa de incentivo à redução de custos baseado em revisão de práticas ultrapassadas, caras e pouco sustentáveis.</p> <p>Os gestores necessitam de uma visão mais profunda sobre gestão orçamentária e de custos. Compras compartilhadas precisam ser incentivadas, assim como deve haver incentivo em investimentos que assegurem redução de custos a médio e longo prazos.</p>
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	DA	Ruim	O servidor não tem qualidade de vida no ambiente de trabalho	Dando melhores condições
		Excelente		
REDUÇÃO DE CUSTOS	DE	Ruim	<p>A percepção que tenho é que falta interação e controle na gestão dos recursos da Justiça Eleitoral fluminense. Em relação a qualidade de vida no ambiente de trabalho identifico sérios problemas: como a precariedade das instalações dos cartórios eleitorais; a baixa qualidade na mobília utilizada, que não atende sequer as atuais normas brasileiras de qualidade no serviço e o não fornecimento de vários itens de consumo necessários ao exercício das atividades.</p>	<p>A Justiça Eleitoral Fluminense precisa melhorar a sua capacidade de administração dos recursos públicos, com interação e controle de suas atividades. Melhorar a gestão do seus sistemas de chamados/ocorrências, fornecendo soluções rápidas as ocorrências. Evitar o deslocamento de servidores da capital ao interior de forma desnecessária e sem planejamento. Providenciar imóveis próprios para instalação dos cartórios eleitorais, para que não fique a mercê de autorização de outros órgãos para realização de melhorias.</p>
REDUÇÃO DE CUSTOS	DE	Regular	acho que economizar somente não resolve a demanda.	aprimorar a relação custo benefício
MELHORIA DA QUALIDADE DE MATERIAIS	DA DE			



# Gestão Participativa

		Excelente	
		Bom	
		Regular	
		Bom	
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA		Ruim	A qualidade de vida no ambiente de trabalho foi fortemente impactada pelo rezonamento e redimensionamento, causando para uns a remoção forçada para municípios distantes e, para outros, a eterna insegurança quanto à possibilidade de futura movimentação.  Políticas de redimensionamento devem ser implantadas gradualmente, por um processo sério e responsável, privilegiando o respeito à pessoa do servidor.
REDUÇÃO DE CUSTOS		Regular	Muitas compras são realizadas pelo TSE e, não, pelos TREs. Gerando distorções nos estoques de materiais e equipamentos.  As compras serem realizadas pelos TREs.
REDUÇÃO DE CUSTOS		Bom	Melhor avaliação do custo-benefício de determinados contratos e dos esforços em determinadas ações. Foco no objetivo da contratação e na qualidade dos serviços contratados e não no volume de contratados, por exemplo.
		Bom	
		Bom	
		Bom	A conscientização deve ser intensificada.  Poderiam ser demonstradas de forma lúdica, porém efetiva.
REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA		Regular	Há que se melhorar o gasto público e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.  Com uso racional dos recursos públicos (diminuição de cargos comissionados, por exemplo, onde não se faz necessário) e aprimoramento da gestão de pessoal.
		Bom	
		Regular	
		Regular	
		Regular	



## Gestão Participativa

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Ruim	Este é um dos quesitos em que a Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro é mais deficitária. Criam-se grupos de trabalho, por servidores, que muitas das vezes, se alinham a administração, quando o correto é abrir espaço para que todos que queiram possam ser ouvidos. Os processos de rezonamento e dimensionamento de pessoal, foram lamentavelmente, um exemplo, de como a falta de deliberação ampla pode levar o descontentamento geral.	Há necessidade de maior espaço para os servidores. Muito embora a prerrogativa de decisão seja da administração, se houvesse ampla deliberação sobre a tomada de decisões, a resposta dos servidores seria muito melhor, e consequentemente o aperfeiçoamento da qualidade do serviço seria efetiva.
	Bom		
	Bom		
REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	Fazem cartazes informativos em grandes quantidades, desnecessários.	Consultando as zonas para ver a necessidade e quantidade de cartazes....
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Regular		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	peca muito na questão da qualidade de vida no ambiente de trabalho, diria até que isso é péssimo na justiça eleitoral	melhorar de fato a qualidade de vida no ambiente de trabalho
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Ruim	Cortaram várias FCS com o rezonamento com o pretexto de fazer economia e as deram aos amigos do rei.	Priorizando a primeira instância, atividade fim deste E. Tribunal
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Ruim		



# Gestão Participativa

	Bom		
	Regular		
	Excelente	Todas as políticas são fundamentais. Iniciaria pela qualidade de vida no trabalho, ainda há unidades onde não há local para refeições; estão em local perigoso; acesso difícil, etc.	Pesquisa concreta e direta sobre o local de trabalho. Onde você trabalha tem local para refeição ? Onde você trabalha tem acesso à ônibus ? Metro? Ponto de Táxi? Banheiro ? Comércio/Banco próximo ? É um local de risco ? Como você faz para ir almoçar?
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Excelente		
REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	Há muito que se fazer ainda. Por exemplo, recebemos inúmeros cartazes que não utilizamos, seja pelo excesso de material enviado ou porque são enviados com atraso. Desperdício de dinheiro público e violação às regras de economia sustentável para a preservação do meio ambiente. Enquanto isso, materiais de limpeza como água sanitária e outros não são entregues.	Questionamentos às ZEs sobre a necessidade ou não do material e sua quantidade. Atualização constante do estoque de materiais do almoxarifado, que muitas vezes ficam no Estoque zero.
REDUÇÃO DE CUSTOS	Bom	Pela economia dos recursos, aplicando-os da melhor maneira possível.	
	Bom		



# Gestão Participativa

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Ruim	<p>Qualidade de vida no ambiente de trabalho???? Só pode ser piada!!!! Nenhum equipamento no cartório eleitoral é ergométrico, bem diferente da sede.</p> <p>A SEAMES (setor de saúde do TRE/RJ) não tem um programa de prevenção e incentivo de forma eficaz junto aos servidores sobre saúde laboral.</p> <p>Os cartórios jamais receberam algum tipo de visita de servidores/médicos da SEAMES para verificarem as condições péssimas de trabalho. Ou até mesmo para receberem orientações ou ajustes no ambiente de trabalho.</p>	Aprimoradas? Nem existe!!! Tem que ser criado na verdade. De qualquer forma já foi respondido no item anterior.
REDUÇÃO DE CUSTOS	Bom	Incentivar o uso das impressoras Epson matriciais para alguns documentos, elas são mais econômicas seria mais um ponto. Aparelho de ar condicionado mais modernos e econômicos também. Compras de fornecedores locais.	consultando mais a opinião dos servidores.
REDUÇÃO DE CUSTOS	Regular	Parte do gasto público é muito centralizado no TRE.	Melhor seria se a Zona Eleitoral pudesse decidir sobre alguns gastos de acordo com suas especificidades. Exemplo: aluguel de veículo para as Eleições 2018 feito pelo TRE. Isso implica em gastos desnecessários, pois muito mais econômico e eficaz seria a própria ZE contratar esse tipo de serviço.
	Bom		
	Bom		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	A qualidade de vida no ambiente não passa apenas por economia e gasto reponsável de recursos, mas também por respeito ao capital humano que não pode ser movido como uma simples peça descartável.	
	Regular		
	Bom		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS	Regular	Tem havido um esforço nesse sentido. Mas acho que os gestores dos cartórios precisam de alguma forma receber informações sobre os seus gastos de energia, água, material, para que possam exercer um controle e estipular metas de consumo, e ter uma ferramenta para esse controle. A implementação do SEI também será uma revolução, mas como sempre, demorou a ser implementado na Justiça Eleitoral, assim como o PJe, também demorou bastante.	Com ferramentas de gestão para que os cartórios possam fazer um controle simplificado de seus estoques e possam estabelecer metas, na medida do possível. Implementação do PJe e SEI nos cartórios o quanto antes para que as eleições municipais estejam já integradas a estes sistemas em 2020. E o fim do título impresso (que parece já estar definido)
	Excelente		
REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DOS MATERIAIS	Regular	Precisa melhorar. Cuidamos para que as folhas sejam impressas em frente e verso, por exemplo, mas compramos mal determinados materiais de consumo (grampeadores e colas de péssima qualidade, que só servem para aumentar os resíduos sólidos a serem descartados). Comprar produtos de boa qualidade tem um impacto sobre a questão ambiental, além de diminuir os custos a longo prazo (porque diminui a necessidade de sempre comprar os mesmos produtos).	
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Ruim	Qualidade de vida no trabalho??? Só se for apenas na Sede!	
REDUÇÃO DE CUSTOS	Bom	As medidas internas são pertinentes e muito válidas, especialmente quanto aos gastos de recursos energéticos. Porém, é preciso focar na economia de horas de trabalho de servidor, poupando gastos com rotinas burocráticas, dedicando mais tempo ao atendimento do cliente.	Desburocratização das rotinas, racionalização dos processos, planejamento das contratações (para que sejam agrupadas e evitem licitações e contratos seguidos para o mesmo objeto)
	Bom		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	regular porque a pergunta trata de coisas diferentes, então a avaliação fica prejudicada. Segue a percepção ponto a ponto: Aperfeiçoamento da qualidade do gasto público: regular Uso natural de recursos naturais: bom Fortalecimento da política de compras sustentáveis: bom Qualidade de vida no ambiente de trabalho: ruim	Aperfeiçoamento da qualidade do gasto público: melhorando o planejamento orçamentário Uso natural de recursos naturais: promovendo/implantando novos controles e novas tecnologias Fortalecimento da política de compras sustentáveis: bom Qualidade de vida no ambiente de trabalho: ruim: definindo que as referidas atribuições são de responsabilidade de determinada unidade
	Regular		
	Excelente	Quanto mais os recursos públicos puderem ser otimizados, melhor.	Aumentando o grau de transparência das informações.
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Bom	Não percebo nenhum aperfeiçoamento na qualidade de vida no ambiente de trabalho.	
	Excelente		
	Bom		
REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DE MATERIAIS	Regular	quanto ao aperfeiçoamento dos gasto público é preciso levar em consideração a qualidade dos produtos que estão sendo adquiridos, visto que, só o preço não é sinônimo de economia. Temos apontadores que não fazem ponta, borrachas que não apagam, caixas de caneta onde apenas 30% funcionam. É o barato que sai caro para o serviço público.	
	Bom		
REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	Falta dinheiro	
	Excelente		



# Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS	Bom		Precisamos repensar aspectos como a manutenção de unidades da JE no interior. É muito dispendioso depender de serviços prestados unicamente pela sede. As unidades da ponta deveriam ter alguma autonomia (e verba) para manutenção predial, aquisição de material, etc. Entendo que há entraves burocráticos para isso. Mas não faz sentido que um eletricitista saia do Rio de Janeiro para trocar lâmpadas em Volta Redonda.
	Bom		
	Bom		
	Bom		
REDUÇÃO DE CUSTOS MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE	Ruim	Não vislumbro aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, do uso racional de recursos naturais, do fortalecimento da política de compras sustentáveis na Justiça Eleitoral. O princípio da continuidade do serviço público deve levar em consideração, também, a desnecessidade de muitos gastos. Quanto à qualidade de vida no ambiente de trabalho é forçoso reconhecer que o rezoneamento trouxe muitas mazelas aos servidores, pela rapidez e falta de planejamento conjunto com que foi realizado.	Por exemplo, nos períodos de recesso, bem como nos feriados que recaem em dias de quinta ou terça-feira, a necessidade do expediente cartorário deveria ser revista. Acredito ser excessivo o gasto para abrir um cartório eleitoral, utilizar toda a sua estrutura física, consumindo água, energia elétrica e materiais, remunerando os servidores pelo serviço extraordinário, mesmo que em banco de horas, para atendimento a pouquíssimos eleitores ou, em alguns casos, nenhum deles. Ainda, há cartórios eleitorais que possuem estrutura física precária, enquanto outros possuem sede própria sem que tivesse havido tamanha necessidade, despendendo para obra e manutenção de toda a infraestrutura uma verba que poderia ser melhor investida para outros fins. Quanto à qualidade de vida no trabalho, mais especificamente, com relação ao rezoneamento, vimos que todo o trabalho foi realizado às pressas, com a remoção de servidores em detrimento da vida pessoal de cada um. Qualidade de vida no trabalho deve levar em consideração o servidor como um todo e não como um autômato pronto a receber ordens, por conta de uma ação que poderia se desenvolver com mais cautela, tendo em vista os prejuízos ocasionados tanto aos servidores quanto aos eleitores. Já, com relação à mudança das chefias de cartório, muitos servidores se aproveitaram da situação e realizaram verdadeiras eleições, com direito até aos seus vícios, como a barganha de funções de assistente, a fim de exercerem a



## Gestão Participativa

			<p>chefia dos cartórios, sendo que a finalidade era que a escolha observasse o mérito de cada um. Acredito que os servidores têm o direito de contribuir na escolha dos chefes de cartório, mas da forma como aconteceu aqui na Justiça Eleitoral Fluminense, tal direito de escolha desconsiderou o mérito de cada concorrente. Tudo isso desmotiva, e bastante, muitos servidores que procuram executar suas atribuições com carinho e dedicação. Esta situação deve ser revista para proporcionar uma forma de escolha mais legítima e igualitária. Outra questão são os avisos costumeiramente divulgados pouquíssimos dias antes do evento ou, até mesmo, após(!), como nos casos de serviço extraordinário no período eleitoral e no recesso, pontos facultativos e, também, com relação às atividades cartorárias.</p>
REDUÇÃO DE CUSTOS	Ruim	Nesta Zona tem servidor ocioso e um requisitado estadual há longa data, ou seja, o estado não pode contar com este servidor e não obstante ele está sempre ocioso.	Estratégia administrativa, ferramenta de gestão estratégicas aplicadas mudarão o quadro.
	Regular		
	Bom		
	Bom		
MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	Regular	Práticas para a qualidade de vida do servidor devem ser implementadas.	Com ações de prevenção à saúde do trabalhador, retorno da ginástica laboral, eventos que integrem os servidores...
	Excelente	A equipe ambiental do TRE está de parabéns.	Mantendo e ampliando as atividades de conscientização e práticas sustentáveis e ambientalmente adequadas.
	Excelente		



## Gestão Participativa

REDUÇÃO DE CUSTOS	Bom		Talvez a elaboração de um roteiro que unifique procedimentos de diversas secretarias, que impliquem em deslocamento de pessoas e viagens para atendimento das demandas dos cartórios, seria interessante para a diminuição de custos com diárias e combustível.
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Bom	Pelo que conheço da gestão administrativa sob atual presidência o controle e fiscalização dos gastos públicos do TRE-RJ é preocupação levada a sério diuturnamente.	Não sei.
	Excelente		
	Excelente	Não há alternativas no momento atual.	
	Excelente		



# Gestão Participativa

## TEMA 5 - TRANSPARÊNCIA

Meta traduzida	Avaliação	Por quê?	Sugestões apresentadas	
AUMENTO DA QUANTIDADE DE INFORMAÇÕES DIVULGADAS	Regular	Cumprimos apenas o que nos é exigido. Vejo a necessidade de disponibilizarmos todos os nossos dados para o público interno e externo de forma que quem desejar possa não só fiscalizar, mas utilizar os dados de forma a estudá-los.	Criação de um Portal da JE em que sejam disponibilizados dos dados de forma que seu uso seja fácil, como os dados do Justiça em Números. O Portal poderia concentrar inicialmente todos os dados enviados ao CNJ (produtividade, saúde do servidor, PLS-JUD)	
	Regular			
	Bom			
	Regular			
	Regular			
	Bom			
	Regular			
	Ruim			
	Regular			
	Ruim		A justiça eleitoral não tem sequer um quadro próprio de juízes.	Concurso pra Juiz Eleitoral já.
	Bom			
	Excelente			
	Regular			
	Excelente			
	Bom			
	Excelente			
	Bom			
Bom				
Excelente				
Excelente				
Bom				
Regular				
Regular				
Bom				
Bom				
Regular				



# Gestão Participativa

AUMENTO QUANTIDADE INFORMAÇÕES DIVULGADAS	DA DE	Ruim	Isso não existe.	Uma página na internet com tudo mostrado de maneira explícita.
		Bom		
		Regular	Em ano eleitoral não são colocados veículos a contento para atender a grande demanda de serviços, principalmente no tocante às zonas únicas, e ainda criam muitas restrições na requisição de servidores.	sem comentários
		Bom		
		Excelente		
		Bom		Com maior e ampla divulgação na grande imprensa, incluindo-se as mídias sociais e imprensa do próprio Estado onde se situa o Tribunal Regional Eleitoral.
		Bom		
		Ruim		
		Ruim		
		Bom		
		Bom		
DIVULGAÇÃO DAS MOTIVAÇÕES DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS	DAS DAS	Regular	Muita coisa é sempre com a premissa do interesse público e isso é muito amplo, deveria ser melhor explicitado.	Dando clareza aos atos, motivando-os.
		Bom		
		Regular		
AUMENTO DE CAMPANHAS QUE TRAGAM PERCEPÇÃO DO PAPEL DA JUSTIÇA ELEITORAL	DE	Ruim	A sociedade não tem a exata dimensão do que esperar da Justiça Eleitoral.	
		Bom		
		Regular		
		Regular		
		Excelente		
		Regular		
		Bom		
		Bom		
		Excelente		
		Bom		
		Bom		
		Ruim		



## Gestão Participativa

	Excelente		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Regular		
DIVULGAÇÃO DOS CUSTOS RELACIONADOS AOS SERVIÇOS PRESTADOS	Ruim	A população tem a falsa percepção de que há muitos gastos com poucos resultados.	Com propagandas semelhantes as que são feitas sobre conscientização do voto demonstrando como o serviço é prestado e os gastos em decorrência do mesmo.
	Regular	Pelo exposto no item anterior	
	Ruim		
	Ruim		
	Bom		
	Regular		
	Regular		
	Excelente		
DIVULGAÇÃO DOS GASTOS DE FORMA DETALHADA E MOTIVADA	Regular	Os gastos deveriam ser publicados de forma detalhada para leigos.	Gastos publicados de forma detalhada para leigos, explicando-se o porquê do gasto.
	Bom	Carece de maior divulgação o trabalho da justiça.	Campanha de esclarecimento acerca do processo eleitoral e do trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral.
	Regular		
	Bom		
	Excelente		Não há de maneira fácil e rápida uma lista dos eleitos (governadores, prefeitos etc.) cuja posse no cargo esteja sendo questionada. Mesmo entre os servidores do Regionais (público interno) não existe divulgação de quais processos estão em tramitação e que possam, em tese, levar a cassação de um eleito. Quiça essa informação chegar com clareza ao público externo.



## Gestão Participativa

	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	O eleitor desconhece os serviços da justiça eleitoral	Está tudo na lei de responsabilidade fiscal e na lei de acesso à informação. Basta ler.
	Regular	Que transparência?	
	Bom		
	Ruim	Prejudicada.	Prejudicada.
	Bom		
	Regular	Não há debate sobre os gastos, há a prestação de contas.	Maior participação da sociedade nos debates sobre a gestão, serviços, gastos.
	Regular		
	Bom	Muitas informações, de fato, estão disponíveis no Portal da Transparência.	Com mais informações de gastos sendo divulgadas pela Justiça Eleitoral, principalmente aquelas relacionadas às vaidades de seus Gestores.
	Bom		
	Ruim	Se as Zonas Eleitorais estão caindo aos pedaços , deve ter alguma coisa errada.	Estrutura física , para de inventar moda.
	Regular		
	Excelente		



# Gestão Participativa

	Ruim	<p>Não há investimento no quadro de pessoal e em infraestrutura. A propaganda vende uma justiça futurista. Indaga-se, em quê? A própria biometria já nasceu condenada, tendo em vista o gasto que gerou, o estresse, as filas, fazer trabalho dobrado: o detran já tem todos esses dados e se faz tudo novamente! Para se atender a que interesse? A biometria deveria ter nascido junto com o cadastro do detran disponibilizado, não se gastaria este absurdo em equipamento deficitário e ainda por cima evitar-se-ia desgaste com o servidor e com o eleitor. Cultura do brasileiro: fazer tudo de novo, sempre e não em uma única vez e se aproveitar e partir daí e seguir em frente. Se o cadastro do detran for implantado, o que será feito com o cadastro da justiça eleitoral colhido até aqui? Vai se trabalhar com dois cadastros biometricos de duas instituições ao mesmo tempo, ou seja, trabalho em vão, perdido.</p>	<p>Será que se essas questões todas expostas acima, fossem apresentadas aos brasileiros, teríamos biometria, teríamos justiça eleitoral nestes moldes. Quem consultou a população, os servidores, os tribunais sobre a necessidade da implantação da biometria na forma como ocorreu e com gasto que se teve? As decisões de gabinete deveriam ser precedidas de consultas populares e espelhar os desejos e anseios de todos e não de poucos.</p>
	Regular	Necessita de maior divulgação.	Com maior divulgação junto a população.
	Bom		vigilância constante
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom	Porque racionaliza o uso dos recursos de maneira adequada.	Evitando-se identificar, de todas as formas, as pessoas que buscam as informações.
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Ruim		
	Bom		



## Gestão Participativa

	Bom		
	Bom		
	Bom		Divulgando melhor os valores arrecadados com as multas eleitorais e, principalmente, o destino desses valores.
	Regular		
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
	Bom	Falta simplicidade.	Toda a informação deveria ser alcançada com poucos cliques.
	Bom		
	Regular		
	Regular		
	Regular	Existe um grande investimento nos anos eleitorais ou por ocasião de grandes projetos, como a biometria, no entanto não se percebe o mesmo esforço nos anos não-eleitorais. Falta informação sobre o papel da Justiça Eleitoral e suas ações.	
	Ruim	Nada tem publicidade	dando publicidade aos atos praticados
	Bom		
	Regular		
	Bom	nesse quesito não há duvida de gestão	mantendo o padrão, com o tempo ele se auto ajusta
	Excelente		
	Bom		
	Regular		
	Regular		
	Bom		
	Bom	A Justiça Eleitoral faz um bom trabalho junto à sociedade, mas, a maioria da população confunde a Justiça Eleitoral com o partido no governo.	Continuar divulgando que em matéria eleitoral e partidária há no Brasil uma justiça especializada e que não faz parte do governo municipal, estadual ou federal.
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Bom	As informações estão disponíveis.	Maior participação da sociedade.



# Gestão Participativa

	Regular	Os gastos ainda são muito altos e a prestação jurisdicional precisa de celeridade e segurança jurídica.	Com práticas de ao gestão nesse quesito.
	Bom		
	Regular		
	Regular		
	Bom		
	Ruim	Muito embora haja esforço junto à sociedade, A Justiça eleitoral fluminense deixa a desejar em muito na comunicação interna. Um exemplo recente é o dimensionamento de pessoal. O servidor um dia está lotado em um município, no dia seguinte em outro, e pior: longe da família. Não se pode confundir interesse da administração, com interesse público. Ora, não há interesse público maior que do que a manutenção da família.	Inicialmente deve-se melhorar a comunicação interna, pois com o alinhamento das informações no Tribunal, os servidores passam a falar da mesma forma. Não há como avançar nos serviços prestados à sociedade, sem primeiramente respeitar a opinião dos servidores.
	Bom		
	Excelente		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Ruim		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Ruim		Preciso responder mais alguma coisa!? Boa sorte com o caos que vocês criaram.
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Ruim		
	Excelente		
	Regular		
	Excelente		Internet.
	Bom		



# Gestão Participativa

	Excelente		
	Bom		
	Excelente		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Ruim	A multa por exemplo, deveria ser informado ao cidadão que vai integralmente para os partidos políticos.	Uma placa bem visível no interior do cartório informando que a multa eleitoral vai integralmente para o partido político. "PORTANTO NÃO DEIXE DE VOTAR!"
	Regular	Essas informações são, pouco divulgadas.	Reforçar o uso de redes sociais e melhorar a página da internet; campanhas de rua com explicações diretas ao público.
	Bom	Há o portal da transparência e a sociedade, se quiser, pode acompanhar todos estes aspectos.	Apresentando dados mais detalhados no portal da transparência. Exemplo: filtra os gastos de cada ZE com material de consumo, material permanente, pessoal, ações, etc.
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Excelente		
	Excelente	É um Justiça rápida, gratuita e as pessoas são muito sérias e competentes.	
	Excelente	O portal da transparência contém informações variadas sobre a atuação deste Tribunal.	
	Bom		
	Regular	Faltam melhores canais de comunicação	implantando novos canais de comunicação com a sociedade
	Bom		
	Bom	Existem alguns canais para divulgação de informação.	Aumento dos canais de informação.
	Regular		
	Bom		
	Bom		



# Gestão Participativa

	Bom		
	Bom		
	Ruim		
	Bom		
	Bom		
	Bom		
	Excelente	Fortalece a imagem do órgão e consequentemente a confiança perante a sociedade.	
	Bom		
	Bom		
	Regular		
	Bom		
	Bom	A Justiça Eleitoral possui bons canais de comunicação com a sociedade, às vezes, um pouco confusos, mas que se aperfeiçoam rapidamente quando questionados, a exemplo do sistema de agendamento.	---
	Ruim	As respostas acima indicam a avaliação que assinalo aqui, ressaltando que não há generalização, por exemplo, na prestação jurisdicional temos que fortalecer a identificação de crimes nas prestações de contas de campanhas e anuais.	
	Regular		
	Regular		
	Bom		
	Bom		
	Bom	Acredito que os serviços prestados pelo TRE são transparentes, embora ainda não tenha uma ampla participação dos servidores nas decisões sobre os gastos e como administrar os recursos aportados no TRE.	Acredito que a implantação de um CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, com participação de dirigentes, servidores e representantes da sociedade civil organizada, ampliaria ainda mais a transparência e a democratização do processo eleitoral.
	Excelente		
	Regular	Acredito que falte divulgação sobre qual é exatamente o papel da Justiça Eleitoral frente à crise política atual.	



## Gestão Participativa

	Ruim	A Sociedade não recebe informações quanto a gestão, serviços prestados, prestação jurisdicional, entre outros. Em alguns lugares, a população desconhece o endereço da zona eleitoral que o atende, ou o juiz responsável.	A cultura do voto não é boa. Nosso histórico eleitoral carece de elementos transformadores. As palestras ministradas em escolas e outros ambientes ajudam, mas o alcance da sociedade é lento. Acredito que devemos buscar novas formas de contato com a sociedade.
	Excelente		
	Bom		
	Ruim	A justiça como um todo, incluindo a eleitoral, ainda se revela muito pouco conhecida e acessível ao público em geral, a despeito de os números estarem disponíveis na internet, porém, de forma pouco inteligível o que faz com que fiquemos expostos às "descobertas" da imprensa que divulga de forma distorcida e perversa.	Tudo tem que estar disponível na internet, com consulta liberada a todos, desde os procedimentos de compra, licitação, aquisições e pagamentos, até estatísticas em relação a qualificação e desempenho de servidores e magistrados.
	Excelente		
	Bom	Urge aprimorar os serviços e conscientizar o público interno.	Conscientização e trabalho.
	Regular		
	Bom		

## METAS ESPECÍFICAS DA JUSTIÇA ELEITORAL – 2019 – PROPOSTAS TRE-RJ

**Meta Específica 1****Texto da Meta**

Reduzir em pelo menos 5% a despesa de manutenção do Tribunal, em 2018.

**Questionário**

<b>Id.</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Period.</b>	<b>Resposta</b>
P1	Valor da despesa empenhada ao final do exercício de 2019	Única	
P2	Valor da despesa empenhada ao final do exercício de 2018, corrigida pelo IPCA anual de 2018	Única	

**Critério de Cumprimento**

A meta estará cumprida se, no fim do ano, o percentual de cumprimento for igual ou superior a 5%.

**Fórmula**

$$\text{Indicador de cumprimento} = [1 - (P1 / P2)] * 100$$

**Esclarecimento da Meta**

1. O percentual de redução estabelecido na meta deve ser calculado sobre o valor total empenhado no final do exercício de 2018 relativo a despesas de manutenção.

2. As despesas de manutenção compreendem aquelas realizadas com:

- \* diárias para colaboradores eventuais;
- \* contratação de mão de obra terceirizada (ex.: recepcionistas, secretárias, motoristas, garçons, seguranças, brigadistas, vigilantes) incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal, e excluídos os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual;
- \* estagiários (bolsa, auxílio e seguros);
- \* aluguel de imóveis;
- \* serviços de água e esgoto;
- \* serviços de energia elétrica;
- \* serviços de telecomunicações;
- \* serviços de comunicação;
- \* serviços de informática, incluindo manutenção e locação de software, locação de equipamentos de processamento de dados; serviços de tecnologia da informação; serviços técnico profissionais de tecnologia da informação; manutenção e conservação de equipamentos de processamento de dados e comunicação de dados;
- \* serviços de publicidade;
- \* aquisição de material de expediente e bibliográfico;
- \* aquisição de combustíveis e lubrificantes;
- \* aquisição de material de processamento de dados;
- \* aquisição de gêneros alimentícios;
- \* aquisição de material de consumo;
- \* serviços médicos e hospitalares, odontológicos e laboratoriais;
- \* demais despesas de custeio.

3. Não estão incluídas na meta as despesas com capacitação de recursos humanos, pessoal, benefícios, ações estratégicas, obras, aquisições de imóveis, assunção gastos, investimentos, as realizadas com os orçamentos de biometria, pleitos e descentralizações administrativas do TSE.

4. Estão excluídas da meta as despesas empenhadas de exercícios anteriores.

5. O valor total empenhado no final do exercício de 2018 deverá ser corrigido pelo IPCA para cálculo da meta.

6. A economia alcançada será destinada à implementação de iniciativas que contribuam para otimizar a utilização de recursos do órgão.

## Meta específica 2

### Texto da Meta

**Ampliar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a sociedade.**

Realizar ao longo de 2019 campanhas de esclarecimento à sociedade sobre o processo eleitoral, através dos mais variados meios de comunicação, incluindo redes sociais, com ênfase na transparência e segurança.

### Questionário

Id.	Pergunta	Period.	Resposta
P1	Campanhas veiculadas no trimestre pelo Tribunal Eleitoral Regional	trimestral	
P2	Campanhas disponibilizadas no trimestre pelo GT de comunicação	trimestral	

### Critério de Cumprimento

A meta estará cumprida se, no fim do ano, o percentual de cumprimento for igual ou superior a 100%.

### Fórmula

$$\text{Indicador de cumprimento} = (P1 / P2) * 100$$

### Esclarecimento da Meta

1. O conteúdo das campanhas será disponibilizado pelo GT de comunicação da Justiça Eleitoral no mês anterior ao trimestre em que deverá ser veiculada pelos Tribunais Regionais.



## Gestão Participativa

2. Será considerada como campanha disponibilizada apenas uma por tema, independentemente da quantidade de material produzido para cada meio de comunicação considerado.

3. Cada Tribunal Regional avaliará os melhores meios de comunicação a serem utilizados, de acordo com as necessidades e características relacionadas a sua região.

4. Serão consideradas como campanhas veiculadas uma a cada meio de comunicação utilizado.

5. As campanhas abordarão temas de abrangência nacional, como segurança do processo eleitoral, papel da Justiça Eleitoral, Sistema Eleitoral Brasileiro, entre outros.

6. O TSE realizará pesquisa de opinião para aferir a efetividade das campanhas realizadas.



**ANEXO III - A**

**ATIVIDADE 3**

Ata de deliberação  
Reunião das Assessorias de Planejamento e Gestão da  
Justiça Eleitoral  
14 de junho de 2018  
Brasília - DF

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Registro de reunião das assessorias de planejamento e gestão da Justiça Eleitoral, ocorrida em 14 de junho.

Às nove horas do dia quatorze de junho de dois mil e dezoito, realizou-se reunião com representantes das assessorias de planejamento e gestão dos vinte e sete (27) tribunais regionais eleitorais, conforme lista de presença anexa, convocada pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Os procedimentos administrativos relativos à reunião constam no Processo SEI nº 2018.00.000006205-0.

Daniel Corrêa, titular da Assessoria de Gestão Estratégica do TSE, iniciou a reunião dando boas-vindas a todos. Em seguida, passou à apresentação da equipe da AGE/TSE e de todos os assessores presentes.

O primeiro e principal assunto da pauta foi Metas Específicas 2019. Daniel disse que acredita na possibilidade de esta ser a última reunião para tratar sobre meta, pois, a partir do ano que vem, poderão utilizar as reuniões dos gestores para tratar de outros assuntos mais importantes, como alinhamentos de planos estratégicos, gestão de riscos, respostas ao TCU, etc. No ano passado, as metas foram feitas de forma rápida e tranquila, por isso ficou definido na videoconferência que nesse ano será feito da mesma maneira, e nos próximos anos poderemos abordar esse assunto por *e-mail* e videoconferência.

Sobre meta 2019, todos receberam caderno com orientações do CNJ. Regina e Daniel, os coordenadores, tiveram uma primeira reunião (videoconferência) com o CNJ para tirar dúvidas. Após isso, foi feita uma videoconferência com os coordenadores dos subcomitês regionais para alinhamento.

Ficou definido que: as metas nacionais continuam iguais; a Meta Específica nº 1 também será mantida; por não mostrar eficiência, a Meta Específica nº 2 será retirada, entretanto o tema de aproximação com a sociedade será mantido; e que serão no máximo 3 metas específicas para 2019. O Registro da reunião dos coordenadores dos subcomitês encontra-se no anexo.

Houve uma discussão sobre a necessidade de ajuste na construção da Meta Específica nº 1 (glossário). Mesmo zerando o passivo, a meta não ultrapassa os 70%, ficando sempre um número muito baixo, o que causa uma preocupação para quem a vê. O servidor Felipe Antoniazzi explicou sobre o processo participativo na confecção das metas. Ele assegurou que esse é o momento de definir as metas e os respectivos glossários e que tudo tem que ser levantado agora, pois, por mais



## Gestão Participativa

pertinentes que sejam, uma vez fechadas, não adianta levantar questões quando a meta já estiver em andamento. Daniel propôs que seja montado um grupo coordenado por Felipe da AGE/TSE com um representante de cada subcomitê que refaça o glossário da meta nº 1. Ficou definido que os representantes serão: Rafael (subcomitê 1 – TRE/RS), Reivaldo (subcomitê 2 – TRE/RN), Bruno (subcomitê 3 – TRE/PI), Cláudia (subcomitê 4 – TRE/DF) e Fábio (subcomitê 5 – TRE/AM).

Foi solicitado que a área de negócio (Secretaria Judiciária e Corregedoria) seja oficiada para participar das reuniões do CNJ, pois, durante as reuniões, os assessores não possuem preparo técnico para discutir sobre a necessidade dessas áreas. Ficou definido que esse assunto será tratado no decorrer da construção da meta.

Daniel solicitou que a Meta Específica nº 3 de 2017, referente à satisfação do usuário-cidadão, deixe de ser encaminhada ao TSE. Contudo, foi informado à AGE/TSE que um ofício do Presidente do TSE foi expedido solicitando que tais informações fossem encaminhadas, por isso continuam sendo enviadas. Por isso, faz-se necessário o envio de um novo ofício solicitando que não haja mais tal encaminhamento.

Ficou definido que cada subcomitê poderá encaminhar mais de uma proposta de meta com o glossário para o TSE, mas apenas cinco metas serão encaminhadas para que seja votada pela sociedade.

Foi encaminhada uma votação e ficou decidido que: se forem encaminhadas metas específicas boas, as duas metas restantes deverão ser escolhidas pela sociedade para legitimar a vontade do cidadão.

O calendário a ser seguido para a definição das metas específicas foi alterado para melhor atender a todos:

Período	Atividade	Responsável
7/5	Videoconferência com o CNJ, TSE e TRE-SP.	CNJ
17/5	Videoconferência com os Coordenadores e TSE.	TSE
21/5	Data a partir da qual os regionais poderão dar início às campanhas de divulgação com o público interno.	Cada Regional
4/6 a 19/6	Período durante o qual os TREs poderão realizar pesquisa com público interno (magistrado e servidores) e consolidar a proposta de 1 (uma) meta por Regional.	Cada Regional
14/6	Reunião dos assessores de planejamento em Brasília.	Cada Regional
20/6	Último dia para envio da proposta de meta do Regional com o respectivo glossário para o coordenador do respectivo subcomitê.	Cada Regional
21/6 a 28/6	Período durante o qual cada Subcomitê votará e definirá a proposta de metas a ser encaminhada, com o glossário, para os coordenadores do Comitê : <a href="mailto:age@tse-jus.br">age@tse-jus.br</a> e <a href="mailto:asspe@tre-sp.jus.br">asspe@tre-sp.jus.br</a>	Subcomitês
25/6 a 16/7	Preparação da página do Portal da JE para liberação do <i>link</i>	TSE

	de pesquisa.	
29/6 a 4/7	Coordenadores do comitê consolidam as propostas encaminhadas pelos subcomitês regionais e formulam instrumento para ser publicado para consulta ao público externo e ao interno.	TSE e TRE-SP
4/7	Envio das sugestões recebidas para análise dos subcomitês.	TSE e TRE-SP
5/7 e 6/7	Abertura do prazo de 48h para manifestação dos regionais por meio dos subcomitês, em caso de opiniões divergentes quanto às metas nacionais, de acordo com a Portaria-CNJ nº 221/2016, art. 5º, inciso V.	Subcomitê
5/7 a 9/7	Análise das manifestações dos subcomitês, consolidação e divulgação da proposta de metas.  Definição o que será submetido ao público externo.	TSE e TRE-SP
16/7	Data-limite para o TSE concluir os materiais de divulgação da pesquisa para o público externo.	TSE
17/7	O TSE encaminhará aos regionais o <i>link</i> de hospedagem da pesquisa para divulgação pelos TREs.	TSE
18/7 a 31/7	Período durante o qual serão veiculadas as campanhas de divulgação e a pesquisa para o público externo.  (10 dias úteis)	TSE e regionais
1º/8 a 10/8	Geração do relatório analítico, pelo Comitê, acerca da participação na pesquisa para o público externo e o interno.	TSE e TRE-SP
15/8	Data-limite para envio da proposta de metas do segmento Justiça Eleitoral para o CNJ.	TSE
27/8 e 28/8	Reunião Preparatória no CNJ para aprovação das propostas de metas 2019 pela Rede de Governança do PJ.	Regionais

Após eleitas as cinco metas que irão para a votação à sociedade, os trabalhos de definição de glossários já deverão começar a ser definidos mesmo sem saber quais serão as metas mais votadas, pois, diferentemente dos anos anteriores, neste ano, até 15 de agosto, os glossários já deverão estar definidos.

Encerrado o assunto sobre metas 2019, Daniel relatou que a experiência na AGE/TSE desde 2017 tem sido muito gratificante, pois tem conseguido trabalhar em várias iniciativas, como Metodologia de Projetos, Processos, Gestão de Riscos, Política de Contratações, Governança da JE, Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral e o novo Plano Estratégico do TSE. Após isso, descreveu o trabalho das fases do novo Plano Estratégico, principalmente a importância da sua divulgação.

Na parte da tarde, a reunião foi retomada pela Secretária de Gestão de Pessoas, Thayanne Fonseca Pirangi Soares, que trouxe o assunto de reestruturação. No ano

passado, iniciou-se um trabalho para revogar a Resolução nº 22.138, que dispõe que as estruturas dos tribunais regionais devem se assemelhar à estrutura do TSE. Tal trabalho deu-se por meio de um grupo chamado GT Simetria (composto por colegas dos regionais, SGP/TSE), que propôs uma minuta que foi levada para os diretores-gerais dos tribunais. Estes alteraram a minuta, mas a minuta final não chegou a ser apreciada pela Presidência do TSE. Contudo, desde o começo dos trabalhos do GT, os pedidos de reestruturação dos regionais estão parados, pois não havia sentido em se fazer uma análise à luz da Resolução nº 22.138 quando estava sendo feito um trabalho para revogação da norma. Então, essas estruturas ficaram paradas no TSE quando havia a expectativa de uma nova norma. Essa expectativa não se confirmou, porque existia uma série de pontos que não estavam claros. Então o Diretor-Geral, Rodrigo Curado Fleury, solicitou que a AGE, a Gestão de Pessoas e a Assessoria Jurídica se reunissem, chamando inclusive o servidor Rui da SOF para que tentassem aplicar um padrão ao normativo para levá-lo novamente aos diretores-gerais, fase em que se encontra a minuta. Houve a ideia de analisar as estruturas pela resolução vigente, mas isso não faria sentido visto que os regionais já encaminharam as estruturas na confiança de que a nova resolução fosse aprovada. O ponto principal de discórdia é a questão do núcleo, pois não ficou claro para que ele serve, além de não poder aumentar o custo, o que justifica o servidor Rui estar bastante envolvido, visto que o TSE tem uma preocupação muito grande em garantir que não haja aumento de despesas nos tribunais. O prazo para terminar essa nova resolução é ainda na gestão do Ministro Fux, até porque foi uma demanda dos diretores-gerais para o Dr. Rodrigo, e este não quer encerrar a gestão sem dar o retorno adequado. Outro assunto tratado pela Secretária foi sobre treinamento de governança, que pode ser presencial, ou parte presencial e parte a distância, para viabilizar a participação de todos. O TSE pode custear a maior parte do recurso, pois o recurso de capacitação disponível foi um pouco maior do que dos estados, mas ainda assim faz-se necessário, principalmente a depender de quem vai contratar, que haja o destaque orçamentário de cada tribunal participante. Sabe-se que o período eleitoral não é bom para empreender ações, mas é um bom período para planejá-las para o fim do ano ou o início do próximo. Thyanne solicitou, então, às assessorias que já comecem a pensar no desenho, que tenham os pontos que acham que são relevantes, para que estejam todos nivelados. Haja vista a questão do nivelamento, para os estados (por exemplo diamante, ouro etc.) que quiserem fazer replicação, trocar experiência, participar de uma tarde de boas práticas, pode-se encampar e levar todos para o local, para que realmente haja a troca de experiência. Rio Grande do Sul convidou a todos para participar, no dia 13 de julho, de um Ciclo de Ideias com o tema Eleições Sustentáveis.

Maranhão solicitou que o sistema Ágata do Ministério do Planejamento seja customizado para o uso da Justiça Eleitoral, porque pelo seu regional apenas poderá ser feito no ano que vem. A TI do Ceará está num processo interno de análise.

Daniel lembrou que o corte de verbas foi feito e que o orçamento está curto, portanto é necessário criar meios para que os treinamentos sejam realizados.

Goiás relatou a necessidade de treinamento para os assessores. Devido ao fato de todos serem consultores técnicos e de, portanto, haver necessidades em comum, foram sugeridos treinamentos em conjunto. Thyanne concordou com o trabalho em conjunto e citou, inclusive, que é a primeira vez que se passa por essa crise e, não havendo recursos, é necessário que haja soluções criativas, união e pensamento coletivo para tudo. Colocou-se, assim, à disposição para montar o perfil de competência juntamente com os assessores de gestão estratégica, aproveitando os tribunais que já possuem essas informações mapeadas. Goiás sugeriu que fosse feito um Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) e se colocou à disposição para ajudar a desenvolvê-lo, inclusive para receber os colegas para que os cursos sejam feitos no regional.

Minas Gerais trouxe uma reflexão sobre a questão da reestruturação. No começo, houve, de fato, uma reestruturação, pois as assessorias correspondiam a qualquer cargo. Hoje há um volume maior de trabalho, e atualmente vive-se a chamada “segunda onda”, porque a governança chegou para as assessorias de gestão estratégica, com a gestão de riscos, a gestão de processo, a gestão de projetos, o plano de continuidade de negócio, a sustentabilidade e a gestão da eleição. Tudo o que chega de novo vai para a assessoria. Foi sugerido que, como em Minas, o TSE precisa ter uma coordenadoria ou uma secretaria de gestão estratégica, porque precisa-se que as trocas que ocorrem não atinjam toda a estrutura. É necessário que haja a existência e a permanência de chefes de seção, porque as contínuas mudanças no TSE impactam diretamente no trabalho dos regionais. Por isso, há a necessidade de deixar a estrutura da AGE/TSE mais forte, mais perene, com secretário, coordenadores e chefes de seção estáveis para que haja uma evolução da situação, para que não haja perda no trabalho de gestão e para que o histórico não desapareça com tantas mudanças.

Thyanne encerrou solicitando que os assessores cuidem das secretarias de gestão de pessoas, principalmente da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, pois ela tem observado que essa coordenadoria nos estados tem minguado, e a educação ainda é o caminho um pouco mais seguro para evolução, mudança, perenidade e sustentabilidade. Por isso, ter uma área de educação produtiva, interessante, adequada e que atenda às necessidades não é um luxo para as organizações sérias, é uma necessidade para essas organizações. Assim, ela solicitou ajuda para fortalecer essas áreas, que, apesar de serem necessárias para as organizações, estão muito enfraquecidas.



Em seguida, Daniel tratou sobre Diretrizes da Justiça Eleitoral, que é basicamente o plano diretor da JE, mas sem indicadores, sem acompanhamento. O próximo passo é a criação de uma norma para questões como atualização e cumprimento das diretrizes.

Sobre os temas Processo Judicial Eletrônico (PJE) e Justiça em Números, Felipe relatou que, com a implantação do PJE, todos devem estar com dificuldade de extrair os valores de Justiça em Números, Produtividade, Metas e também os *xmls*, pois o PJE não tem um módulo de estatística e é novidade para todos. Historicamente, houve duas iniciativas para extração de dados do PJE. A primeira foi a construção de regras SQL pelo TSE, o que foi compartilhado com os regionais, porém os códigos SQLs foram feitos com base em regras que a judiciária do TSE definiu e que a TI do TSE implantou naquela época. Vários regionais questionaram tanto as regras quanto as formas de execução nos arquivos SQLs. Devido aos questionamentos, as secretarias judiciárias fizeram um grupo de trabalho com representantes das regiões, discutiram quais seriam as regras adequadas, com aplicação ao PJE, e essas regras foram documentadas e entregues pelo grupo até a penúltima versão do glossário, quando o grupo foi extinto. Havia o compromisso de que o TRE/RO aplicasse todas as regras definidas pelo grupo de trabalho das secretarias judiciárias no sistema Portcre, conhecido também por Portal Transparência. Tudo caminhava bem e, em tese, seriam resolvidos todos os problemas, mas, durante a implantação, identificaram-se problemas de segurança e de acesso no Portcre. Esses problemas ainda estão sendo avaliados, o TSE já se posicionou e, enquanto não forem resolvidos, ficarão sobrestados. Felipe entrou em contato com a Assessoria do PJE e com a STI e verificou que isso ainda está em discussão, que não há nada resolvido. O que há de plano “b” hoje é que todos os regionais podem instalar localmente o Portcre.

Foi solicitado que constassem nesse registro as resoluções tratadas na reunião realizada no CNJ em 13/12/2017:

- Resolução nº 194/2014 – Substituir o texto encaminhado pelo seguinte texto: “§ 4º No caso dos tribunais regionais eleitorais, nas listas de inscritos para magistrados e para servidores, se não houver interessados suficientes para ocupação das vagas de membro e suplente, caberá ao Tribunal indicar os membros do Comitê e os suplentes para completar a sua composição”.
- Resolução nº 195/2014 – Manter a proposta encaminhada por meio da qual inclui o parágrafo único no art. 1º “A presente resolução não se aplica à Justiça Eleitoral”.
- Resolução nº 240/2016 – Substituir o texto encaminhado pelo seguinte texto: “§ 5º No caso dos tribunais regionais eleitorais, nas listas de inscritos para magistrados e para servidores, se não houver interessados suficientes para a ocupação das vagas de membro e suplente, caberá ao Tribunal indicar os membros do Comitê Gestor Local e os suplentes para complementar a sua composição”.

- Resolução nº 71/2009 – Conforme o entendimento de todos, a resolução não leva em consideração as peculiaridades da Justiça Eleitoral, especialmente o incremento sazonal de demandas em ano eleitoral, bem como o fato de que os pleitos urgentes têm origem durante o período eleitoral. Dessa forma, confirmamos que seja considerada a sugestão de parágrafo único no art. 9º: “O plantão da Justiça Eleitoral observará o art. 16 da Lei Complementar nº 64/1990”, conforme consta no ofício enviado.

- Resolução nº 75/2009 – Solicitamos desconsiderar a sugestão de alteração do parágrafo único do art. 11, uma vez que, conforme discutido, tal alteração traria impacto a outros estados.

- Resolução nº 207/2015 – Solicitamos desconsiderar a proposta relativa ao § 3º do art. 6º, pois, conforme entendimento, a vinculação à Secretaria de Gestão de Pessoas já atende ao disposto no referido parágrafo, uma vez que tal Secretaria é subordinada à Direção-Geral.

- Resolução nº 106/2010 – Conforme dificuldade informada pelo CNJ quanto à alteração desta resolução, sugerimos desconsiderar a solicitação encaminhada por ofício.

Sônia mostrou a nova cadeia de valor e a arquitetura de processos. Daniel falou que o Programa da Qualidade da Justiça Eleitoral foi atualizado e solicitou que novos auditores fossem treinados, visto que a demanda tem aumentado. Paraíba demonstrou interesse em certificar no PQJE. Quanto à norma de Governança da Justiça Eleitoral, ela não foi aprovada ainda por divergências de opiniões com a Assessoria Jurídica.

Encerrados os assuntos da pauta, foram trocadas informações com o TRE/PA, que ganhou selo diamante do CNJ em 2017. Esgotada a pauta, a reunião foi encerrada.



## **ANEXO III - B**

### **ATIVIDADE 3**

Lista de Presença

Reunião das Assessorias de Planejamento e Gestão da  
Justiça Eleitoral

14 de junho de 2018

Brasília - DF



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE  
SGRH - Sistema de Evento Nacional

Pág.: 1  
Data: 13/06/2018  
Hora: 17:29

Evento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Subevento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

## Relatório de Frequência (Inscrições homologadas)

Data do Evento : 14/06/2018		TURNO : MANHÃ		
Nº	Tribunal	Nome do Participante	Nome Crachá	Assinatura
01	TRE-BA	ALEIDE POLLIANA DE SOUZA CARVALHO PEREIRA	POLLIANA	<i>Aleide Pereira</i>
02	TRE-RR	ALESSANDRO SILVA DE LIMA	ALESSANDRO	<i>Alessandro</i>
03	TRE-PE	ANA CRISTINA VIEIRA DE BARROS CORREIA	ANA CRISTINA	<i>Ana Cristina</i>
04	TRE-CE	ANTONIO SALES RIOS NETO	SALES	<i>Antonio Sales</i>
05	TRE-CE	ARLETE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA	ARLETE	<i>Arlete Arruda</i>
06	TRE-SC	AUGUSTO CÉSAR CAMPOS	AUGUSTO	<i>Augusto Campos</i>
07	TRE-DF	CLAUDIA RAQUEL DA ROCHA EIRADO	CLAUDIA	<i>Claudia</i>
08	TRE-PR	DIOGO SGUISSARDI MARGARIDA	DIOGO	<i>Diogo</i>
09	TRE-TO	IVALDO DE MENEZES TACHO JUNIOR	IVALDO TACHO	<i>Ivaldo Tacho</i>
10	TRE-AP	EVANDERSON BESSA RODRIGUES	EVANDERSON ROD	<i>Evanderson</i>
11	TRE-AM	FÁBIO ROBERTO GARCIA NUNES	FÁBIO GARCIA	<i>Fábio Garcia</i>
12	TRE-MG	FLÁVIO AUGUSTO NANNETTI CAIXETA	FLÁVIO CAIXETA	<i>Flávio Caixeta</i>
13	TRE-MT	GRACE CRISTIANI CARVALHO NUNES GASPAROTO	GRACE	<i>Grace Gasparoto</i>
14	TRE-DF	HENRIQUE ELIAS BORGES	HENRIQUE	<i>Henrique</i>
15	TRE-PA	HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ	HÉRIKA	<i>Hérika</i>
16	TRE-TO	JOSÉ ATÍLIO BEBER	ATILIO	<i>Atílio</i>
17	TRE-MA	KARLA DE FARIA ABDALA	KARLA ABDALA	<i>Karla Abdala</i>
18	TRE-AM	KLEBER CEZAR MERKLEIN	KLEBER	<i>Kleber</i>
19	TRE-ES	LANDER FONTES DE PAULA	LANDER	<i>Lander</i>
20	TRE-GO	LIZIANE VENÂNCIO QUEIROZ	LIZIANE	<i>Liziane</i>
21	TRE-AC	LUCIANE SOCORRO FERREIRA MEDEIROS	LUCIANE	<i>Luciane</i>
22	TRE-RS	MAGDA STOLL ANDRADE	MAGDA	<i>Magda</i>
23	TRE-MS	MARCELO DE FREITAS MACHADO	MARCELO	<i>Marcelo</i>
24	TRE-SE	MARCELO GERARD ALMEIDA DE ANDRADE	MARCELO	<i>Marcelo</i>
25	TRE-AL	NEY WILLER SANTOS SILVA DA PALMA	NEY WILLER	<i>Ney Willer</i>
26	TRE-SP	REGINA RUFINO	REGINA RUFINO	<i>Regina Rufino</i>



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE  
SGRH - Sistema de Evento Nacional

Pág.: 2  
Data: 13/06/2018  
Hora: 17:29

Evento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Subevento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

### Relatório de Frequência (Inscrições homologadas)

Data do Evento : 14/06/2018

TURNO : MANHÃ

Nº	Tribunal	Nome do Participante	Nome Crachá	Assinatura
27	TRE-RN	REIVALDO PEREIRA VINAS	REIVALDO	<i>Reivaldo</i>
28	TRE-PI	RICARDO COELHO PEREIRA	RICARDO	<i>Ricardo</i>
29	TRE-BA	ROBELZA OLIVEIRA SANTOS ROCHA	ROBELZA	<i>Robelza</i>
30	TRE-DF	ROBSON CORRÊA VIANA	ROBSON	<i>Robson</i>
31	TRE-PR	SOLANGE MARIA VIEIRA	SOLANGE	<i>Solange</i>
32	TRE-RJ	SORAYA PREVITALI	SORAYA	<i>Soraya previtali</i>
33	TRE-PB	SUÊNIA BERNARDO CARNEIRO	SUÊNIA	<i>Suênia</i>
34	TRE-RJ	TATIANA DE FREITAS KAGOHARA	TATIANA	<i>Tatiana</i>

TSE Daniel Carlos Lima Corrêa

TSE Sônia Kell Campos

TSE Mauren Yumi Hirakawa

TSE FELICE DE OLIVEIRA AUTOMAZA

Daniel

SONIA

MAUREN

FELICE

TRE-RO marilene P. Lima



**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE**  
**SGRH - Sistema de Evento Nacional**

Pág.: 3  
Data: 14/06/2018  
Hora: 12:21

**Evento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

**Subevento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA**

### Relatório de Frequência (Inscrições homologadas)

Data do Evento : 14/06/2018		TURNO : TARDE		
Nº	Tribunal	Nome do Participante	Nome Crachá	Assinatura
01	TRE-BA	ALEIDE POLLIANA DE SOUZA CARVALHO PEREIRA	POLLIANA	<i>Aleide Polliana</i>
02	TRE-RR	ALESSANDRO SILVA DE LIMA	ALESSANDRO	<i>Alessandro</i>
03	TRE-PE	ANA CRISTINA VIEIRA DE BARROS CORREIA	ANA CRISTINA	<i>Ana Cristina</i>
04	TRE-CE	ANTONIO SALES RIOS NETO	SALES	<i>Antonio Sales</i>
05	TRE-CE	ARLETE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA	ARLETE	<i>Arlete</i>
06	TRE-SC	AUGUSTO CÉSAR CAMPOS	AUGUSTO	<i>Augusto</i>
07	TRE-DF	CLAUDIA RAQUEL DA ROCHA EIRADO	CLAUDIA	<i>Claudia</i>
08	TSE	DANIEL CARLOS LIMA CORRÊA	DANIEL	<i>Daniel</i>
09	TRE-PR	DIOGO SGUISSARDI MARGARIDA	DIOGO	<i>Diogo</i>
10	TRE-TO	IVALDO DE MENEZES TACHO JUNIOR	IVALDO TACHO	<i>Ivaldo Tacho</i>
11	TRE-AP	EVANDERSON BESSA RODRIGUES	EVANDERSON ROD	<i>Evanderson</i>
12	TRE-AM	FÁBIO ROBERTO GARCIA NUNES	FÁBIO GARCIA	<i>Fábio Garcia</i>
13	TSE	FELIPE DE OLIVEIRA ANTONIAZZI	FELIPE	<i>Felipe</i>
14	TRE-MG	FLÁVIO AUGUSTO NANNETTI CAIXETA	FLÁVIO CAIXETA	<i>Flávio Caixeta</i>
15	TRE-MT	GRACE CRISTIANI CARVALHO NUNES GASPAROTO	GRACE	<i>Grace Gasparoto</i>
16	TRE-DF	HENRIQUE ELIAS BORGES	HENRIQUE	<i>Henrique</i>
17	TRE-PA	HÉRIKA CARLA DA COSTA SODRÉ	HÉRIKA	<i>Hérika</i>
18	TRE-TO	JOSÉ ATÍLIO BEBER	ATILIO	<i>Atílio</i>
19	TRE-MA	KARLA DE FARIA ABDALA	KARLA ABDALA	<i>Karla Abdala</i>
20	TRE-AM	KLEBER CEZAR MERKLEIN	KLEBER	<i>Kleber</i>
21	TRE-ES	LANDER FONTES DE PAULA	LANDER	<i>Lander</i>
22	TRE-GO	LIZIANE VENÂNCIO QUEIROZ	LIZIANE	<i>Liziane</i>
23	TRE-AC	LUCIANE SOCORRO FERREIRA MEDEIROS	LUCIANE	<i>Luciane</i>
24	TRE-RS	MAGDA STOLL ANDRADE	MAGDA	<i>Magda</i>
25	TRE-MS	MARCELO DE FREITAS MACHADO	MARCELO	<i>Marcelo</i>
26	TRE-SE	MARCELO GERARD ALMEIDA DE ANDRADE	MARCELO	<i>Marcelo</i>



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE  
SGRH - Sistema de Evento Nacional

Pág.: 4  
Data: 14/06/2018  
Hora: 12:21

Evento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

Subevento : REUNIÃO DE ASSESSORES DE GESTÃO ESTRATÉGICA

### Relatório de Frequência (Inscrições homologadas)

Data do Evento : 14/06/2018		TURNO : TARDE		
Nº	Tribunal	Nome do Participante	Nome Crachá	Assinatura
27	TRE-RO	MARILENE PEREIRA CENI	MARILENE	<i>Marilene</i>
28	TSE	MAUREN YUMI ISHIKAWA	MAUREN	<i>Mauren Yumi Ishikawa</i>
29	TRE-AL	NEY WILLER SANTOS SILVA DA PALMA	NEY WILLER	<i>Nei Willer</i>
30	TRE-SP	REGINA RUFINO	REGINA RUFINO	<i>Regina Rufino</i>
31	TRE-RN	REIVALDO PEREIRA VINAS	REIVALDO	<i>Reivaldo</i>
32	TRE-PI	RICARDO COELHO PEREIRA	RICARDO	<i>Ricardo Coelho Pereira</i>
33	TRE-BA	ROBELZA OLIVEIRA SANTOS ROCHA	ROBELZA	<i>Robelza</i>
34	TRE-DF	ROBSON CORRÊA VIANA	ROBSON	<i>Robson</i>
35	TRE-PR	SOLANGE MARIA VIEIRA	SOLANGE	<i>Solange Maria Vieira</i>
36	TSE	SÔNIA KILL CAMPS	SÔNIA	<i>Sônia Kill Camps</i>
37	TRE-RJ	SORAYA PREVITALI	SORAYA	<i>Soraya Previtali</i>
38	TRE-PB	SUÊNIA BERNARDO CARNEIRO	SUÊNIA	<i>Suênia</i>
39	TRE-RJ	TATIANA DE FREITAS KAGOHARA	TATIANA	<i>Tatiana</i>

*TSE Sônia Kill Camps Sônia*



## ANEXO IV

### ATIVIDADE 4

Ata da Reunião do Comitê de Gestão da Estratégia do  
TRE-RJ para deliberação sobre as metas específicas da  
Justiça Eleitoral para 2019 a serem encaminhadas ao  
Subcomitê Gestor da Justiça Eleitoral

15/06/2018



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA-GERAL  
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO



ATA DE REUNIÃO  
COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA

Data	15/06/2018 – sexta-feira
Início	11:30min
Fim	14:30min

1. Participantes.

Nome	Unidade
Adriana Freitas Brandão Correia	Diretora-Geral
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz	Presidência
André dos Santos Sant'anna	Secretaria de Tecnologia da Informação
Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Flávio Augusto Castanheira Celano	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Fernando José da Fonseca	Secretaria de Orçamento e Finanças
Tatiana de Freitas Kagohara	Assessoria de Planejamento Estratégico e Gestão
Luciana Souza Batista	Assessoria de Comunicação Social
Fábio Lami Júnior	Secretaria de Administração
Erica Ferreira	Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

Ausente justificadamente: Ana Luiza Claro da Silva – Secretária Judiciária  
Convidada: Claudeci Elias Siqueira de Oliveira (ASPLAN), Elizabeth Silva Viana (SCI)  
Ouvinte: Patricia Ferraro de Avellar Coutinho (ASPLAN)

## 2.Pauta.

1. Acompanhamento dos requisitos para o Selo Justiça em Números 2018;
2. Deliberação quanto à sugestão da meta específica da Justiça Eleitoral para 2019, a ser encaminhada para o subcomitê gestor da Justiça Eleitoral;
3. Aprovação da revisão do Glossário do Plano Estratégico

## 3. Descrição da reunião.

1. A Diretora-Geral deu início à reunião salientando para a necessidade do cumprimento dos requisitos para apuração da pontuação do Selo Justiça em Números 2018. Em seguida, passou a palavra à Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão em exercício.

2. A Assessora passou, então, à leitura de cada requisito, destacando que não há problemas relacionados à comprovação documental dos requisitos 1,2,4 e 5.

3. Quanto ao 3º requisito, destacou que a composição do Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau de Jurisdição encontra-se defasada, sendo necessária sua revisão e a realização de uma reunião do Comitê até 31/08/2018, para cumprimento do requisito. A Sra. Chefe de Gabinete da Presidência informou que verificará a possibilidade de realização de nova eleição para composição do Comitê em tempo hábil ao cumprimento da exigência.

4. Passou-se, em seguida, para a análise dos Requisitos que são atestados pelo CNJ, apresentando a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão em exercício as seguintes ponderações:

- requisito 1 - está sendo cumprido regularmente;
- requisito 2 - destacou que, apesar de estar sendo cumprido regularmente, ainda está pendente o envio dos arquivos relacionados ao PJe, tendo em vista que o PortCre ainda não faz a extração dos dados deste sistema. Foi ressaltado, então, pela Chefe de Gabinete da Presidência, que o PortCre passará a gerar um relatório consolidando os dados do PJE, o que facilitará o cumprimento deste requisito;
- requisito 3 - informou que se refere à distribuição de pessoal entre os 1º e 2º graus, devendo a SGP observar a forma e o prazo estabelecidos no art. 15 da Resolução CNJ nº 219/2016;

AR

⊙

⊙

X

2

2

- requisito 4 - ressaltou que a apuração deste requisito é feito em relação ao número total de processos e que, caso não seja possível extrair dados pelo PortCre, deverá ser verificada a possibilidade de levantamento dos números de forma manual ou diretamente do banco de dados;
- requisitos 5 e 6 – esclareceu que a disponibilização das informações referentes a esses requisitos atrasou no ano passado, sendo necessária a observância do prazo para cumprimento neste ano;
- requisito 7 - destacou que o CNJ sempre isentou a Justiça Eleitoral do seu cumprimento e que o TSE entrará neste ano com requerimento pleiteando a isenção, a exemplo do que fez no ano passado;
- requisito 8 – foi assinalado pelo Secretário de Tecnologia da Informação que dificilmente será cumprido, uma vez que na última avaliação o TRE/RJ estava no nível satisfatório, dependendo de muitas ações mais complexas para alcançar nível aprimorado nesse ano em que existe concorrência com as tarefas relacionadas às eleições e à implantação do SEI.
- requisito 9 - está cumprido;
- requisito 10 - informou que se trata de requisito novo e que, em princípio, está sendo cumprido, devendo a SGP confirmar essa informação com base na Portaria CNJ n.º 63/2017.

5. Em seguida, passou-se para a análise do item 2 da pauta: Deliberação quanto à sugestão da meta específica da Justiça Eleitoral para 2019, a ser encaminhada para o subcomitê Gestor de Governança da Justiça Eleitoral.

6. Primeiramente, foi exposto pela Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão em exercício que nesse ano o TSE apresentou 5 temas a serem trabalhados para as Metas Específicas e que, com base nesses temas, foi realizada pesquisa junto ao público interno do TRE/RJ (servidores, magistrados de 1º grau e magistrados de 2º grau), sendo cada tema avaliado segundo as gradações ruim, regular, bom e excelente, com campo para comentários.

7. Em seguida foi apresentado o resultado da pesquisa, sendo explicitado que as sugestões de meta deveriam recair sobre os temas pior avaliados, tendo em vista que seriam aqueles que necessitam de maior aprimoramento, sendo eles: “Melhorar a comunicação e o compartilhamento de informações entre a Justiça Eleitoral e a Sociedade” e “Fortalecer as Políticas Socioambientais”, tendo sido,



RE



Handwritten signatures and initials, including 'RZ', 'OB', and '3'.



# Gestão Participativa

neste último, dada maior ênfase pelos participantes à redução dos custos da Justiça Eleitoral.

8. Diante desse resultado, a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão em exercício sugeriu que se apresentasse novamente a meta encaminhada no ano passado, qual seja; “Reduzir em pelo menos 10% a despesa de manutenção do Tribunal, em 2019”. Em seguida foi ponderado pelos secretários de Manutenção e Serviços Gerais e de Orçamento e Finanças a dificuldade de se cumprir o percentual de 10%, sobretudo em virtude do aumento da despesa dos itens de Energia Elétrica e Combustível, os quais devem representar um acréscimo substancial no orçamento de 2019. Após debates, a maioria dos presentes decidiu pela manutenção da redação da meta com redução do percentual para 5%. Votaram pela manutenção do percentual em 10%, a Diretora-Geral e a Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão em exercício, considerando que já existem várias iniciativas no âmbito deste Tribunal que serão implementadas até o próximo exercício tendentes a impactar no custo e, ainda, a necessidade de outros Regionais em realizar uma redução do orçamento de manutenção para que realizem qualquer investimento.

9. Passou-se, então, à análise da 2ª sugestão de Meta a ser encaminhada ao subcomitê Gestor de Governança da Justiça Eleitoral do qual o TRE/RJ faz parte. Inicialmente a Assessora de Planejamento Estratégico em exercício ressaltou que no encontro de Assessores realizado no dia anterior, foi informado que o TSE dará início a um projeto voltado para a divulgação da imagem da Justiça Eleitoral. Sugeriu, assim, que seja apresentada proposta de meta que vincule a divulgação de campanhas pelos regionais, a partir de diretrizes e material disponibilizado pelo TSE. Nesse sentido, foi deliberado que será realizada reunião entre a ASPLAN e a ASCOM para detalhar a proposta da meta.

10. Em seguida, passou-se aos debates relativos ao último item da pauta - aprovação da revisão do Glossário do Plano Estratégico -, o qual foi disponibilizado previamente aos integrantes do Comitê para avaliação. A Assessora de Planejamento Estratégico e Gestão em exercício ressaltou que todas as alterações do glossário propostas foram prévia e exaustivamente alinhadas com as respectivas unidades envolvidas.

11. A Sra. Chefe de Gabinete da Presidência ressaltou que as metas relacionadas ao IA 08- Taxa de Congestionamento dos feitos judiciais 2º grau e ao IA 09 - Índice de agilidade no julgamentos dos feitos judiciais - 2º grau, foram estabelecidas considerando o cômputo dos processos de Prestações de Contas, sendo que a fórmula foi modificada para ficar alinhada às metas nacionais do CNJ, onde tais processos não são considerados. Desta forma, deverão ou ser



# Gestão Participativa

90

revistas as metas ou ser reavaliado o cálculo. Ainda com relação a esses dois IAs, observou-se que não está havendo um alinhamento perfeito entre o Glossário CNJ 2018 e o do TER/RJ, sendo deliberado que essas questões serão avaliadas posteriormente em conjunto com as anteriores. A Assessora de Planejamento em exercício sugeriu que tal questão fosse tratada posteriormente, mantendo-se estes indicadores da forma como estão apresentados, tendo em vista que demandaria o envolvimento de áreas não presentes, o que foi acatado por todos. Quanto ao IA 57- Índice de Implementação do Plano de Comunicação Interna, pertencente ao OE 07- Desenvolver a gestão estratégica de pessoas, foi indagado pela Secretária de Gestão de Pessoas sobre o escopo do Plano de Comunicação. Considerando que tal definição demandará definições e alinhamentos entre unidades ainda não realizados, deliberou-se que o referido indicador será mantido da maneira tal qual está, devendo ser apresentada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, na próxima Reunião de Análise da Estratégia - RAE, em agosto, a forma como poderá ser medido e/ou eventual proposta de alteração do indicador.



13. Em seguida o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais questionou as metas estabelecidas para o IA 74, IA 80 e IA 81, todos pertencentes ao OE 09- Aprimorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do TRE-RJ.

DC

14. Com relação ao IA 74- índice de unidades com equipamentos sustentáveis, o referido secretário ressaltou para a impossibilidade de cumprimento das metas estabelecidas, devido à dificuldade de aquisição de tais itens, sugerindo a manutenção da meta anterior. Diante da proposição, o Comitê deliberou para que sejam mantidas as metas originais, adequando-se o PLS a esse parâmetro, devendo, ao final do ano, ser reavaliada para os próximos exercícios.

15. Com relação ao IA 80 e ao IA 81, o Secretário de Manutenção e Serviços Gerais sugeriu que fosse consignado o índice de 75% em 2018, salientando que não tem como afirmar que o desempenho apresentado nos dois últimos anos realmente refletem a capacidade de atendimento da demanda. A Diretora-Geral ponderou que a tendência na manutenção do desempenho dos últimos períodos é maior do que o retorno ao patamar em anos anteriores, tendo em vista as melhorias introduzidas na prestação do serviço. A maioria dos presentes deliberou pela revisão das metas tal qual apresentadas na proposta de revisão do glossário. Votaram pela alteração, conforme proposto pelo Secretário de Manutenção e Serviços Gerais, os Secretários de Administração e de Orçamento e Finanças.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature and the number 5.

16. A Diretora-Geral sugeriu, ainda, que fosse explicitado no IA 33, pertencente ao OE 04-Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral, que a medição do referido indicador diz respeito à Prestação de Contas de Campanha. Informou que seria necessária, também, alteração nesse sentido, no IE 11, tendo a sugestão sido acatada por todos.

17. Com relação ao IA 84, do OE 10- Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC, foi sugerido pela Diretora-Geral que o responsável pela análise do referido índice fosse a Assessoria de Segurança da Informação e não mais à SEABAD, tendo o comitê deliberado pela alteração nesse sentido.

18. Por fim, foi aprovado o glossário com as alterações aprovadas na reunião.

19. Nada mais havendo a tratar, a Diretora-Geral encerrou a reunião.

#### 4. Pendências

Adequação do glossário de acordo com as alterações aprovadas na reunião e encaminhamento para aprovação – responsável ASPLAN

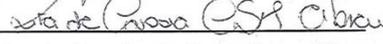
#### 5. Anexos

Requisitos do Selo Justiça em Números 2018.

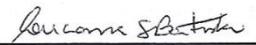
#### De acordo

  
Adriana Freitas Brandão Correia

  
Simone Ferreira de Oliveira e Cruz

  
Rita de Cassia de Carvalho e Silva Marques de Abreu

  
Fernando José da Fonseca

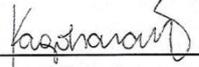
  
Luciana Souza Batista

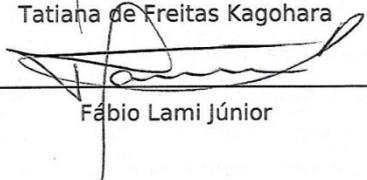
  
Erica Ferreira

  
Renata Motta Geronimi

  
André dos Santos Sant'anna

  
Flavio Augusto Castanheira Celano

  
Tatiana de Freitas Kagohara

  
Fábio Lami Júnior



**ANEXO V - A**

**ATIVIDADE 5**

Pesquisa pública – Metas específicas da Justiça Eleitoral  
para 2019

Relatório de resultados gerais

## 1. Introdução:

A pesquisa prevista na Resolução nº 221/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que indicou a necessidade da realização de consulta pública como etapa preliminar ao processo de formulação das metas nacionais do Poder Judiciário foi lançada no dia 18/08/2018 e ficou disponível até o dia 31/07/2018 para que a sociedade civil e os profissionais da área jurídica ajudassem a definir as metas mais importantes da Justiça Eleitoral para 2019. O objetivo é tornar o processo de escolha dessas metas o mais participativo possível.

## 2. Perfil dos respondentes

Magistrados, advogados, membros do Ministério Público, servidores públicos, associações de classe e cidadãos em geral responderam o questionário, disponível no portal do TSE na internet, e avaliaram o grau de relevância de cada uma das metas propostas.

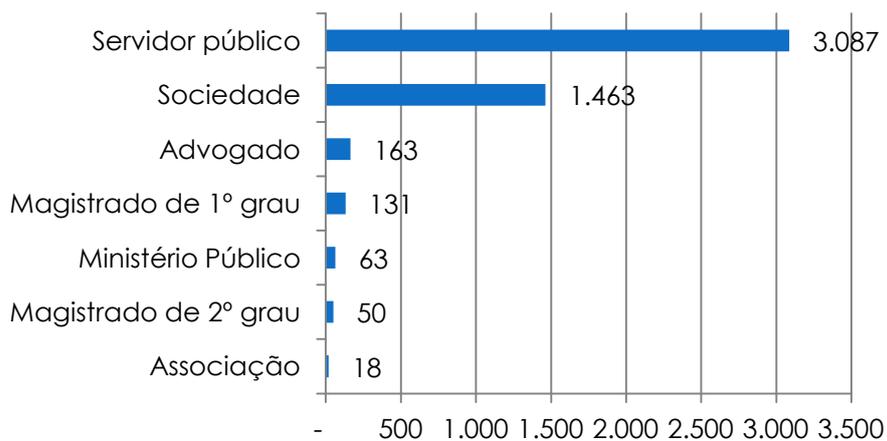
A pesquisa foi respondida por 4.975 indivíduos, conforme perfil a seguir:

### 2.1. Identificação

<b>Identificação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Advogado	163	3,28%
Associação	18	0,36%
Magistrado de 1º grau	131	2,63%
Magistrado de 2º grau	50	1,01%
Ministério Público	63	1,27%
Servidor público	3.087	62,05%
Sociedade	1.463	29,41%
<b>Total</b>	<b>4.975</b>	<b>100,00%</b>

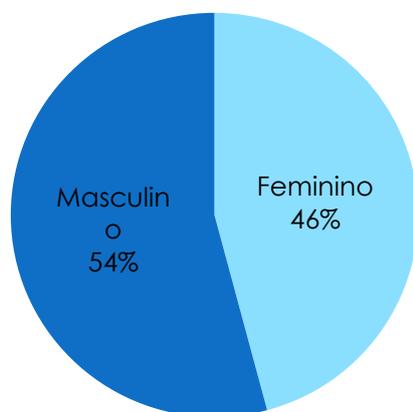


# Gestão Participativa



## 2.2. Gênero

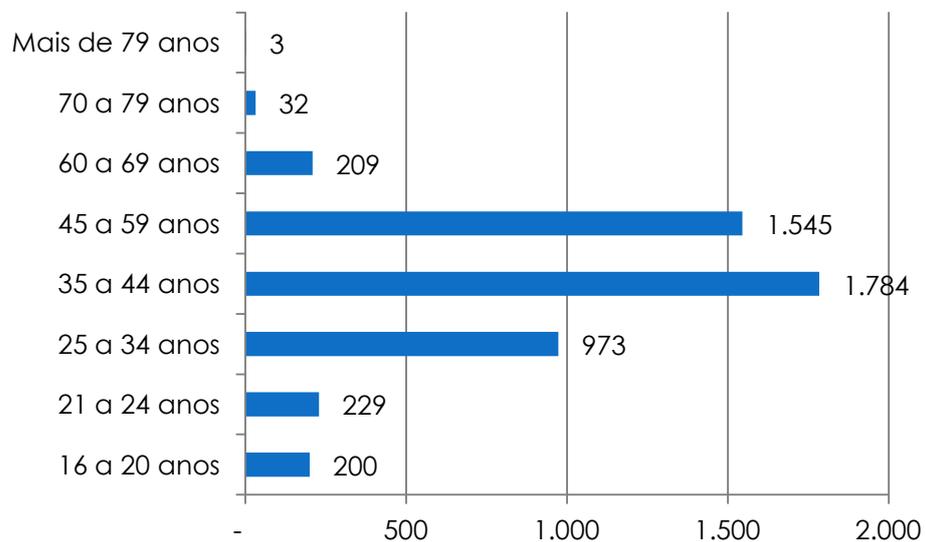
Gênero	Quantidade	%
Feminino	2.280	45,83%
Masculino	2.695	54,17%
<b>Total</b>	<b>4.975</b>	<b>100,00%</b>





## 2.3. Faixa Etária

Faixa Etária	Quantidade	%
16 a 20 anos	200	4,02%
21 a 24 anos	229	4,60%
25 a 34 anos	973	19,56%
35 a 44 anos	1.784	35,86%
45 a 59 anos	1.545	31,06%
60 a 69 anos	209	4,20%
70 a 79 anos	32	0,64%
Mais de 79 anos	3	0,06%
<b>Total</b>	<b>4.975</b>	<b>100,00%</b>



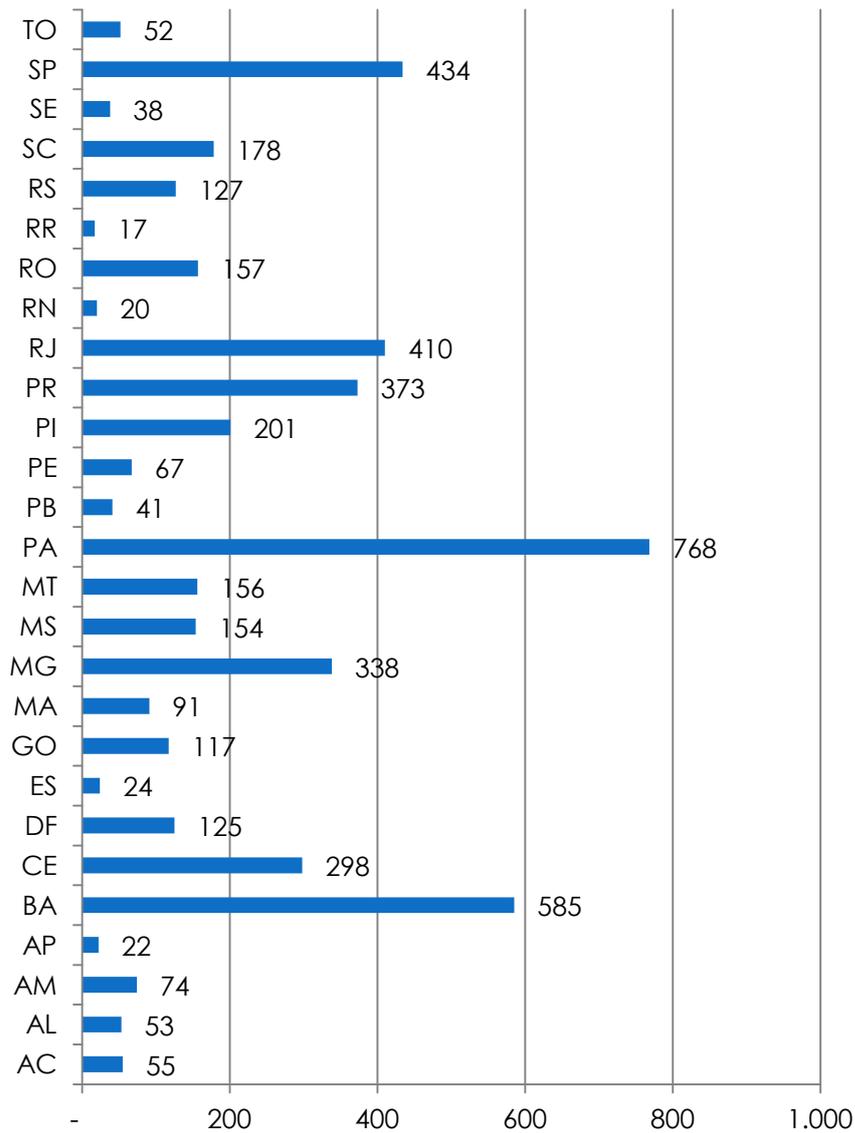


## 2.4. UF

UF	Quantidade	%
AC	55	1,11%
AL	53	1,07%
AM	74	1,49%
AP	22	0,44%
BA	585	11,76%
CE	298	5,99%
DF	125	2,51%
ES	24	0,48%
GO	117	2,35%
MA	91	1,83%
MG	338	6,79%
MS	154	3,10%
MT	156	3,14%
PA	768	15,44%
PB	41	0,82%
PE	67	1,35%
PI	201	4,04%
PR	373	7,50%
RJ	410	8,24%
RN	20	0,40%
RO	157	3,16%
RR	17	0,34%
RS	127	2,55%
SC	178	3,58%
SE	38	0,76%
SP	434	8,72%
TO	52	1,05%
<b>Total</b>	<b>4.975</b>	<b>100,00%</b>



# Gestão Participativa





## 3. Resultados

### 3.1. Nota para meta

Parâmetro	Meta		
	Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)	Julgar processos mais antigos (meta nacional)	Identificar e julgar processos prioritários (meta específica)
Média	7,84	8,52	9,02
Mediana	8,00	9,00	10,00
Desvio Padrão	2,27	2,02	1,88

Os respondentes foram questionados sobre a nota que davam para a importância de cada uma das metas. A meta específica “Identificar e julgar os processos prioritários” foi a que recebeu a maior média (9,02 de 10). Mais da metade dos respondentes deram nota máxima para a importância dessa meta, além de ter sido a que apresentou o menor desvio padrão, o que indica menor variabilidade e consequentemente maior concordância entre as respostas.

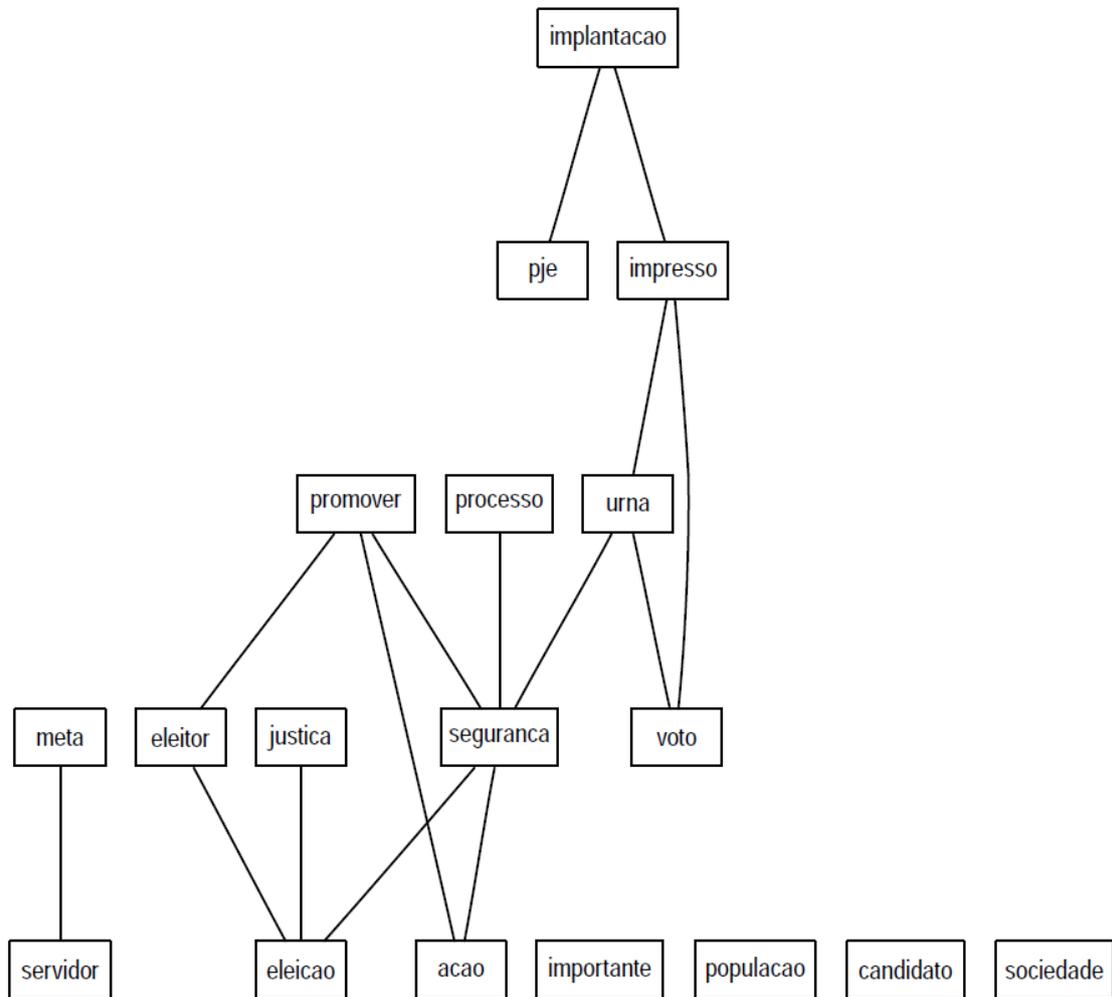


## 3.2. Meta mais importante

As duas metas mais votadas foram:

- Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral. (26,63%)
- Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral. (25,57%)

<b>Meta mais importante</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
Alcançar nível de excelência em boas práticas socioambientais quanto às ações para implementação do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (Resolução-TSE nº 23.474/2016).	329	6,61%
Fomentar o uso do DNI (Documento Nacional de Identificação).	795	15,98%
Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.	1.325	26,63%
Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre a segurança do processo eleitoral.	1.254	25,21%
Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.	1.272	25,57%
<b>Total</b>	<b>4.975</b>	<b>100,00%</b>





**ANEXO V – B**

**ATIVIDADE 5**

Pesquisa pública – Metas específicas da Justiça Eleitoral  
para 2019

Relatório de resultados – TRE/RJ

## **Pesquisa pública – Metas específicas da Justiça Eleitoral para 2019**

### **Relatório de resultados – TRE/RJ**

#### **Motivação**

Com o objetivo de tornar o processo de escolha das metas específicas da Justiça Eleitoral o mais participativo possível, queremos saber o que você pensa sobre essa Justiça especializada e o que ela pode fazer pelo Brasil.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução nº 221 (formato PDF), de 10 de maio de 2016, institui princípios para a gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário. Dessa forma, os processos participativos, em qualquer modalidade, constituem etapa preliminar ao encaminhamento de propostas de metas nacionais ao CNJ.

#### **Perfil social e demográfico dos respondentes**

Tabela 1 – Distribuição do público-alvo

UF	Identificação	Total	%
RJ	Advogado	6	1,46%
	Magistrado de 1º grau	1	0,24%
	Magistrado de 2º grau	1	0,24%
	Servidor Público	374	91,22%
	Sociedade	28	6,83%
RJ	Total	410	100%

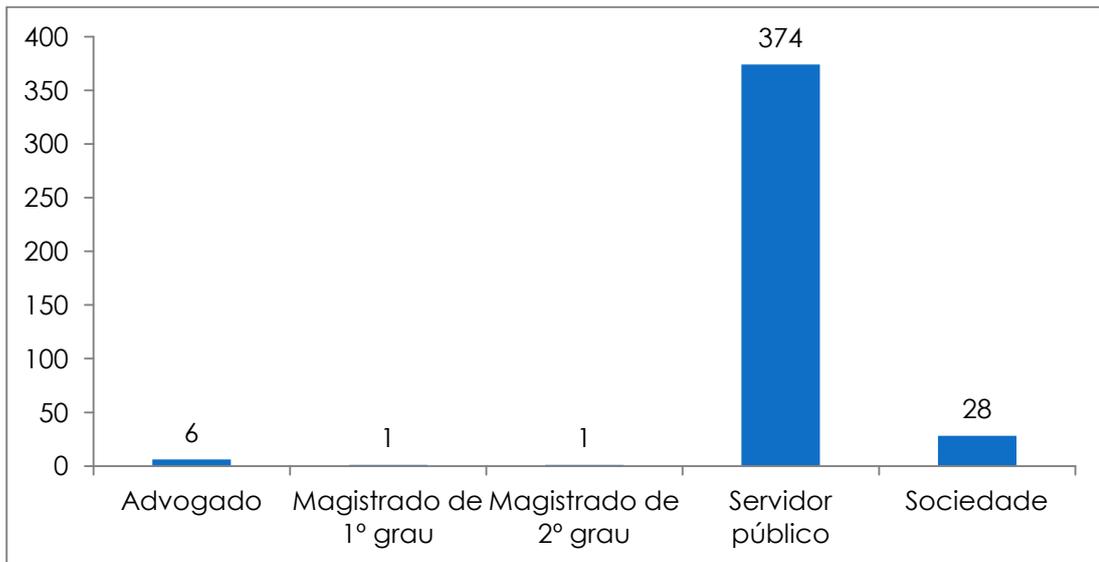


Figura 1 – Distribuição do público-alvo

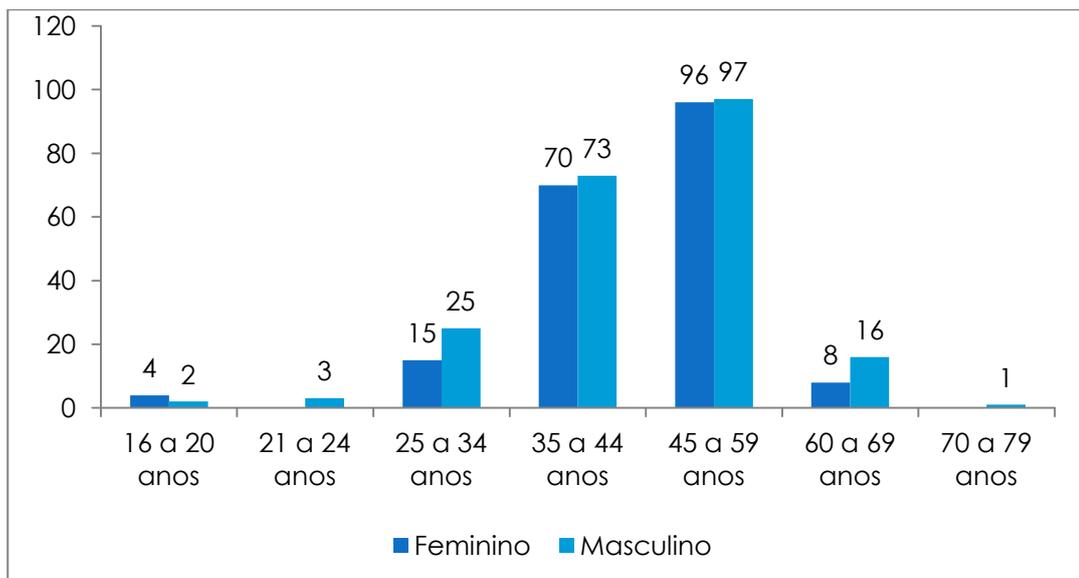


Figura 2 – Distribuição dos respondentes por sexo e faixa-etária

## Análise das Respostas

Tabela 2 – Importância das metas específicas para a JE 2019

5 – Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça Eleitoral alcançar em 2019.	Total	%
Alcançar nível de excelência em boas práticas socioambientais quanto às ações para implementação do Plano de Logística Sustentável da Justiça Eleitoral (Resolução-TSE nº23.474/2016).	30	7%
Fomentar o uso do DNI (Documento Nacional de Identificação).	49	12%
Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.	115	28%
Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre a segurança do processo eleitoral.	117	29%
Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral.	99	24%
	410	100%

Tabela 3 – Análise do item 6 – Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)

Item 6: Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)			
Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	20	0	
1	2	2	
2	2	4	
3	11	33	
4	5	20	
5	50	250	
6	18	108	
7	54	378	
8	102	816	
9	30	270	
10	116	1160	
	410	3041	55,29

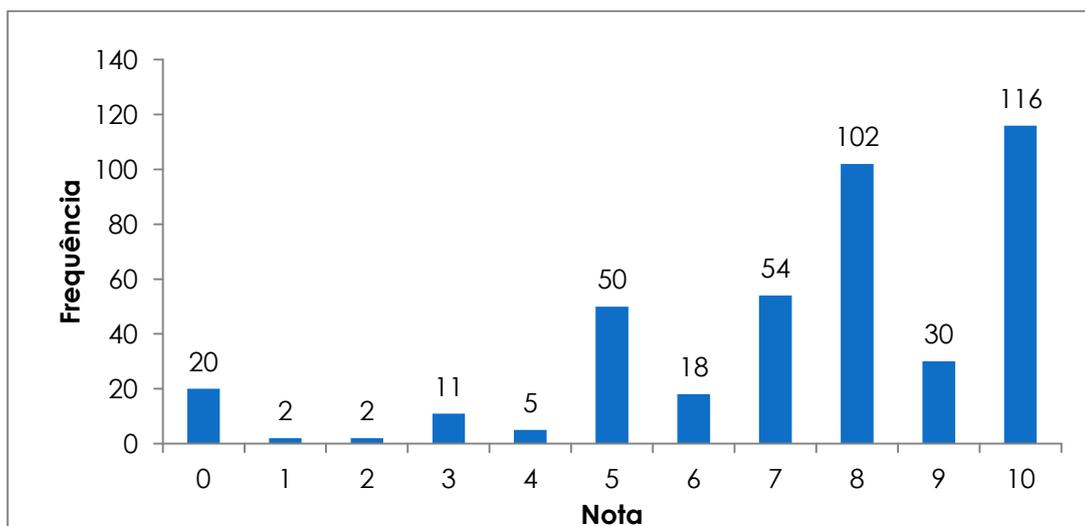


Figura 3 – Distribuição das notas dadas ao item 6: Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)

Tabela 4 – Análise do item 7 – Julgar processos mais antigos (meta nacional)

Item 7: Julgar processos mais antigos (meta nacional)			
Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	6	0	
1	1	1	
2	3	6	
3	6	18	
4	3	12	
5	22	110	
6	5	30	
7	24	168	
8	80	640	
9	79	711	
10	181	1810	
	410	3506	63,74

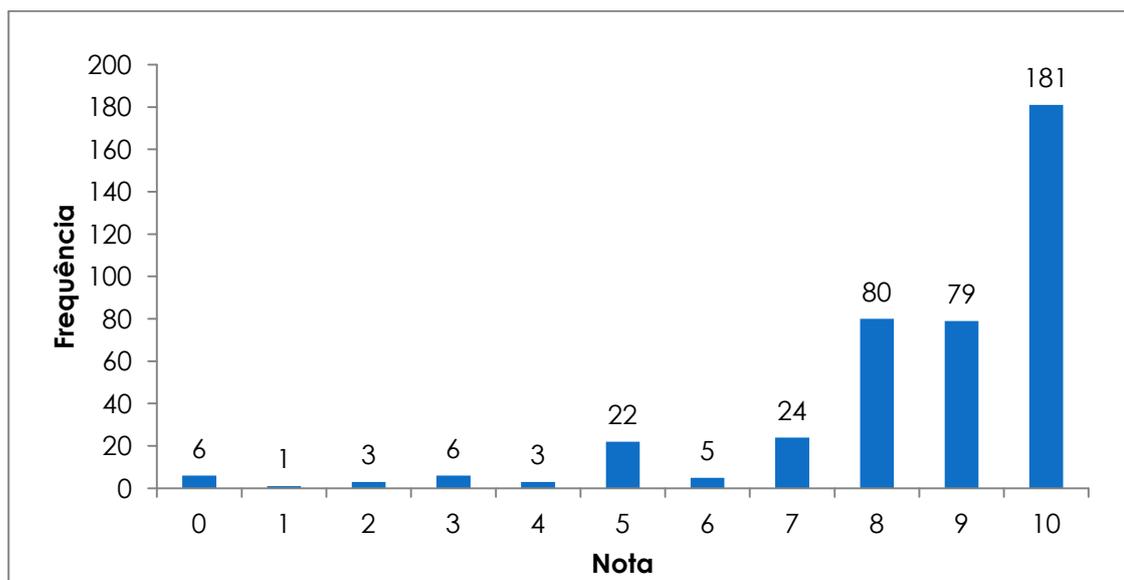


Figura 4 – Distribuição das notas dadas ao item 7: Julgar processos mais antigos (meta nacional)

Tabela 5 – Análise do item 8 – Identificar e julgar processos prioritários

Item 8: Identificar e julgar processos prioritários (meta específica)			
Nota	Frequência	Produto	Média ponderada
0	6	0	
1	2	2	
2	2	4	
3	3	9	
4	2	8	
5	15	75	
6	11	66	
7	19	133	
8	34	272	
9	47	423	
10	269	2690	
	410	3682	66,95

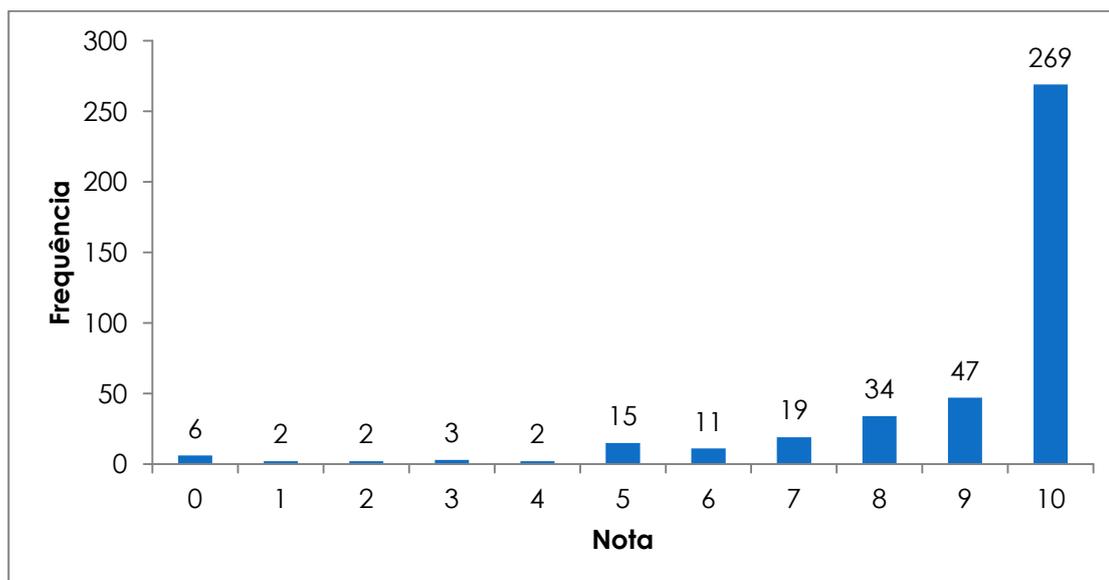


Figura 5 – Notas do item 8: Identificar e julgar processos prioritários (meta específica)

Tabela 6 – Média ponderada do grau de importância das metas

Meta	Média Ponderada
Julgar mais processos que os distribuídos (meta nacional)	55,29
Julgar processos mais antigos (meta nacional)	63,74
Identificar e julgar processos prioritários (meta específica)	66,95

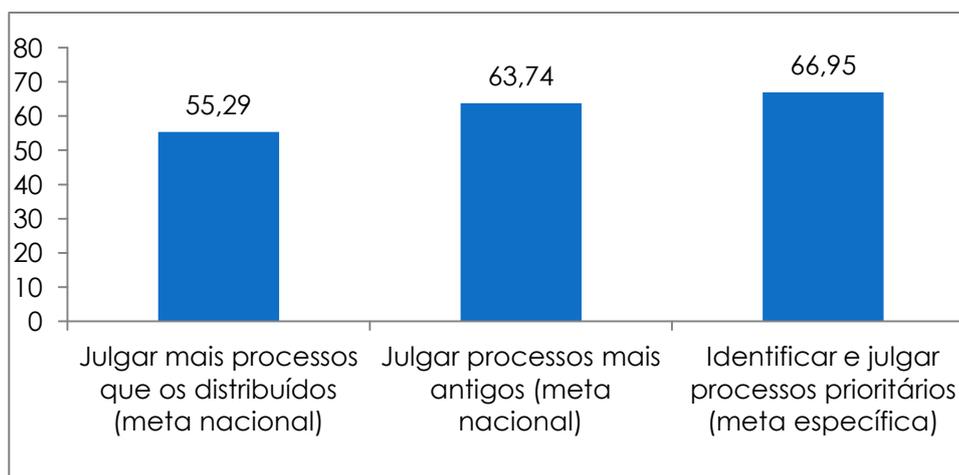


Figura 7 – Avaliação do grau de importância das metas (média ponderada)



## Avaliação dos comentários

"Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre a segurança do processo eleitoral."Se nos considerarmos uma empresa, não temos a credibilidade dos nossos clientes quanto a segurança do nosso principal produto, o voto. Acredito que esse seja o fronte a ser batido.

1

A Administração Superior necessita ter mais conhecimento da realidade das condições de trabalho nas zonas eleitorais, decisões que afetam diretamente a dinâmica da rotina cartória, são tomadas, por vezes, sem qualquer previsão quanto ao grau de prejuízo gerado na regularidade da execução das atividades. As Zonas Eleitorais representam o "front" no atendimento ao jurisdicionado e na execução das eleições.

A Justiça Eleitoral fica desmoralizada com acontecimentos como recentemente em Goiás, por exemplo. É ridículo cassar mandato no ano da eleição do sucessor e, ainda mais ridículo, fazer uma eleição para, meses depois, fazer outra. Também fica desmoralizada quando os TRE cassa mandato (como ocorrido com o governador do RJ) e nada acontece por força dos recursos.

meta específica é muito importante, pois é inadmissível que um candidato quase termine o seu mandato em que seu processo de perda de mandato tenha sido julgado. Porém, os prazos estipulados precisam ser realistas e possíveis.

A meta principal da justiça eleitoral deveria ser implantar o voto impresso! O princípio da transparência é totalmente violado sem que haja possibilidade da recontagem de votos com as urnas eletrônicas! Só a falta de confiança nas urnas eletrônicas já é motivo suficiente para implantação do voto impresso!

A metas estabelecidas pelo CNJ ou TSE muitas vezes provocam cobranças desmedidas por parte de alguns servidores dos TRE.O excesso de controle compromete o princípio constitucional da eficiência.As peculiaridades de cada Zona Eleitoral não são levadas em consideração, bem com os frequentes imprevistos (normalmente de ordem técnica: sistemas eleitorais lentos e exageradamente burocratizados; má distribuição de servidores pelas zonas do Estado).

A meu ver, a meta mais importante seria o TSE passar a cumprir a lei do voto impresso e não considerá-la inconstitucional.

A priorização do 1º grau de jurisdição é medida da maior urgência. O rezonamento corrigiu várias distorções, mas criou outras, como zonas com dois ou mais municípios e três servidores e zonas com município de pouco eleitorado e o mesmo número de servidores. As sedes dos TREs continuam inchadas de apadrinhados e os cartórios à míngua de recursos, sobretudo humanos. As demandas por atendimento só aumentam e o número de capacitados a atendê-las só diminui nos cartórios. Necessário se faz uma adequação que leve em conta as várias atribuições de cartórios, sobretudo com a implantação do PJE e do Documento Único.

A prisão política de Lula coloca desde já essas eleições no patamar do 'pleito duvidoso'. É a eleição do Golpe.

A segurança da urna eletrônica vem sendo questionada com veemência nos diversos meios de comunicação, principalmente em razão da ausência do voto impresso. Assim, a fim de reconquistar a confiança dos eleitores, é extremamente importante a divulgação de campanha esclarecedora de todo o processo, do início ao fim.Por outro lado, a JE tem se ocupado em divulgar o e-título, que, na minha percepção, é supérfluo.

A sociedade está com desconfiança crescente face a Justiça Eleitoral, em específico sobre fraude na contagem dos votos. É imperioso esclarecer a situação para preservar todos os avanços do voto eletrônico e a credibilidade da Justiça Eleitoral.



## Gestão Participativa

*Acho importante a instalação do Projeto Voip pra gastarmos o menos possível em telefonia. Meu chefe, Gilson Baqui (da Seaedi), fez um estudo sobre este projeto, mas até hoje não foi trazido a nossa realidade.*

*Acho importante a JE funcionar como educadora, informando aos eleitores sobre obrigações, atribuições e formas de acompanhar os trabalhos dos seus eleitos. Não menos necessário é esclarecer sobre a importância do voto, a lisura e segurança do processo eleitoral, bem como o efetivo atendimento aos eleitores prestados pelos servidores.*

*Acho necessário que a justiça eleitoral seja informatizada e que utilize cada vez menos papéis. Quanto aos papéis existentes, deveriam ser digitalizados somente os documentos importantes.*

*Acho que a Justiça Eleitoral deve trabalhar mais para tornar as eleições mais baratas. Os gastos em cada eleição são vultuosos. Como servidora da Justiça Eleitoral, vejo que há muitos impressos destinados às eleições e a outros eventos de divulgação que são desnecessários. Boa parte é jogada fora. Dinheiro que poderia ser melhor empregado.*

*Acredito que, com a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição, haja melhor aproveitamento do efetivo humano, com a diminuição de tarefas burocráticas e a elevação da análise técnica.*

*AINDA EXISTE MUITA DESCONFIANÇA DE ELEITORES SOBRE ELEIÇÃO COM URNA ELETRÔNICA, ISSO POSSO AFIRMAR PORQUE TRABALHO DIRETAMENTE CADASTRANDO ELEITORES NOVOS, 2 VIA DE TITULO ETC ETC E MUITOS NÃO ACREDITAM NA LISURA DOS PLEITOS COM URNAS ELETRÔNICAS PORÉM TENTO CONVENCE-LOS QUE NÃO EXISTE COMO FRAUDAR E MUITAS VEZES SOU VOTO VENCIDO.*

*Apesar do reconhecimento da importância das metas da JE, é necessário que as mesmas sejam implementadas com respeito aos servidores, com práticas que otimizem o trabalho e ações de reconhecimento. Nas eleições de 2016 os servidores da JE sequer foram citados na campanha publicitária de agradecimento produzida pelo TSE. Nota-se também a ausência de metas com relação à capacitação do servidor da JE.*

*As campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre o funcionamento do processo eleitoral é, sem dúvida, a melhor e a mais importante meta pois terá a finalidade de que o eleitor possa votar consciente (e não vender seu voto) colaborando para um Congresso limpo com políticos honestos e voltados para o desenvolvimento da nação.*

*Buscar junto à sociedade, eleitores em geral, a excelência no atendimento.*

*Conclusão da biometria. Implementação do PJE nas Zonas Eleitorais.*

*DEIXAREI QUE AS METAS, DESSE GÊNERO, FICAM AOS CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DOS MAJORITÁRIOS: DESEMBARGADORES.*

*Deveriam ser contempladas, entre as metas prioritárias, a reestruturação da Justiça Eleitoral para uma melhor prestação de serviço à população.*

*É fundamental que os processos de candidatura, sobretudo os recursos, sejam julgados antes da eleição, pois a colocação de candidatos sub judice na urna gera absurda insegurança jurídica, confunde o eleitor e gera risco de novas eleições, o que importa em gastos públicos.*

*É inadmissível que um Prefeito concorra indeferido, governe 2 (dois!!!) anos e só então seu mandato é cassado e é feita uma nova eleição! E os atos que ele praticou durante esses período?? A população fica completamente perdida e descredida com isso!!!*

*É necessário promover a priorização da primeira instância, com atenção na capacitação do servidor.*



## Gestão Participativa

*É premente que a Justiça Eleitoral apresente, continuamente, à sociedade informações acerca da lisura do processo eleitoral e, principalmente, da integridade do resultado do sufrágio obtido pela urna eletrônica. A sociedade já reconhece a Justiça Eleitoral na sua eficiência no que toca à velocidade de apuração, mas questiona sobre a legitimidade do resultado, por esta razão as campanhas devem ser mais técnicas sobre a segurança da urna eletrônica.*

*Eleição sem a participação de Lula irá arranhar a lisura da eleição de 2018.*

*Eleição sem LULA é fraude! Não ao golpe de estado no Brasil!*

**ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE! NÃO AO GOLPE NO BRASIL!**

*Eleição sem Lula é fraude! Não ao golpe!*

**ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE!!!!LULA LIVRE! FORA GOLPISTAS!**

*Eleição sem Lula é fraude. A condenação de Lula por este tribunal, se ocorrer, será fraude.*

**ELEIÇÃO SEM LULA É FRAUDE. NÃO AO GOLPE DE ESTADO NO BRASIL!**

*Eleição sem Lula é fraude. Não ao golpe impetrado no Brasil.*

*Eleição sem Lula é fraude.Lula livre!*

*Eleições sem LULA é fraude*

*Eliminar desvio de função do Analista Judiciário, pois se trata de desvio de finalidade do concurso público e agride princípio eficiência, etc. Redução número de funções comissionadas e seus valores. 100% das CJs para servidores do quadro do órgão (Analistas) respeitando a sua área de formação (advogados, administradores, engenheiros, etc..)*

*Em minha humilde opinião, o Judiciário Eleitoral deveria estimular a efetiva participação do cidadão/eleitor no processo democrático; deveria reduzir ao máximo a máquina burocrática e aproximar-se mais do eleitor; o cidadão comum tem a sensação de um judiciário eleitoral distante do cidadão, como se estivessem em uma torre de marfim, totalmente alheio á realidade concreta.*

*Entendo que a Justiça Eleitoral deve aprimorar as ferramentas de auditoria de contas eleitorais e partidárias.*

*entendo que ainda não temos os recursos necessários para autenticar o DNI, exatamente por isso seria uma enorme inconsequência fomentar o uso do DNI em 2019.*

*Garantir o bom atendimento da população no interior dos Estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, diversas zonas eleitorais foram extintas.*

*Implantar o PJe é fundamental, pois proporciona economia, celeridade e ainda impacta em outra meta: Excelência em boas práticas socioambientais.*

*Implantar o processo judicial eletrônico é fundamental para a celeridade no âmbito da Justiça Eleitoral, principalmente no que tange a economia de material e tempo que ocorre desta forma de processamento.*

*Implantar o regime de teletrabalho em toda a Justiça Eleitoral do país.*

*Informar o eleitor sobre o funcionamento do processo eleitoral implica aumentar o grau de cidadania .*

*Julgar com mais rapidez as ações que envolvam políticos, direitos políticos, perda do cargo.*

**JULGAR COM PRIORIDADE AS AÇÕES QUE POSSAM IMPORTAR EM PERDA DE MANDATO, É DE SUMA IMPORTÂNCIA, VISANDO A NÃO PERPETUAÇÃO DO ELEITO NO CARGO NORMALMENTE ATÉ O FIM DO MANDATO.**



## Gestão Participativa

*Julgar com rapidez os políticos corruptos para que sirvam de lição aos que virão! Que não criem leis favorecendo os companheiros corruptos! Que os ministros do STF sejam concursados! Que o presidente do STE NÃO sejam os ministros Dias Toffoli, Levandowisk, Gilmar Mendes etc.. que está nítido neles que são os defensores do PT e nem competência para estarem onde estão tem!!! SOMOS O POVO DE BEM! Queremos eleições limpas, honestas e seguras! Mas sabemos que essas urnas eletrônicas não são seguras e que são passíveis de fraudes! QUEREMOS VOTO COMO ERA ANTIGAMENTE, MANUAL, E COMO É NOS PAÍSES DO PRIMEIRO MUNDO.*

*Lula livre!*

*Mais segurança para urnas eletrônicas; medidas como auditoria sobre a contagem de votos, tanto eletronicamente como através das contagens de votos pelos "BU" das urnas. E criação do voto impresso!*

*N/D*

*Necessário se faz o julgamento célere de processos, especialmente da Justiça Eleitoral, tendo em vista o curto prazo dos mandatos e a possibilidade do gestor irregular não ser julgado durante o período de gestão.*

*No ano de 2016, com a mudança da legislação, o prazo para julgamento dos processos de registro foi reduzido de forma considerável. Não há recurso material e humano para julgamento da quantidade elevado de pedidos de registro em tão pouco tempo. Como resultado há muitos candidatos que vão para urna na situação sub judice, realidade que gera uma insegurança jurídica. Acredito que o início do processo eleitoral deveria ser antecipado e não reduzido, como foi.*

*O DNI (Documento Nacional de Identificação) não deveria ser de atribuição da Justiça Eleitoral.*

*O Judiciário deve se preocupar menos com metas internas, como "Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente." e focar mais em seu papel social, como instituição pública de conscientização e efetivação do processo democrático popular. Infelizmente, o Judiciário está preso em uma mentalidade interna de medição de resultados, enquanto sua utilidade para uma melhora efetiva da sociedade é extremamente reduzida. A participação das instituições públicas na verdadeira redemocratização da sociedade é fundamental, baseando-se, principalmente, na questão de conscientização do eleitor e do povo. O combate à corrupção e aos ilícitos eleitorais, bem como o processamento de feitos, é mero exercício da jurisdição, atividade técnica. Sua concretização é função própria do Judiciário, mas não é sua atividade precípua. Quando o Judiciário voltar-se, efetivamente, para a sociedade e não para os seus procedimentos internos é que o Poder terá cumprido seu papel institucional e constitucional.*

*O mais importante é esclarecer o cidadão da importância da existência e manutenção da Justiça Eleitoral.*

*O povo ANSEIA que NÃO sejam mais usadas as urnas eletrônicas. Todos sabem que são passíveis de fraude. E DESEJAMOS TAMBÉM que os ministros do STF não sejam indicados pelos governantes, e sim por mérito e capacidade próprias, para não vermos simples advogados sendo defensores de políticos corruptos apenas por sentirem que devem obrigação a eles e que realmente sejam defensores da vontade da maioria do povo brasileiro de BEM. Hoje vemos a justiça favorecer corruptos, prisioneiros (bolsa prisão), usuários de drogas (bolsa droga), e o tal do bolsa família que fica criando vagabundos que simplesmente mandam as crianças pra escola e ficam atoa o dia inteiro. O governo tem que dar é TRABALHO e não bolsas. Os direitos humanos são para as pessoas de BEM, honestas e trabalhadoras. Os valores morais e éticos estão invertidos!*

*O TRE tem uma característica única, que é a função administrativa, emissão de documento e preparação das eleições. O cadastro de eleitores é muito importante, mas devem ser estabelecidas metas que não comprometam a tramitação de processos. É preciso um estudo aprofundado da realidade de cada Zona Eleitoral a fim de que seu respectivo regional possa garantir as condições mínimas de trabalho para que as metas sejam atendidas. Não é justo priorizar nenhuma das atividades, administrativa ou judicial, o correto é que o número de servidores e a estrutura possam dar conta de realizar um bom trabalho em todas as*



esferas.

*O voto precisa ser impresso. A transparência só traz benefícios, inclusive quanto a imagem da Justiça Eleitoral.*

*Os eleitores não sabem que as muitas eleitorais formam o fundo partidário, seria muito bom ver uma propaganda na TV esquematizando como os partidos se financiam e mencionando o que é caixa dois. Uma meta que não foi mencionada acima e que coloca em dúvida a eficiência desta Justiça especializada é a falta de rapidez nos julgamentos de ocupantes de cargos políticos que praticam atos ilícitos após a posse. Outro detalhe importantíssimo é a o financiamento de campanha. Nós sabemos que os recursos de fundo partidário não chegam até as esferas municipais, basta olhar o relatório de transferências intrapartidárias, então, como estão sendo financiadas as campanhas municipais? A pergunta remete a um trabalho de investigação e auditoria que começa dentro da Justiça Eleitoral, que tem gastos para instrução de um processo de prestação de contas municipal no qual é declarada a ausência de movimentação financeira enquanto que os candidatos elaboram estratégias para angariar votos com movimentação paralela às contas eleitorais. Até quando isto permanecerá diante dos olhos do órgão quem tem a competência para zelar pela licitude das campanhas?*

*Quanto às três metas mencionadas é imprescindível considerar-se e enfatizar sempre a qualidade dos julgados de forma que não sejam preteridos em função da quantidade.*

*Questões administrativas não são tratadas com a mesma prioridade que as questões judiciais. Faltam pessoas com visão administrativa para discutir os problemas da Justiça Eleitoral.*

*sem comentários*

*Seria muito interessante propor uma Meta que promovesse a inclusão do Direito Eleitoral, como disciplina obrigatória, no currículo básico das Redes Pública e Particular de Ensino. Essa inclusão deveria ocorrer desde o Ensino Fundamental, adaptando seu conteúdo ao grau de maturidade de cada ano/série dos alunos, a fim de preparar melhor, não apenas os Eleitores do futuro, mas também os do PRESENTE.*

*sugiro que o TRE tenha como meta não ter advogados de servidores advogando na mesma jurisdição que seus parentes de até 2o grau, sobretudo se exercerem cargos de chefia*

**TELETRABALHO NO JUDICIÁRIO. ECONOMIA E PRODUTIVIDADE PARA A SOCIEDADE.**

*Valorizar os servidores mais antigos, em especial os técnicos judiciários.*